Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais.

Período de Análise: 01/05/2016 a 31/05/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Falta de lastro prejudica operações com LCI e LCA. Rejane Aguiar – Valor Econômico. 02/05/2016. 6

TOCANTINS: Conab presente na Agrotins 2016. CONAB. 02/05/2016. 7

AVISO DE PAUTA: Presidente da CNA fala sobre Plano Agrícola e Pecuário e as propostas do setor entregues ao Vice-Presidente da República. CNA. 02/05/2016. . 8

Riscos à implantação do novo Código Florestal. José Penido e Carlos A. Roxo – Valor Econômico. 03/05/2016. 8

Mapa conclui reforma administrativa. MAPA. 03/05/2016. 11

ONU alerta Brasil para impunidade caso país mude lei sobre trabalho escravo. Leonardo Sakamoto. Site do MST, 03/05/2016. 12

Com dificuldades dos produtores, CNA defende prorrogação do prazo de Adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). CNA. 03/05/2016. 15

Nota da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). FETRAF. 04/05/2016. 18

Mapa apresenta balanço da fusão com Ministério da Pesca. MAPA. 04/05/2016. 22

Kátia Abreu diz que quer ser 'corresponsável' caso Dilma seja afastada por 'pedaladas'. Carla Araújo e Victor Martins - O Estado de São Paulo, Política. 04/05/2016 22

Prédio do Ministério da Agricultura é evacuado após ameaça de bomba. Victor Martins - O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/05/2016 23

MST lança o Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária, em Minas Gerais. Geanini Hackbardt. Site do MST, 05/05/2016. 23

Ministério atualiza exigências para o seguro desemprego no período de defeso. MAPA. 05/05/2016. 25

Mapa participa de audiência pública no Senado sobre adesão ao Sisbi. Cláudia Lafetá - MAPA. 05/05/2016. 26

Mapa economiza mais de R$ 287 milhões com a fusão ao Ministério da Pesca. Cláudia Lafetá - MAPA. 05/05/2016. 27

CAR é prorrogado para produtores rurais com até 4 módulos fiscais. Bettina Barros – Valor Econômico. 05/05/2016 28

Inscrição no Cadastro Ambiental Rural. Rafael Matthes – Valor Econômico. 05/05/2016. 29

CNA e FAESC orientam sindicatos sobre legislação previdenciária. CNA. 05/05/2016. 31

Prorrogado prazo para inscrição no CAR. FETRAF. 05/05/2016. 33

Inflação acelera alta para 0,61% em abril, puxada por alimentos e remédios. Daniela Amorim, - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 06/05/2016..... 34

Juventude fez protesto no Senado Federal contra o "golpe". FETRAF. 06/05/2016. 36

CNA defende prorrogação de inscrição do CAR para todas as propriedades. CNA. 06/05/2016. 36

Ministério Público do trabalho destaca atuação da CNA nas "boas práticas sindicais". CNA. 06/05/2016. 38

DISTRITO FEDERAL: Conab participa da AgroBrasília. CONAB. 09/05/2016.. 39

Os desafios que cercam o 'pós-CAR'. Bettina Barros – Valor Econômico. 09/05/2016. 39

Preço do salmão dispara no Brasil. Bettina Barros e Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 10/05/2016. 41

Técnicos da CNA fazem palestras na Feira Agrobrasília 2016. CNA. 10/05/2016. 43

Educação e agroecologia em discussão no Paraná. Valter de Jesus Leite. Site do MST, 10/05/2016. 44

Viajantes e tripulantes são autorizados a entrar no Brasil com produtos de origem animal. Cláudia Lafetá - MAPA. 10/05/2016. 46

Decreto institui critérios para seleção dos presidentes da Conab e da Embrapa. Cláudia Lafetá - MAPA. 11/05/2016. 47

Senador Blairo Maggi se filia ao PP para assumir Agricultura. Raphael Di Cunto e Murillo Camaratto – Valor Econômico. 11/05/2016. 48

Faculdade de Tecnologia CNA inaugura sede própria. CNA. 11/05/2016. 49

Mapa abre consulta pública para projeto de instrução normativa sobre controle do mormo. Cláudia Lafetá - MAPA. 12/05/2016. 51

FETRAF-BRASIL/CUT realiza IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. FETRAF. 13/05/2016. 52

Zootecnistas comemoram 50 anos de atuação no Brasil. CNA. 13/05/2016. 53

Novo Marco Legal dos contratos de integração é tema de debate na Agrobrasília. CNA. 13/05/2016. 56

A economia agropecuária brasileira. O que fazer? O Estado de São Paulo, Economia. 15/05/2016..... 57

Incentivo à produção de plantas medicinais em assentamentos é tema de seminário em São Paulo. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/05/2016 63

DOU traz lista de exonerações com presidentes da EBC, Funarte e Incra. Maíra Magro – Valor Econômico. 17/05/2016. 65

Prazo para pagamento da Contribuição Sindical Rural termina no dia 22 de maio. CNA. 17/05/2016. 66

Registro de cervejarias sobe de 320 para 397 em pouco mais de um mês. Cláudia Lafetá - MAPA. 17/05/2016. 66

Ministros da Agricultura e Meio Ambiente defendem a prorrogação do CAR para todos os produtores. MAPA. 18/05/2016. 67

Medidas para renegociação de dívidas rurais seguem para sanção presidencial. CNA. 18/05/2016. 68

FAEMG vai reunir presidentes de Sindicatos Rurais em Montes Claros. CNA. 18/05/2016. 69

PECNORDESTE espera receber 100 caravanas de produtores rurais. CNA. 18/05/2016. 70

Legislação previdenciária e CNIS Rural é tema de treinamento da FAESC. CNA. 18/05/2016. 73

Ministros querem adiar CAR para todos. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 19/05/2016. 74

De saída, presidente da Funai acredita em retrocesso com Temer. Ciro Barros – Valor Econômico. 19/05/2016. 75

Presidente da FAEA participa de Audiência Pública na Assembleia Legislativa sobre a Piscicultura. CNA. 19/05/2016. 81

Ministério abre consulta pública para atualizar normas de padrão e qualidade do vinho. Cláudia Lafetá - MAPA. 19/05/2016. 82

Exposições agropecuárias terão espaço para inscrições para o ABC Cerrado. CNA. 19/05/2016. 83

Sistema CNA/SENAR apresenta Projeto Inovação Sindical. CNA. 20/05/2016. 84

RONDÔNIA: Agricultura familiar e extrativismo são temas apresentados em feira. CONAB. 23/05/2016. 86

Feiras Agropecuárias permitem que cidadão urbano conheça melhor o trabalho dos produtores rurais. CNA. 23/05/2016. 87

Governo estuda criar Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Eduardo Barretto – O Globo, Brasil. 24/05/2016 88

Sistema FAEA/SENAR realiza Palestra sobre o eSocial com representante do INSS, Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho. CNA. 24/05/2016. 89

Abertura oficial do IV Congresso conta com a presença da presidenta Dilma Rousseff. FETRAF. 24/05/2016. 90

Confederação da Agricultura Familiar é aprovada por unanimidade durante IV Congresso da Fetraf. FETRAF. 24/05/2016. 92

Direção da CONTRAF/BRASIL é eleita na noite desta terça-feira. FETRAF. 24/05/2016. 93

Secretaria de Defesa Agropecuária abre consulta pública sobre registro de produtos de origem animal. Cláudia Lafetá - MAPA. 24/05/2016. 95

Eumar Novacki é o novo secretário-executivo do Ministério da Agricultura. MAPA. 25/05/2016. 95

Ato contra o golpe marca último dia do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. FETRAF. 25/05/2016. 96

Coca-Cola muda comando da operação brasileira. Tatiane Bortolozi e João José Oliveira – Valor Econômico. 25/05/2016. 97

Assembleia de SP aprova CPI 'ampla' para apurar desvio na merenda. Valor Econômico. 26/05/2016. 99

Mapa reúne produtores para encontro sobre novo sistema de registro. Cláudia Lafetá - MAPA. 30/05/2016. 99

Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil. Lizely Borges. Site do MST, 30/05/2016. 101

FAEG comemora resultado positivo do agro na geração de empregos em Goiás. CNA. 31/05/2016. 102

Após El Niño agressivo, mercado volta atenções ao La Niña. Cleyton Vilarino – Valor Econômico. 31/05/2016. 103

Extração, consumo e comércio de moluscos estão suspensos no litoral de Santa Catarina. Cláudia Lafetá - MAPA. 31/05/2016. 105

Falta de lastro prejudica operações com LCI e LCA. Rejane Aguiar – Valor Econômico. 02/05/2016.

A isenção de Imposto de Renda (IR) foi o diferencial que desviou a atenção dos investidores para as letras bancárias com lastros imobiliários e agrícolas - as LCIs e LCAs - nos últimos anos. Com bom retorno e praticamente sem risco para investimentos de até R$ 250 mil por CPF (contam com cobertura do Fundo Garantidor de Crédito-FGC), os papéis impulsionaram a renda fixa e se tornaram fortes concorrentes dos fundos de investimento.

Mas a festa parece estar no fim: com o cenário econômico adverso, os lastros para novas operações escassearam e, consequentemente, as taxas baixaram. "O cenário mudou de tal forma que o investidor pode encontrar no mercado CDBs com retornos equivalentes ou até mais altos do que os das LCIs", afirma Sandra Blanco, consultora de investimentos da Órama. As taxas hoje giram em torno de 85% do CDI, depois de já terem ultrapassado 90%. A recuperação desse mercado, dizem os analistas, passa necessariamente pela reativação da economia.

O reflexo da reviravolta aparece nas estatísticas. Segundo dados da Cetip, as emissões de LCIs entre janeiro e março deste ano caíram 27,3% em relação a igual período de 2015, enquanto as novas operações para LCAs diminuíram 39,2%. Os estoques no fim do trimestre aumentaram (13,5% no caso da LCI e 26,9% no da LCA), mas em um ritmo menos intenso do que vinha sendo registrado.

LCIs e LCAs são papéis cuja emissão depende de uma operação calcada na economia real que possa servir de lastro. Para as LCIs, os lastros vêm dos empreendimentos imobiliários, que precisam de recursos para garantir o andamento das obras. Com a economia em recessão, no entanto, o setor imobiliário é um dos mais atingidos. "A atividade fraca faz com que menos pessoas comprem imóveis. Ao mesmo tempo, os bancos ou fecham as portas do crédito ou aumentam as exigências para liberar o dinheiro", comenta o gerente de renda fixa da Guide Investimentos, Bruno Carvalho.

Sem novos empreendimentos, os lastros ficam mais raros. "A crise paralisa os negócios no setor, e isso não deve se resolver tão cedo", acrescenta o sócio-diretor da Integral

Investimentos, Carlos Fagundes, destacando que, a despeito desse ambiente, os clientes continuam interessados nesses papéis isentos.

Além de igualmente enfrentarem a economia parada, as LCAs se adaptam a recentes mudanças regulatórias (prazo menor e maior exigência para destinação ao crédito rural). Com isso, o funil para os lastros ficou ainda mais estreito. "De qualquer maneira, a perspectiva para as LCAs é melhor, já que o agronegócio é um dos poucos setores da economia hoje com alguma movimentação", avalia Carvalho, da Guide.

O diretor de gestão da Tag Investimentos, André Leite, vê um lado positivo nesse cenário. "Os bancos públicos diminuíram sua participação, o que contribui para um equilíbrio saudável. Oferecendo taxas boas e alta liquidez, eles acabavam distorcendo o mercado. Afinal, taxa alta com liquidez diária não existe", afirma. Segundo ele, hoje as ofertas de LCIs e LCAs estão mais concentradas nos bancos privados médios.

Quem procura LCIs e LCAs normalmente é conservador. Mas, diante da falta de papéis, já não são poucos os investidores que se arriscam no crédito privado. Vedetes desse mercado nos últimos dois anos têm sido os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), títulos também isentos de IR emitidos por securitizadoras com base em recebíveis de empresas que têm alguma ligação com o agronegócio.

As operações tentam compensar o risco com retornos atraentes, que podem até passar um pouco de 100% do CDI, dependendo da empresa dona dos recebíveis que servem de lastro. Trata-se, entretanto, de um investimento que exige mais cuidado do aplicador: ele precisa conhecer e avaliar o risco de crédito da empresa e lembrar que, nesse caso, não está protegido pelo FGC. Com a seca de LCIs e LCAs, todavia, muitos investidores já consideram essa nova possibilidade, agora no mercado de capitais. Não foi à toa que o estoque de CRAs saltou 143% entre março de 2015 e março de 2016.

TOCANTINS: Conab presente na Agrotins 2016. CONAB. 02/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participa da 16º edição da Feira Agrotecnológica do Norte do Brasil (Agrotins), que acontece no município de Palmas, entre os dias 3 e 7 de maio.

Equipes da companhia estarão em dois estandes com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(Mapa). Durante os quatro dias de evento, serão apresentados ações e programas executados pela empresa, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Vendas em Balcão, Política de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e outros.

Com o lema "Tecnologia favor do homem e da natureza", o evento conta com a participação de expositores, pesquisadores, produtores, estudantes e empresários ligados ao segmennto. Está prevista ampla grade de palestras e oficinas técnicas, exposição de máquinas, produtos agrícolas e animais e atividades culturais.

AVISO DE PAUTA: Presidente da CNA fala sobre Plano Agrícola e Pecuário e as propostas do setor entregues ao Vice-Presidente da República. CNA. 02/05/2016.

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, concede entrevista nessa quarta-feira, (4/5), às 15h, sobre o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017 e as propostas do setor entregues ao vice-presidente da República, Michel Temer.

A entrevista será realizada na sede da CNA (SGAN Quadra 601, Módulo K, Edifício Antônio Ernesto de Salvo - Brasília, DF), ao lado da Casa da Mulher Brasileira.

Serviço:
Entrevista Coletiva: João Martins, presidente da CNA
Data: 04/05, quarta-feira
Horário: 15h
Local: Sala do Conselho da CNA (SGAN Quadra 601, Módulo K, Edifício Antônio Ernesto de Salvo - Brasília, DF), ao lado da Casa da Mulher Brasileira

---

Riscos à implantação do novo Código Florestal. José Penido e Carlos A. Roxo – Valor Econômico. 03/05/2016.

O novo Código Florestal (Lei 12.651) foi aprovado em 2012 em meio a enorme polarização que dividiu não apenas o Congresso como vários segmentos da sociedade brasileira.

Essa polarização não resultou apenas das modificações propostas para o Código, em vigor desde 1965 e que precisava reconhecidamente evoluir. Um dos seus vetores

centrais foram as desconfianças mútuas resultantes de um ambiente hostil histórico, acentuadas pela ausência de tendências majoritárias tanto no âmbito do setor produtivo como do ambientalista, em termos de princípios e ações. Também contribuiu para isso a então incipiência de processos de diálogo, que reduzissem as hostilidades, possibilitassem a formação de tendências majoritárias dentro de cada setor, identificassem convergências, criassem laços de confiança e facilitassem o entendimento.

Apesar do reconhecimento por diversos atores de ambas as partes sobre o equilíbrio do seu conjunto, a robustez dos seus instrumentos e a magnitude dos resultados que sua efetiva implementação - antes travada - possibilitaria, era previsível que nesse ambiente tão polarizado algumas organizações optassem pela judicialização. Foi o que ocorreu, com a proposição pela Procuradoria Geral da República de quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins), que receberam o apoio como Amici Curiae de algumas ONGs sócio-ambientais.

O Código é tão amplo que vai além das florestas, sendo na verdade uma lei do uso do solo

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, relator destas Adins, convocou audiência pública, realizada em 18 de abril, destinada a embasar o seu relatório, na qual ouviu argumentos de todas as partes. Dentro de algum tempo, o assunto irá à decisão do Plenário.

Em nossa opinião, não é hora de se rever o novo Código Florestal, ainda tão recente, mas de cumprí-lo.

Desde 2012, quando se publicou o novo Código Florestal, muitas questões evoluíram, tanto em termos de resultados na sua implementação, como em termos de consensos sobre uma agenda comum, resultantes de processos de diálogo de múltiplas partes interessadas, como o Diálogo Florestal e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.

A importância do novo Código tornou-se tão grande que a viabilização da INDC brasileira, apresentada na Conferência de Paris, e apoiada por segmentos majoritários dos setores produtivo e ambientalista, depende da sua implementação integral e imediata. Segundo estimativas preliminares do Instituto Escolhas, o total de Áreas de

Preservação Permanentes (APPs) e Reservas Legais (RLs) a serem restauradas é da ordem de 12 milhões de hectares apenas na Amazônia e Mata Atlântica.

A escala ambiciosa dessa meta, do que pode vir a ser o maior plano de restauração do mundo, é extremamente desafiadora em termos de conceitos, tecnologia, gestão e recursos (da ordem de dezenas de bilhões de reais), e não conseguirá ser alcançada por nenhum setor individualmente, mas apenas se todos atuarem de forma conjugada.

O Código Florestal tem três pilares interligados: o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que identificará as áreas produtivas e a serem preservadas (APP e RL); os Programas de Regularização Ambiental (PRA) estaduais, que nortearão a regularização; e os Termos de Compromisso, que deverão ser assinados por todos os que tiverem passivos a regularizar.

O passo inicial é o CAR, cujo prazo foi adiado para 16 de maio, e que já mostra resultados em nada triviais. Até março de 2016 haviam sido cadastrados 2,6 milhões de imóveis rurais, que ocupam área de 279 milhões de hectares, correspondente a 70,3% da área cadastrável. A Região Norte, que é uma das que apresentam maior risco ambiental, lidera este esforço, com 85,8% da área cadastrada, seguida pelas Regiões Sudeste (71,4%) e Centro-Oeste (67,9%), vindo por último a Região Sul (41,4%), cujas dificuldades precisam ser melhor entendidas, discutidas e solucionadas.

Não é aceitável adiar este prazo mais uma vez! A questão climática tem uma urgência e importância que não dão espaço a novos adiamentos. Se um novo adiamento ocorrer, estaremos mostrando fissuras em nossa vontade de implementar o Código, punindo a ampla maioria que já cadastrou suas áreas, e abrindo caminho a que suas metas jamais venham a ser cumpridas, o que colocaria em risco o compromisso assumido pelo país em sua INDC.

Embora não vá atingir 100% até maio, o CAR não terminará neste dia, sendo instrumento permanente de uma Política de Estado, com benefícios para os que cumprirem os prazos e sanções para os que não o fizerem, que asseguram o cadastramento posterior das propriedades restantes.

Esses resultados derivam do esforço conjunto que vem sendo feito pelo governo, empresas, produtores rurais e Ongs, e que em grande parte é resultante da ação conjunta possibilitada pelo Diálogo Florestal e pela Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura. A Coalizão, por exemplo, congrega hoje cerca de 120 membros dos setores florestal, agrícola e sócio-ambiental, e tem como principal proposta a implantação do Código Florestal, ponto considerado fundamental para a viabilização das outras 16 propostas. Assim, embora a promulgação do novo Código tenha dividido opiniões, sua implementação vem conseguindo galvanizar esforços conjuntos antes não imaginados.

O Brasil tem sido citado internacionalmente como possuindo a melhor lei ambiental do planeta e é preciso colocá-la em prática. O Código é tão amplo que vai além das florestas, sendo na verdade uma lei do uso do solo.

Debates, como o da Audiência Pública convocada pelo Ministro Luiz Fux, são por princípio saudáveis, dadas as oportunidades de melhoria que sempre afloram. No entanto, é preciso evitar que provoquem retrocessos que nos remetam à situação anterior de baixa implementação do Código, recriando um ambiente hostil já parcialmente superado e causando insegurança jurídica, desperdícios de recursos por parte dos que já avançaram na sua conformidade, barreiras intransponíveis aos compromissos assumidos em Paris e a erosão dos consensos e de um trabalho conjunto que já começa a dar os seus primeiros frutos.

José Luciano Penido é presidente do Conselho de Administração da Fibria.

Carlos Alberto Roxo é membro do Comitê de Sustentabilidade da Fibria.

Mapa conclui reforma administrativa. MAPA. 03/05/2016.

Criação da Secretaria de Pesca e Aquicultura e fusão de órgãos resultam em nomeações e exonerações

O Diário Oficial da União desta terça-feira (3) publica uma série de portarias de nomeações e exonerações no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os atos decorrem da fusão do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura ao Mapa, que resultou no corte de 220 cargos comissionados, redução de quatro secretarias e em uma economia de R$ 183,3 milhões em contratos e convênios. A medida concluiu a reforma administrativa do Estado, que contribuiu para o esforço fiscal do governo

federal. A reforma foi instituída pelo Decreto nº 8.711, de 14 de abril de 2016, que entrou em vigor hoje.

A reforma administrativa foi apresentada por meio de medida provisória e deu origem à Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016. Além de extinguir o Ministério da Pesca e Aquicultura, a lei acabou com alguns cargos públicos e transformou outros.

Em consequência disso, o Mapa editou o Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, alterado pelo Decreto nº 8.711, de 14 de abril deste ano. Com a mudança, o Ministério da Agricultura criou a Secretaria de Aquicultura e Pesca, uniu as secretarias do Produtor Rural e Cooperativismo e Integração e Mobilidade Social, extinguiu diretorias, fez a fusão das superintendências da Agricultura e da Pesca e promoveu outras alterações. A nova estrutura do Mapa resultou ainda em nomeações e exonerações.

ONU alerta Brasil para impunidade caso país mude lei sobre trabalho escravo. Leonardo Sakamoto. Site do MST, 03/05/2016.

O posicionamento é importante uma vez que há uma disputa no Congresso Nacional em torno da definição do que é trabalho escravo contemporâneo.

A Organização das Nações Unidas defendeu, nesta sexta (29), a manutenção do atual conceito de trabalho escravo vigente no Brasil e a reativação do cadastro de empregadores flagrados com mão de obra escrava, conhecido como a "lista suja", suspensa pelo Supremo Tribunal Federal desde o final de 2014.

O posicionamento é importante uma vez que há uma disputa no Congresso Nacional em torno da definição do que é trabalho escravo contemporâneo. Pelo menos três projetos tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal a fim de reduzir os elementos que caracterizam escravidão e, portanto, a sua punição. Contam com o apoio da bancada ruralista, entre outros setores econômicos, e de nomes próximos a Michel Temer, como o senador Romero Jucá (PMDB-RR) – responsável por um deles.

O documento divulgado pelas agências das Nações Unidas no Brasil destaca avanços significativos do país, lembrando que ele é referência internacional no combate a esse crime. Mas faz alertas contundentes sobre ameaças ao sistema de combate à escravidão e traz recomendações.

“Nesse cenário de possíveis retrocessos, cabe à ONU lembrar à comunidade brasileira seu lugar de referência no combate ao trabalho escravo para a comunidade internacional”, afirma a ONU. A divulgação ocorre às vésperas das comemorações do Dia do Trabalho, neste domingo.

Desde 2003, são quatro elementos podem definir escravidão contemporânea por aqui: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes (quando a violação de direitos fundamentais coloca em risco a saúde e a vida do trabalhador) e jornada exaustiva (em que ele é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga que acarreta danos à sua saúde ou risco de morte).

Há parlamentares, contudo, que afirmam que é difícil conceituar o que sejam esses dois últimos, o que geraria “insegurança jurídica”. Querem que as condições em que se encontram os trabalhadores não importem para a definição de trabalho escravo, apenas se ele está em cárcere ou não. Isso, contudo, é criticado pelo documento.

Para Luiz Machado, coordenador do programa de combate ao trabalho escravo da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, “as Nações Unidas, o Brasil deve sustentar e intensificar os esforços no combate ao trabalho escravo para alcançar sua erradicação definitiva”.

“Em 2003, o país atualizou sua legislação criminal, introduzindo um conceito moderno de trabalho escravo, alinhado com as manifestações contemporâneas do problema, que envolve não só a restrição de liberdade e a servidão por dívidas, mas também outras violações da dignidade da pessoa humana”, afirma o documento das Nações Unidas.

“Esse conceito, tido pela Organização Internacional do Trabalho como uma referência legislativa para o tema, está em consonância com suas Convenções”, conclui.

O texto alerta sobre os projetos que visam a mudar o conceito: “Situações em que trabalhadores são submetidos a condições degradantes ou jornadas exaustivas, maculando frontalmente sua dignidade, ficariam impunes caso essa alteração legislativa seja aprovada”.

Cita diretamente o projeto de lei 432/2013 que regulamenta a emenda 81/2014, antiga PEC do Trabalho Escravo – que prevê o confisco de propriedades em que escravos forem encontrados e sua destinação a reforma agrária e ao uso habitacional urbano, uma

importante conquista da sociedade. Parlamentares ruralistas estão tentando usar o projeto de regulamentação como “Cavalo de Tróia”, inserindo a mudança no conceito.

As Nações Unidas também citam outras ameaças ao sistema de combate ao trabalho escravo no Brasil. “Nota-se uma crescente tendência de retrocesso em relação a outras iniciativas fundamentais ao enfrentamento do trabalho escravo, como por exemplo, o Cadastro de Empregadores flagrados explorando mão de obra escrava, comumente reconhecido por “lista suja”, que foi suspenso no final de 2014 devido a uma liminar da mais alta corte brasileira em sede de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade”.

Também cita a redução do número de agentes do estado envolvidos na fiscalização desse crime. Por fim, traz oito recomendações ao país:

1) Manter o atual conceito de trabalho escravo contemporâneo, previsto no artigo 149 do Código Penal;
2) Reativar a “lista suja” do trabalho escravo;
3) Fortalecer a inspeção do trabalho;
4) Fortalecer programas de assistência às vítimas;
5) Investigar, julgar, punir e executar sentenças condenatórias sobre trabalho escravo de maneira célere;
6) Ratificar a Convenção sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias;
7) Garantir que empresas e o Estado observem os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e fortalecer o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo;
8) Ratificar o Protocolo Adicional à Convenção número 29 da OIT, que atualiza o combate ao trabalho escravo em todo o mundo.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, 21 milhões de pessoas estavam submetidas a trabalho forçado no mundo em 2012, gerando um lucro anual de 150 bilhões de dólares.

Apesar de a escravidão ter sido expressamente abolida em diversos países, seu uso continua disseminado sob “formas contemporâneas de escravidão”, que incluem violações diversas de trabalho forçado e de trabalho infantil, a utilização de crianças em

conflitos armados, a servidão por dívidas, a servidão doméstica, casamentos servis, a escravidão sexual e o tráfico de pessoas.

Com dificuldades dos produtores, CNA defende prorrogação do prazo de Adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). CNA. 03/05/2016.

A prorrogação do prazo de adesão dos produtores ao programa do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que vence nesta quinta-feira, (05/05), é a alternativa defendida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) diante das dificuldades operacionais enfrentadas pelos agricultores e do baixo nível de adesão. Apenas 51% das 5 milhões e 100 mil propriedades rurais conseguiram atender às exigências legais, segundo os números mais recentes do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para o Coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias Filho, "os grandes e médios produtores rurais conseguiram superar as dificuldades e fizeram o cadastramento, mas os pequenos proprietários estão ficando para trás".

A questão é preocupante, especialmente nos estados nordestinos e naquelas áreas onde a rede de internet é precária, avalia Nelson Ananias. Ele mostra que a adesão ao CAR enfrenta obstáculos técnicos exatamente no caso dos pequenos produtores rurais, "aquelas propriedades com até quatro módulos fiscais, considerando que o tamanho da área varia de acordo com cada região do país, dificultando ainda mais a adesão". E mais, lembra o especialista da CNA, nesses módulos a responsabilidade em apoiar o cadastramento junto ao CAR é dos governos estaduais, o que não está acontecendo dentro do previsto.

Os dados atuais do SFB, referentes ao mês passado, indicam que 2 milhões e 647 mil propriedades rurais haviam se cadastrado ao CAR, percentual baixo levando-se em conta o prazo final de adesão ao programa (05/05). Por região, os números estão assim distribuídos: Norte (85,8%); Sudeste (71,4%); Centro-Oeste (67,9%); Nordeste (43%); e Sul (41,4%). No total, levando-se em consideração toda a área passível de cadastramento, 70,2% já fizeram a adesão. Mas, em relação ao número de propriedades, o quadro é bem pior, pouco mais de 50%.

Devido ao pouco tempo disponível para os produtores rurais ainda aderirem ao CAR, a CNA considera que a melhor saída para resolver o problema seria a edição de uma

Medida Provisória (MP) prorrogando o prazo de adesão. É bom lembrar, a propósito, o projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 707, de 2015, aprovado por uma Comissão Mista do Congresso, que analisou a questão da dívida dos produtores rurais. Nessa MP, foi incluída emenda propondo a prorrogação do prazo de adesão dos produtores rurais ao CAR até 31 de dezembro de 2017, iniciativa que teve apoio da CNA. A matéria segue agora para votação no plenário da Câmara dos Deputados, em data ainda a ser definida. Se aprovada, terá de ser votada posteriormente pelo plenário do Senado.

Quadro mais recente da adesão ao CAR em todo o país:

EXTRATO GERAL – BRASIL

	Região	Área Passível de Cadastro[1] em hectares	Área Cadastrada[2] em hectares	Imóveis Cadastrados[2]	Percentual de Área Cadastrada[3]
Geral Brasil	Norte	93.717.515	80.454.631	369.008	85,85%
	Nordeste	76.074.156	32.703.058	326.634	42,99%
	Centro-Oeste	129.889.570	88.225.163	261.811	67,92%
	Sudeste	56.374.996	40.270.502	672.298	71,43%
	Sul	41.780.627	17.285.671	667.435	41,37%
Assentamentos 1[4]			5.833.066	82.077	
Assentamentos 2[5]			14.861.225	267.759	
Total Geral		**397.836.864**	**279.633.315**	**2.647.022**	**70,29%**

[1]Área estimada com base no Censo Agropecuário 2006 (IBGE) e nas atualizações do Distrito Federal e dos estados Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Pará e Mato Grosso
[2]Para o estado do Pará, as informações correspondem aos dados declarados pelo estado em 31/01/2016; para o estado de São Paulo, as informações referem-se a 03/04/2016; para os demais estados, as informações referem-se a 31/03/2016
[3]Percentual calculado com base na área passível de cadastro
[4]Projetos de Assentamentos do INCRA em cadastramento no SICAR
[5]Projetos de Assentamentos do INCRA aguardando envio de dados (Sistemas Estaduais) para o SICAR

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro

Crédito rural - As dificuldades operacionais enfrentadas pelos produtores rurais, especialmente dos pequenos proprietários, dizem respeito a aspectos técnicos, relativos ao Código Florestal, e a lentidão do acesso à internet, especialmente nas cidades de pequeno e médio porte do interior do país. Os proprietários rurais dos estados nordestinos continuam enfrentando obstáculos para aderirem ao CAR. É o caso de Alagoas (18,03%); Ceará (28,63%); Paraíba (23,82%); Piauí (34,94%); Sergipe (33,23%); Rio Grande do Norte (37,02%); Pernambuco (19,28%); Bahia (26,46%). A exceção ficou por conta do Maranhão com adesão de 100% dos produtores ao CAR.

A CNA, diante dessa realidade, reforça o alerta aos produtores rurais com passivo ambiental, que não aderirem ao CAR até o dia 05 de maio: enfrentarão problemas. A legislação em vigor estabelece algumas condicionantes àqueles proprietários que ficarem de fora do CAR: a principal delas é a proibição do acesso ao crédito rural a partir de maio de 2017. Isso se os produtores não cumprirem as normas de proteção da vegetação nativa em Áreas de Proteção Permanente (APPs); de Reserva Legal (RL); e nas Áreas de Uso Restrito (AUR).

Com o objetivo de permitir que os proprietários de imóveis rurais possam fazer a adesão ao CAR, com mais facilidade e informações detalhadas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), integrante do sistema CNA, oferece em seu portal de educação a distância (ead.senar.org.br) curso gratuito, ensinando o passo a passo do CAR. O curso Cadastro Ambiental Rural é livre e pode ser feito por qualquer pessoa com 18 anos de idade ou mais.

A legislação que define o CAR, segundo a CNA, é complexa e exige condições que dificultam a declaração, pelo proprietário de imóvel rural. Além disso, existem obstáculos adicionais importantes a serem superados. A situação mais preocupante diz respeito ao acesso à internet, especialmente nas áreas rurais e naqueles municípios onde o acesso é precário devido a problemas de infraestrutura, logística e desenvolvimento tecnológico. Essa situação é mais grave nos estados do Nordeste.

Entendendo os termos do Código Florestal:

APP (Área de Preservação Permanente): Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo de espécies de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

Matas Ciliares: Vegetação que é adjacente ao curso de água e pode fazer parte da APP de curso de água. O termo refere-se ao fato de que ela pode ser tomada como uma espécie de "cílio" que protege os cursos de água;

ARL (Área de Reserva Legal): Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e

promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

Área de Uso Restrito: São os pantanais e planícies pantaneiras, além das áreas com inclinações entre 25° e 45°.

Nota da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). FETRAF. 04/05/2016.

Nota em defesa da agricultura familiar e da agroecologia

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso respondeu a uma demanda dos movimentos sociais do campo brasileiro e a uma necessidade de dotar o governo de um mecanismo de administração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Nos governos dos presidentes Lula e Dilma este ministério cresceu e formulou e executou um conjunto amplo de políticas de desenvolvimento: crédito, seguro agrícola, assistência técnica e extensão rural e reforma agrária, além de promover programas de compras institucionais de alimentos através da CONAB/MAPA (PAA) e do MEC/FNDE (PNAE) e de pesquisa e produção de sementes com a EMBRAPA/MAPA e de pesquisa/formação/extensão através do CNPq/MCTI.

Este conjunto de políticas atingiu um público de cerca de dois (2) milhões de famílias agricultoras, inclusive assentados/as da reforma agrária, povos tradicionais, indígenas, quilombolas, mulheres e jovens com amplos efeitos positivos na sua renda e nas suas condições de vida e de trabalho, o que contribuiu para que o Brasil pudesse sair do Mapa da Fome das Nações Unidas.

Estas políticas foram elaboradas e implementadas com ampla e intensa participação de representantes de todos os atores envolvidos na promoção do desenvolvimento: organizações de produtores, de mulheres, de jovens, de indígenas, de quilombolas, de extrativistas, de pescadores, de entidades de assistência técnica, de entidades de educação do campo vindas de todos os biomas do país. Esta experiência participativa de elaboração de politicas públicas foi articulada através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e não tem precedentes no Brasil e no mundo. Cabe também destacar a participação ativa do Conselho Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional (CONSEA) e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

As políticas do MDA evoluíram ao longo dos últimos 13 anos para adotar a meta de apoiar a agricultura familiar para a produção sustentável de alimentos saudáveis através da promoção da agroecologia. Esta proposta ficou consagrada tanto na I Conferencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural como na II Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, bem como na elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) que envolveu 11 ministérios sob a coordenação do MDA e da Secretaria de Governo.

Outras políticas que beneficiaram a agricultura familiar, coordenadas por outros ministérios, tais como os programas Um Milhão de Cisternas e Uma Terra e Duas Águas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estiveram estreitamente articuladas com as politicas e com recursos do MDA e contando com a participação na sua elaboração e execução com as várias das entidades representadas no CONDRAF.

Neste momento em que há ameaças de retrocessos na jovem democracia brasileira, nas políticas de desenvolvimento bem como nas políticas sociais, as entidades abaixo assinadas querem reafirmar a necessidade da manutenção do governo Dilma Rousseff, eleito pelo voto popular majoritário.

Ressaltamos que não serão admitidas quaisquer tentativas de desmonte das estruturas que sustentam a efetivação de referidas políticas públicas, nem mesmo propostas que atentem contra a existência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e contra os processos de demarcação dos territórios indígenas, ameaçados pela PEC 215, e de regularização dos territórios das comunidades tradicionais.

Destacamos a necessidade de manutenção do MDA e das politicas por ele executadas, bem como do seu modelo de participação social através do CONDRAF, sem que se altere o seu conteúdo original que fez do Brasil um modelo defendido inclusive pela FAO. Os milhões de beneficiários destas políticas não permitirão que as mesmas sejam eliminadas ou deturpadas sem uma forte reação de caráter nacional.

Assinam este manifesto:

AARJ - Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia

AGABIO - Associação dos Agricultores Guardiões da Agrobiodiversidade de Tenente Portela, RS

AGAPAN Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AGEFA - Associação Gaúcha das Escolas Famílias Agrícolas

AMA – Articulação Mineira de Agroecologia

AMASE - Associação Mão no Arado de Sergipe

AMEFA - Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícola

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia, PR

APA - Articulação Paulista de Agroecologia

ASA - Articulação Semiárido Brasileiro

ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

ASSESOAR, PR

Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande, Rio de Janeiro-RJ

CAA - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, MG

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida

CAPINA - Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

CDJBC – SE Centro de Assessoria e Serviços aos Trabalhadores/as da Terra Dom José Brandão de Castro

Centro Ecológico

Centro Sabiá, PE

CETAP - CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS POPULARES

CETRA, CE

COAOPA - Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica

Coletivo Nacional de Agricultura Urbana

CONAQ - COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Cooperativa CEDRO

CSA Brasil - Comunidade que Sustenta a Agricultura

ESPLAR- CENTRO DE PESQUISA E ASSESSORIA

FASE-Solidariedade e Educação

FETRAF – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

GIAS MT - Grupo de Intercâmbio em Agroecologia de Mato Grosso

Grito dos Excluídos Continental

Grupo Semente - Semeando para o desenvolvimento socioambiental

GT saúde e ambiente da ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

Instituto Centro de Vida

Instituto Uruçu – Sergipe

ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUDA SP Movimento Urbano de Agroecologia, São Paulo

Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicos - EVA/UFS

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PESACRE - Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre/PESACRE

Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica de São Paulo

Quilombo Vargem "Associação dos moradores e remanescentes do quilombo Cafundá Astrogilda", Rio de Janeiro – RJ

REDE - Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, MG

Rede de Agroecologia de Pernambuco

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia

REGA - Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil

REMA - Rede Maniva de Agroecologia

RESEA - Rede Sergipana de Agroecologia

SASAC – SE - Sociedade de Apoio Socioambientalista e Cultural

SASOP – Serviço de Assessoria às Organizações Populares

Serra Acima - Associação de Cultura e Educação Ambiental

Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnobiologia

TERRA DE DIREITOS

THEMA - Programas e Projetos Alternativos
UFBA/Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia
UNEFAB - União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
UNICAFES – União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
VP Consultoria Nutricional

Mapa apresenta balanço da fusão com Ministério da Pesca. MAPA. 04/05/2016.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e o secretário de Aquicultura e Pesca, Marlon Cambraia, concedem entrevista à imprensa, às 10h30 desta quinta-feira (5), para apresentar um balanço da fusão do Ministério da Pesca e Aquicultura e ao Mapa. A entrevista será no auditório da sobreloja do ministério.

Serviço:
Entrevista coletiva sobre fusão do Ministério da Pesca ao Mapa
Data: 5/5/2016 (quinta-feira)
Horário: 10h30
Local: Auditório da sobreloja do Mapa – Esplanada dos Ministérios - Bloco D – Brasília (DF)

Kátia Abreu diz que quer ser 'corresponsável' caso Dilma seja afastada por 'pedaladas'. Carla Araújo e Victor Martins - O Estado de São Paulo, Política. 04/05/2016

Em evento para lançar Plano Safra, a ministra disse que pediu à presidente para investir na agricultura
BRASÍLIA - Amiga da presidente Dilma Rousseff, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu (PMDB-TO), saiu novamente em defesa de Dilma durante o anúncio do Plano Safra na manhã desta quarta-feira, 4, e afirmou que as acusações que constam no processo de impeachment são infundadas. Kátia, que já havia participado da defesa da presidente na comissão especial no Senado, disse que, caso responsabilizem Dilma por conceder crédito ao agronegócio, ela quer ser "corresponsável".

"Muito me entristece ver as acusações a sua pessoa, de lutarem para tentar tomar o seu mandato", disse à presidente. Segundo a ministra, uma das razões que apontam para afastar

Dilma é "por ter acreditado na agricultura brasileira". "Se isso for verdade e se isso se concretizar, quero ser corresponsável nesses atos porque foi eu que disse para que investisse na agricultura e teria resposta."

Kátia Abreu, que está na linha de frente de defesa da presidente, fez um balanço dos seis anos de governo da Dilma e em tom de despedida disse que tem muito orgulho de participar do governo. A ministra disse que os seres humanos têm o hábito de lembrar apenas do que não conseguiu e esquecem os feitos alcançados. "A presidente Dilma entregou aos produtores R$ 905 bilhões de crédito de custeio e investimento, um aumento de 102% em seis anos", afirmou.

A ministra citou outras ações da presidente e disse confiar e ter convicção de que Dilma vai deixar um importante legado para o Brasil e para a agricultura. "Popularidade vai e vem, mas a honra nunca mais volta", afirmou. "Tenho orgulho de ter a senhora como presidente do Brasil."

Prédio do Ministério da Agricultura é evacuado após ameaça de bomba. Victor Martins - O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 04/05/2016

Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar fazem uma varredura no local para identificar se a ameaça é real

BRASÍLIA - O prédio do Ministério da Agricultura em Brasília foi evacuado na manhã desta quarta-feira, 4, depois de uma ameaça de bomba. O Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar fazem uma varredura no local para identificar se a ameaça é real. A situação ocorre no mesmo dia do anúncio do Plano Safra 2016/2017, que deve disponibilizar mais de R$ 200 bilhões em financiamentos para médios e grandes agropecuaristas.

A equipe da ministra Kátia Abreu, que iria passar pelo ministério antes de se dirigir ao Palácio do Planalto, onde ocorrerá o anúncio do plano, irá direto para a sede do governo federal.

Nesta terça-feira, o Palácio do Planalto informou que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, que se inicia em 1º de julho, vai ofertar R$ 30 bilhões em crédito para o financiamento da produção. Na safra atual, 2015/16, a oferta havia sido um pouco menor, de R$ 28,9 bilhões, e os recursos contratados devem alcançar R$ 22 bilhões até o fim da safra.

MST lança o Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária, em Minas Gerais. Geanini Hackbardt. Site do MST, 05/05/2016.

O MST trará para a capital mineira toda a produção de 32 anos de caminhada.

“Quando o primeiro acampamento surgiu na Encruzilhada Natalino, no Rio Grande do Sul, cercado pelo Coronel Curió, havia um grupo de meia dúzia de crianças brincando em cima de um árvore. Elas cantavam ‘a classe roceira e a classe operária esperam ansiosas a reforma agrária’.

O intelectual que passava por lá disse: esses Sem Terra vão vencer, porque eles incluíram o canto e a cultura no meio deles.” Assim contou Ênio Bohnenberger, Direção Nacional do MST, durante o lançamento do Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária.

Nenhum momento seria melhor para fazer tal anúncio, senão durante a chegada da “Marcha pela Democracia”, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte: cidade que receberá as atrações do Festival, no período de 20 a 24 de julho.

O MST trará para a capital mineira toda a produção de 32 anos de caminhada. Ela estará à mostra na Feira de Produtos Agroecológicos e culinária regional, mas a produção do movimento vai muito além disso. Trata-se de um acervo político, social, organizativo e artístico – das mais diversas linguagens – que garantiu a resistência do povo sem terra por todos esses anos de abandono da Reforma Agrária.

Ainda segundo Ênio, desde aquele ano, em 1979, “não se faz uma reunião, uma assembleia, uma atividade no movimento sem um poema, uma canção ou um ato místico que incorpore a cultura”.

Na disputa pela Reforma Agrária e pela transformação social, o MST não luta apenas pela a terra. O imaginário social, o universo simbólico, a consciência humana também são territórios onde uma sutil e delicada batalha é travada, na qual a cultura possui centralidade estratégica.

O dirigente relatou que a marcha é uma das práticas mais comuns entre os povos que buscam a liberdade. “A começar pelos negros que rondavam os palácios de Roma e quando chegou a vez em que acharam que tinham acabado com todos os escravos romanos fugitivos, eles erguiam fogueiras ao redor dos palácios a noite e batiam tambores para dizerem: estamos vivos ainda”. O festival ecoará o som desses tambores e do canto de resistência.

Tendo em vista a urgência de popularizar a pauta do movimento, para que as cidades entendam a importância da democratização das terras para produção de alimentos saudáveis e a necessidade contrapor o ódio que se alastra como epidemia na atual conjuntura, o MST convida a sociedade a conhecer de perto o que é o movimento.

Seja na instalação do acampamento de lona preta, na mostra de vídeos e artes plásticas, seja nos debates, nas atrações nacionais e internacionais, etc, os participantes terão oportunidade de vivenciar a cultura da luta pela terra. “Não queremos que seja um festival do MST, queremos que seja um festival dos povos brasileiros”, disse Ênio.

Durante os quatro dias, haverá apresentações de composições inéditas no festival de música, “Da luta brotam vozes de liberdade”.

E declamações das poesias na Mostra “Versando Rebeldia”, que resultarão num livro de 100 poemas. Já o festival se converterá em CD, com as 20 melhores composições, 10 da militância e 10 de compositores profissionais. Ambas inscrições estão abertas até 31 de maio de 2016.

Ministério atualiza exigências para o seguro desemprego no período de defeso. MAPA. 05/05/2016.

Medida visa a dar mais transparência na concessão do benefício

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) começou a adotar novos procedimentos para concessão do benefício do seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (5) pela ministra Kátia Abreu, durante a apresentação do balanço de sete meses da fusão do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura ao Mapa.

O objetivo da medida é dar mais transparência à concessão do seguro desemprego ao pescador artesanal, beneficiando aqueles que dependem efetivamente da atividade pesqueira. Isso significa que a Mapa e as superintendências federais de Agricultura nos estados passarão a exigir a apresentação de documentação para o pagamento do seguro defeso.

De acordo com o secretário de Aquicultura e Pesca do Mapa, Marlon Cambraia, os novos procedimentos para concessão do seguro desemprego durante o defeso foram recomendados pelo grupo de trabalho interministerial instituído pelo governo federal em 2015 para avaliar a situação do setor.

Também por orientação do grupo, o Mapa criou normas para a classificação do pescador principal, pescador exclusivo (beneficiário do seguro desemprego) e pescador subsidiário. Além disso, fez a adequação do Sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira.

O grupo interministerial constatou ainda que o Brasil tem hoje 300 mil registros de pescadores artesanais com pendências, aptos para serem suspensos. Esse contingente faz parte de um total de 1.103.969 pescadores existentes em todo país, nas diferentes modalidades. Os profissionais em situação irregular devem procurar as superintendências federais de Agricultura para regularizar o Registro Geral de Pesca.

O grupo de trabalho interministerial foi coordenado pela secretária de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa, Tânia Garib.

Mapa participa de audiência pública no Senado sobre adesão ao Sisbi. Cláudia Lafetá - MAPA. 05/05/2016.

Agroindústrias de unidades da Federação que entram no sistema podem aumentar vendas

“Precisamos oferecer segurança alimentar para toda a sociedade”, disse o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luis Rangel, nesta quinta-feira (5), durante audiência pública no Senado sobre a adesão das unidades da Federação ao Sistema Brasileiro de Inspeção (Sisbi). Para ele, é preciso democratizar o processo de inspeção com as qualidades desenvolvidas na área federal.

Durante a audiência, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, o secretário defendeu a padronização dos procedimentos para que os estados e o DF sejam auditados com qualidade.

Em abril deste ano, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) se reuniu com representantes das superintendências federais de Agricultura dos estados que estão em processo de adesão ao Sisbi. Já aderiram ao sistema o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Espírito Santo e Goiás.

Os estados que aderem ao Sisbi garantem às agroindústrias interessadas a autorização para venderem seus produtos de origem animal - como queijos, salames, ovos e mel - para todo o país, e não apenas para sua cidade ou estado.

A adesão beneficia principalmente os pequenos estabelecimentos, que muitas vezes têm dificuldade em cumprir todos os requisitos burocráticos e técnicos exigidos pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF).

Mapa economiza mais de R$ 287 milhões com a fusão ao Ministério da Pesca. Cláudia Lafetá - MAPA. 05/05/2016.

Redução de gastos não comprometeu resultado das atividades

A fusão entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) resultou em uma economia de R$ 287,3 milhões. O anúncio foi feito pela ministra Kátia Abreu nesta quinta-feira (5), em Brasília. O ajuste de convênios, por exemplo, gerou uma economia de R$ 135,9 milhões.

“Não é porque é público que pode ser de qualquer jeito. A gestão pública pode, sim, se aproximar da gestão privada", ressaltou a ministra, ao defender os cortes feitos pelo governo. Ela apresentou o balanço dos sete meses da fusão do MPA ao Mapa junto com a secretária-executiva Mila Jaber, o secretário de Aquicultura e Pesca, Marlon Cambraia, e a secretária de Mobilidade Social e do Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa, Tânia Garib.

Segundo Mila Jaber, foram feitos cortes em contratos no valor R$ 44,2 milhões. Nas superintendências federais de Agricultura, a contenção de gastos chegou a R$ 65,7 milhões. Além disso, houve redução de 200 cargos comissionados (R$ 41,7 milhões). “Podemos continuar nosso trabalho com uma estrutura enxuta, mas com bons resultados”, disse Mila.

Ao todo 2.976 certificados de embarcações foram renovados, o que representou uma redução de 75% do que estava pendente. Atualmente, faltam apenas 951 certificados. De acordo com Marlon Cambraia, foi criada uma força-tarefa para não deixar nenhuma embarcação impedida de desenvolver sua atividade profissional.

As atribuições do extinto MPA passaram agora para a Secretaria de Aquicultura e Pesca, que têm departamentos: Planejamento e Ordenamento da Aquicultura; Ordenamento e Planejamento da Pesca e Registro, Monitoramento e Controle da Aquicultura e Pesca.

CAR é prorrogado para produtores rurais com até 4 módulos fiscais. Bettina Barros – Valor Econômico. 05/05/2016

Uma medida provisória assinada pela presidente da República, Dilma Rousseff, prorrogou para o dia 05 de maio de 2017 o prazo para que os imóveis com até quatro módulos fiscais façam o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A MP n° 724 foi publicada do Diário Oficial de hoje.

A prorrogação dos benefícios associados ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) vale apenas para as propriedades ou posses rurais com menos de quatro módulos fiscais, unidade de medida que varia de acordo com o município do país, indo de 5 a 110 hectares.

Segundo o diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e responsável pela gestão do CAR, Raimundo Deusdará, a medida foi uma maneira de ampliar a inclusão dos agricultores familiares, tendo em vista que estes, conforme o Código Florestal, tem direito a apoio do Poder Público.

“Uma característica do novo Código é tratar os diferentes de maneira diferente. Com a prorrogação do prazo, teremos mais um ano para prestar apoio aos pequenos, conforme previsto na Lei”, afirmou.

Deusdará explica que o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) continuará disponível para todos os proprietários ou possuidores, mas os cadastros de imóveis com mais de quatro módulos fiscais que forem feitos após hoje, quando vence o

prazo do CAR para os demais proprietários rurais, não terão acesso aos benefícios vinculados ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Segundo ele, a expectativa é que mais de três milhões de imóveis rurais façam o cadastro e que a área cadastrada alcance 330 milhões de hectares até o final do dia . Área que corresponde a quase dez vezes o tamanho da Alemanha.

Inscrição no Cadastro Ambiental Rural. Rafael Matthes – Valor Econômico. 05/05/2016.

Uma das principais novidades do novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651, de 2012) foi a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Trata-se de um sistema eletrônico para os proprietários, possuidores e titulares de domínio útil declararem seu passivo e ativo florestal, ou seja, suas áreas de reserva legal, preservação permanente e as possíveis intervenções ocorridas nos últimos anos.

Feita a declaração, competirá então ao órgão público estadual analisar e conferir se as informações estão compatíveis com os dispositivos legais. Em havendo regularidade, deverá o proprietário, apenas, informar quaisquer mudanças futuras. Em não havendo regularidade, a declaração vai para a "malha fina". Neste caso, o proprietário será convidado a se inscrever no Programa de Regularização Ambiental (PRA) para adequar as pendências.

Vale lembrar que o CAR é o primeiro passo para a adequação ambiental dos imóveis rurais. Hoje, a inscrição é requisito, por exemplo, para a concessão de incentivos fiscais relacionados ao Imposto Territorial Rural (ITR), para licenciamento de empreendimentos, para retificação de áreas rurais com base no georreferenciamento, para aquisição de imóveis via usucapião, além de que, a partir de maio de 2017, as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR.

Discute-se na Câmara dos Deputados uma nova prorrogação do prazo de adesão, mas nada indica que sairá do papel

A inscrição garante ainda que, enquanto não implantado o Programa de Regularização Ambiental (PRA) em todos os Estados e no Distrito Federal, o proprietário ou o

possuidor não poderá receber multas por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação.

Constatado qualquer passivo ambiental com base na declaração feita ao CAR e, a partir da adesão ao PRA, todas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação, restarão, então, suspensas e os altos valores das multas aplicadas serão convertidos em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Não resta a menor dúvida de que o CAR trouxe efetividade social ao cumprimento das regras ambientais, permitiu que os proprietários superem a irregularidade e alcancem a tão almejada adequação ambiental, além de garantir benefícios importantes. Hoje, não há mais o sentimento de que se trata de uma "lei que não pegou". O CAR já é uma realidade, com mais de 70% do território mapeado.

Pela primeira vez, há, em território nacional, informações claras e acessíveis sobre a situação agrária e ambiental do setor rural, permitindo, de um lado, melhores políticas ambientais a serem desenvolvidas pelo poder público e, de outro, segurança jurídica para os proprietários rurais.

A adesão ao CAR, no entanto, tem prazo. De acordo com o novo Código Florestal, a inscrição dos imóveis rurais no CAR deve ser feita em um ano contado da sua implantação, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por ato do chefe do Poder Executivo. Ou seja, o prazo máximo para inscrição, contado do período de prorrogação, era de dois anos.

Ocorre que o prazo, iniciado com a publicação da Instrução Normativa nº 2, em 5 de maio de 2014, e que já foi prorrogado, vencerá hoje, dia 5. O tempo está se esgotando e a informação prestada pelo Ministério do Meio Ambiente é de que cerca de 30% de todo o território ainda precisa ser inscrito no CAR.

Discute-se, hoje, uma nova prorrogação, por um novo período. Para se ter uma ideia, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei de Conversão nº 8/16, proveniente da Medida Provisória nº 707/2015, que estende o prazo até 31 de dezembro de 2017, prorrogável por mais um ano, por ato do chefe do Poder Executivo.

O trâmite da nova prorrogação não se assemelha ao verificado em 2015, pois, desta vez, ela não pode ser feita por ato do Executivo. A regra é clara: só é permitida a prorrogação uma única vez. Para um novo prazo, é necessária a publicação de uma nova lei, que altere a vigente.

Em meio à tramitação em regime de urgência do processo de impeachment da presidente da República no Congresso Nacional, nada indica que no plano prático tal expectativa sairá do papel. No plano jurídico, tampouco parece ser a melhor decisão a ser tomada pelo governo federal, pois traria insegurança jurídica quanto às normas florestais.

Para não dizer que "dormientibus non succurrit jus" (o direito não socorre aos que dormem), é possível pensar-se em alternativas interessantes para aqueles que deixarem de cumprir o prazo. Como exemplo, pode-se citar o Estado de Mato Grosso, que permitirá, mesmo após o fim do período, a adesão ao CAR e ao PRA, porém sem a concessão dos benefícios relacionados à suspensão das sanções anteriormente aplicadas.

Rafael Matthes é advogado do Chiarottino e Nicoletti Advogados, mestre em direito ambiental, especialista em direito tributário e professor de direito ambiental e de direito tributário na Universidade Anhanguera, em São Paulo e Guarulhos (SP)

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

---

CNA e FAESC orientam sindicatos sobre legislação previdenciária. CNA.05/05/2016.

Integrantes dos Sindicatos Rurais do oeste e extremo oeste participaram nesta quinta e sexta-feira (5 e 6) de uma capacitação sobre legislação previdenciária e CNIS Rural promovida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. O curso aconteceu no auditório do Mogano Premium Hotel e contou com a participação de 28 assistentes administrativos dos Sindicatos da região.

Os profissionais receberam orientações com relação ao enquadramento do segurado especial, benefícios previdenciários e esclareceram dúvidas sobre o Cadastro Nacional

de Informações Sociais para inclusão dos segurados especiais (CNIS Rural). A temática foi abordada por Vania Gomes Ataídes da Silva, assessora jurídica da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da CNA, Rafael Vilela de Avelar Resende, consultor CNA, e o representante da Gerência do INSS de Chapecó Eduardo Augusto Agne Bonamigo.

Segundo Resende, é fundamental que os Sindicatos incentivem a inscrição do trabalhador rural no CNIS para que ele mantenha o cadastro e facilite a concessão dos seus benefícios. “Muitos segurados especiais não conseguem acessar a aposentadoria por não apresentarem todos os documentos necessários, estando cadastrados eles possuem acesso sem maiores problemas”, destacou.

Para garantir a aposentadoria o segurado especial precisa realizar 180 contribuições ao INSS. “Durante 15 anos eles pagarão 2,1% sobre o valor da produção mensal”, explicou Resende. Dados da legislação aplicada ao segurado especial e suas novidades também foram apresentadas. Resende abordou conceitos e enquadramentos da Lei 11.718/08 – IN 77 e IN 61, informações da constituição Federal 1988 – reconhecimento do segurado especial e da Lei 12.873/2013 e suas alterações.

Bonamigo explicou que são reconhecidos como segurados especiais os trabalhadores e produtores rurais que produzem em regime de economia familiar e não utilizam de mão de obra assalariada por mais de 120 pessoas/dia dentro do ano civil em períodos corridos ou intercalados, ou ainda por tempo equivalente em horas trabalho, à razão de 8 horas/dia e 44 horas semanais. Conforme a Lei 8.212/91, de Custeio da Previdência, os segurados devem recolher contribuições para o INSS sempre que comercializem sua produção. A Lei 8.213/91, do Plano de Benefícios, determina que, se não houver essa contribuição, o segurado especial deve comprovar o exercício da atividade rural quando requerer qualquer benefício previdenciário.

De acordo com o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo, “a iniciativa contempla uma nova etapa do programa Sindicato Forte no Estado, que busca a excelência dos trabalhos dos Sindicatos Rurais”.

Participaram os Sindicatos de Abelardo Luz, Água Doce, Campo Erê, Campos Novos, Chapecó, Dionísio Cerqueira, Ipumirim, Itapiranga, Ouro Verde, Palmitos, Pinhalzinho, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Seara, Tangará e Videira.

NOVA TURMA

Uma segunda capacitação está prevista para os dias 19 e 20 de maio, com 50 participantes, no auditório do Golden Hotel & Eventos, em São José. A temática será abordada por Vania Gomes Ataídes da Silva e Rafael Vilela de Avelar Resende (CNA) e o representante da Gerência Executiva do INSS de Florianópolis Arnaldo Pescador. Participarão os Sindicatos de Agrolândia, Alfredo Wagner, Araranguá, Armazén, Bela Vista do Toldo, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Braço do Norte, Blumenau, Campo Alegre, Canoinhas, Florianópolis, Ilhota, Imaruí, Irineópolis, Itaiópolis, Ituporanga, Jaguaruna, Major Vieira, Massaranduba, Nova Veneza, Ponte Alta, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio Fortuna, Santa Cecília, São Bonifácio, São José, São José do Cerrito, Timbé do Sul, Tubarão e Turvo.

Prorrogado prazo para inscrição no CAR. FETRAF. 05/05/2016.

Agricultores familiares poderão fazer CAR até maio de 2017

Uma medida provisória assinada pela presidente da República, Dilma Rousseff, prorrogou para o dia 05 de maio de 2017 o prazo para que os imóveis com até quatro módulos fiscais façam o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com direito aos benefícios trazidos pelo Código Florestal, Lei N° 12.651/2012. A MP N° 724 foi publicada no Diário Oficial de hoje, 05/05.

A prorrogação dos benefícios associados ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) vale apenas para as propriedades ou posses rurais que se referem à agricultura familiar e com até quatro módulos fiscais, unidade de medida que varia de acordo com o município do país, indo de 5 a 110 hectares.

De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), a medida foi uma maneira de ampliar a inclusão dos agricultores familiares, tendo em vista que estes, conforme o Código Florestal, tem direito a apoio do Poder Público.

O Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) continuará disponível para todos os proprietários ou possuidores, contudo, os cadastros de imóveis com mais de quatro módulos fiscais que forem feitos após o dia 05/05/2016 não terão acesso aos benefícios vinculados ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Com informações do Serviço Florestal Brasileiro

Inflação acelera alta para 0,61% em abril, puxada por alimentos e remédios. Daniela Amorim, - O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 06/05/2016

Resultado veio acima do esperado por analistas; em 12 meses, o IPCA acumula alta de 9,28%, o menor patamar desde junho de 2015, mas ainda bem acima do teto da meta, de 6,5%

RIO - A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou abril com alta de 0,61%, ante uma variação de 0,43% em março, informou nesta sexta-feira, 6, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta foi puxada principalmente pelo reajuste de remédios e por aumento de preços dos alimentos.

O resultado ficou acima do intervalo das estimativas dos analistas ouvidos pelo AE Projeções, serviço da Agência Estado, que iam de uma taxa de 0,41% a 0,60%, com mediana de 0,54%.

Como resultado, a taxa acumulada no ano foi de 3,25%. Nos 12 meses encerrados em abril, o IPCA foi de 9,28%, ainda muito acima do teto da meta estipulada pelo governo, de 6,5%, mas o menor patamar desde junho de 2015, quando estava em 8,89%. A desaceleração na taxa acumulada em 12 meses teve início em fevereiro deste ano, quando diminuiu de 10,71% em janeiro para 10,36%. Em março, o resultado era de 9,39%.

A demanda mais fraca voltou a reduzir a inflação de serviços em abril. A taxa acumulada em 12 meses passou de 7,49% em março para 7,34% no último mês. O resultado de abril foi o mais baixo da série histórica do IBGE, iniciada em janeiro de 2013, quando os serviços começam a pressionar o IPCA.

"A gente espera que nos próximos meses a inflação de serviços (acumulada em 12 meses) se firme nesse patamar de 7%, e esse movimento a gente pode atribuir à demanda mais fraca", afirmou Eulina Nunes dos Santos, coordenadora de Índices de

Preços do IBGE.

Alimentos e remédios. O grupo Alimentação e Bebidas desacelerou a alta de 1,24%, em março, para 1,09% em abril, o equivalente a uma contribuição de 0,28 ponto porcentual para a inflação do último mês. Já o grupo Saúde e cuidados pessoais disparou de 0,78% em março para 2,33% em abril, sendo responsável por 0,26 ponto porcentual do último IPCA.

Juntos, os dois grupos responderam por 89% de toda a inflação do mês, o equivalente a 0,54 ponto porcentual sobre a taxa de 0,61% do IPCA.

Os remédios ficaram 6,26% mais caros em abril, como reflexo de parte do reajuste de até 12,50% em vigor desde o 1º dia de abril. O item deu a maior contribuição individual para a inflação do mês, o equivalente a 0,20 ponto porcentual. Outros destaques do grupo Saúde e cuidados pessoais foram plano de saúde (1,06%), artigos de higiene pessoal (0,58%) e serviços laboratoriais e hospitalares (0,52%).

Segundo o IBGE, as mudanças climáticas e o aumento na demanda, sobretudo em países emergentes, tem pressionado os preços dos alimentos na última década. De janeiro de 2007 até abril de 2016, os alimentos ficaram 129% mais caros, enquanto a inflação no mesmo período foi de 77,40%.

Em abril, as principais altas entre os alimentos foram batata-inglesa (13,13%) e açaí (9,22%). Na direção oposta, o tomate ficou 15,26% mais barato na passagem de março para abril.

"O que aumentou foi supermercado. Os problemas climáticos têm prejudicado a safra da batata e das frutas também. E, no caso do leite, o pecuarista tem preferido usar o gado para corte. Tanto é que a carne está com preço em queda, pela maior oferta. Com isso, o leite está na entressafra, e junto com ele tem toda a cadeia de derivados do leite que ficam mais caros também", explicou Eulina.

Conta de luz. Já a tarifa de energia elétrica recuou 3,11% em abril. O item exerceu o mais expressivo impacto negativo sobre a inflação do mês, o equivalente a -0,12 ponto porcentual para a taxa de 0,61% do IPCA. O comportamento foi resultado do fim da cobrança extra da bandeira tarifária. Desde 1º de abril, deixou de ser cobrado o valor de R$ 1,50 por cada 100 kilowatts-hora consumidos, referente à bandeira amarela.

As contas de luz ficaram mais baratas em quase todas as regiões pesquisadas. As exceções foram Fortaleza, onde houve alta de 2,42% por conta do reajuste de 12,97% em 22 de abril, e Campo Grande, com aumento de 0,38% em função do reajuste de 7,40% a partir de 8 de abril.

A energia elétrica, apesar das sucessivas quedas este ano, devolveu 6,96% da alta de cerca de 50% registrada em 2015, observou Eulina. "Uma conta que você pagava R$ 100,00 em dezembro de 2014 terminou em R$ 150,00 em 2015. E, agora, está em R$ 141. Então, apesar da queda este ano, não devolveu R$ 41 do aumento do ano passado", calculou a coordenadora do IBGE.

Em maio, a conta de luz deve voltar a pressionar a inflação, devido aos reajustes em Fortaleza (12,97% em 22 de abril), Salvador (10,72% em 22 de abril), Campo Grande (7,40% em 8 de abril) e Recife (9,9% em 29 de abril).

Baixa renda. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 0,64% em abril, após ter registrado alta de 0,44% em março, segundo o IBGE. Como resultado, o índice acumulou uma alta de 3,58% no ano e avanço de 9,83% em 12 meses. O INPC mede a variação dos preços para as famílias com renda de um a cinco salários mínimos e chefiadas por assalariados.

Juventude fez protesto no Senado Federal contra o "golpe". FETRAF. 06/05/2016.

Coordenação de Juventude da FETRAF/BRASIL marcou presença no ato

Participantes do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) se reuniram na tarde de quarta-feira (04/05), para manifestar contrariedade ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O ato aconteceu no Senado Federal e contou com a partipação de cerca de 50 jovens que estavam em plenária na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paulo Paim.

O Coordenador de Juventude da FETRAF/BRASIL, Francisco Auri Alves Junior, integrou o movimento e fez uma avaliação sobre o processo do golpe. "Lutar contra o golpe é fortalecer a luta em defesa dos direitos dos jovens agricultores por melhores condições de vida", disse.

Os jovens saíram pelos corredores do Senado com cartazes classificando o processo de "golpe" e o vice-presidente da República, Michel Temer, de "traidor". Além dos cartazes, os jovens fizeram um jogral para criticar o prosseguimento do processo, havendo ainda momentos em que a polícia parlamentar teria provocado uma situação violenta contra presentes.

Lindbergh Farias (PT-RJ) e Fátima Bezerra (PT-RN), senadores governistas, se juntaram aos jovens durante o protesto para prestar apoio.

CNA defende prorrogação de inscrição do CAR para todas as propriedades. CNA. 06/05/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende a edição de uma nova Medida Provisória (MP) para incluir todos os produtores na prorrogação do prazo de inscrição das propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A manifestação ocorre um dia após a edição da MP 724, que estendeu, até 5 de maio de 2017, a data

limite apenas para os imóveis de até quatro módulos fiscais, o que provocou reação da entidade e das federações estaduais de agricultura e pecuária.

Na avaliação da CNA, o CAR deve contemplar todas as propriedades, independente do tamanho, como está previsto no Código Florestal (12.651/12). A Confederação ressalta que a MP editada pelo governo federal fere o princípio da isonomia, previsto na Constituição Federal, e mostra claramente a ineficiência do Estado em cumprir a legislação. A CNA também lembra as dificuldades que os produtores rurais tiveram em fazer o cadastro nos estados, diante da complexidade de preenchimento do sistema e transmissão das informações, além do baixo acesso de que vive no campo às ferramentas tecnológicas.

"A segmentação na aplicação do prazo não atende aos objetivos do Código Florestal, prejudica os médios e grandes proprietários rurais e não gera ganho ambiental, objetivo da Lei. Prorrogar o CAR somente desta parcela das propriedades mostra que o poder público, em dois anos, não cumpriu com sua obrigação e, provavelmente, não cumprirá em mais um ano", diz nota técnica da entidade. Na avaliação da entidade, o CAR ainda não cumpriu seus objetivos, pois apenas 51% dos imóveis rurais estão cadastrados, o que reforça a necessidade de se estender o prazo de adesão ao cadastro para todas as propriedades.

A inscrição do imóvel é condição obrigatória para o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que vai promover a regulamentação do passivo ambiental das propriedades. No entanto, a maioria dos estados ainda não iniciou a execução do PRA e, portanto, "não produziu o efeito necessário de segurança jurídica para sua execução". Ao preencher o CAR, o produtor rural deve fornecer todas as informações sobre o imóvel, entre as quais as áreas passíveis de recuperação ambiental. Após esta etapa, o PRA vai determinar as áreas que devem ser preservadas e recompostas na propriedade.

Para virar lei, uma medida provisória precisa ser analisada e aprovada pelo Legislativo em 120 dias (60 dias, prorrogáveis por igual período). Neste período, a matéria precisa ser apreciada por uma comissão especial mista, composta por deputados e senadores, e pelos plenários da Câmara e do Senado. Depois de aprovada pelo Legislativo, deve ser sancionada pela Presidência da República em 15 dias.

Ministério Público do trabalho destaca atuação da CNA nas "boas práticas sindicais". CNA. 06/05/2016.

A atuação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na defesa das boas práticas sindicais foi um dos destaques do 4º Congresso Internacional de Direito Sindical, que ocorreu de quarta-feira até hoje, (06/05), em Fortaleza (CE). O evento foi promovido pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical no Ceará (Conalis), órgão ligado ao Ministério Público do Trabalho (MPT), e reuniu diversos especialistas sobre o tema de todo o país.

Representante da CNA no encontro, o coordenador da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da entidade, Cristiano Zaranza, falou sobre a atuação da Confederação junto às federações, sindicatos e produtores rurais com o objetivo de aprimorar cada vez mais a representatividade da classe rural e a qualificação das lideranças sindicais. Ele relata que um dos pontos altos dos debates foi o interesse dos participantes pela questão sindical rural.

"Conseguimos nos aproximar mais do MPT, que pela primeira vez fez elogios à atuação da CNA", afirma Zaranza. Em publicação sobre o Congresso, o procurador regional do Ministério Público do Trabalho (MPT), Francisco Gérson Marques de Lima, uma das maiores autoridades em direito sindical do país, mencionou a CNA como a única entidade patronal em meio a outras entidades elogiadas pelo procurador no evento. Marques mencionou, entre outros pontos, os "esforços que a entidade faz na qualificação de seus sindicalizados".

"Um dos pontos que me chamou a atenção foi a autoavaliação que a Confederação faz periodicamente, com indicadores e consulta à categoria no sentido de colher informações como o grau de representatividade, sugestões e a receptividade de sua atuação. Este procedimento se dá após os esforços na qualificação de seus sindicalizados. (...) A capacitação é programa permanente da Confederação, cujos cursos são oferecidos gratuitamente", frisou o procurador.

Um dos objetivos do encontro foi aproximar o MPT do movimento sindical e conhecer as boas práticas adotadas pelas entidades. Na avaliação do procurador, o estreitamento das relações, com diálogo e experiências bem sucedidas, poderia resultar, no futuro, na

criação de um selo de qualidade sindical, com avaliação permanente do MPT e das entidades.

DISTRITO FEDERAL: Conab participa da AgroBrasília. CONAB. 09/05/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) participará da AgroBrasília - Feira Internacional dos Cerrados, que começa nesta terça-feira (10) e vai até 14 de maio, no Parque Tecnológico Ivaldo Ceni, em Brasília.

Técnicos da Superintendência Regional da Conab no Distrito Federal farão atendimento ao público no estande da Empresa de Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Serão apresentados programas e ações executados pela Companhia, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Vendas em Balcão, Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e dados de avaliação de safra.

O estande estará no espaço Vitrines Tecnológicas, que contará com uma área dinâmica para máquinas e implementos agrícolas e um espaço destinado à apresentação de soluções para a agricultura familiar.

A AgroBrasília, realizada pela Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF), apresenta inovações tecnológicas para diferentes segmentos do agronegócio brasileiro e promove negócios no setor. Na edição anterior, em 2015, 98 mil pessoas passaram pelo evento, que movimentou R$ 627 milhões em negócios.

Os desafios que cercam o 'pós-CAR'. Bettina Barros – Valor Econômico. 09/05/2016.

A adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), encerrada na quinta-feira exceto para os pequenos proprietários, foi a primeira batalha de uma "guerra" para a regularização ambiental em todo o país. Segundo o governo federal, 77,6% da área rural cadastrável no país se inscreveu nos dois últimos anos, um resultado comemorado como uma vitória diante das especulações, até a última hora, de que o CAR poderia ser adiado pela terceira vez e até derrubado por questionamentos ao Código Florestal.

Dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), ligado ao Ministério do Meio Ambiente e responsável pela gestão do CAR, apontam que 3,11 milhões de propriedades do país se inscreveram até 5 de maio. Se levados em consideração os cadastros de propriedades rurais localizadas dentro de unidades de conservação - neste caso, feitos automaticamente pelo Incra -, a área total inscrita atinge 92,5% do território brasileiro cadastrável. A separação dos números visa mostrar o "esforço individual e cooperativista" dos proprietários para o cadastramento.

Os números desafiam céticos e críticos ao Código Florestal, mas são só o início desse processo histórico de mapeamento da cobertura verde do país. Para especialistas ambientais e do corpo técnico dos governos estaduais, o mais difícil virá agora.

"Havia um número grande de cadastros que estavam preenchidos, mas não eram finalizados - os produtores não 'subiam' para o sistema por acharem que o prazo final mudaria na última hora. Mas é no pós-CAR que a brincadeira vai começar", afirma Plínio Ribeiro, da consultoria Biofílica.

Estar inscrito é o primeiro passo para a adequação, mas não significa que o imóvel está regularizado. Cabe aos órgãos públicos estaduais fazer a averiguação individual e a aprovação dos cadastros. Para isso, é preciso que cada Estado regulamente o chamado PRA, o Programa de Regularização Ambiental. É ele que determinará onde e como será feita a compensação de imóveis com déficit de florestas, de acordo com as peculiaridades de cada região.

O problema inicial é de descompasso: Estados como Pará e Mato Grosso já aprovaram os seus PRAs, mas outros parecem longe disso, seja por falta de interesse político ou divergências locais. Sem o PRA, o CAR é um documento inócuo - promessa que resultará em nada.

Em São Paulo, onde a lei do PRA foi regulamentada em janeiro, a Secretaria de Meio Ambiente (Sema), comandada por Patrícia Iglecias, dará início imediato à checagem de cadastros. Nas últimas semanas, 900 cadastros passaram pelo pente fino técnico do órgão. Uma análise inicial sugere que a qualidade do CAR está aquém do desejado. Como é um documento declaratório, feito em grande parte pelos donos dos imóveis, as chances de erros (deliberados ou não) são grandes.

"Dos 900 cadastros analisados, 553 foram de cara cancelados por serem nitidamente falsos", diz Caroline V. Cogueto, da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais da Sema paulista. Para os demais, a secretaria notificou proprietários e solicitou mais informações. De todos, apenas um foi aprovado.

Outro problema é a incompatibilidade operacional que vem sendo notada entre os sistemas de alguns Estados e o governo federal, o que dificulta sobretudo o processo de checagem do CAR. Em Mato Grosso, o governo estadual ameaça "romper" com o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) se os problemas tecnológicos não forem reparados. Um dos pioneiros na adoção do SiCAR, o Estado alega que essas incompatibilidades vão estender as checagens cadastrais de um banco gigantesco de mais de 100 mil imóveis rurais inscritos até a semana passada.

De outubro de 2015 a maio, Mato Grosso só conseguiu fazer a análise de 1,1 mil imóveis rurais inseridos na base de dados do SiCAR, o que representa cerca de 1% do total da base cadastrada até sexta-feira", diz a Sema. O secretário de Gestão Ambiental da secretaria, Carlos Kato, afirma estar estudando como enfrentar este desafio já que o "que o Ministério do Meio Ambiente oferece hoje não está adequado à realidade do Estado que comporta três biomas - Cerrado, Floresta e Pantanal".

A falta de profissionais treinados e em número suficiente para as análises também põe em risco o andamento dos processos. Embora o governo federal tenha desenvolvido filtros que, em tese, eliminariam automaticamente cadastros irregulares, o pente fino nas informações necessita de um técnico para aprovar cada uma das 3 milhões de propriedades rurais em todo o país.

Preço do salmão dispara no Brasil. Bettina Barros e Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 10/05/2016.

Consumir salmão no Brasil costumava ser para poucos. Mas agora tende a aparecer num círculo ainda mais restrito de consumidores diante da remarcação expressiva de preços desse peixe de águas geladas, importado sobretudo do Chile. Problemas climáticos no país vizinho estão provocando uma ruptura na criação local de salmões, levando à queda nos estoques e a reajustes em sua cotação. E o encarecimento do produto, que tende a continuar, já tem mudado comportamentos do consumidor.

Apenas nos primeiros quatro meses do ano, o preço do pescado subiu 13,7% para o consumidor no Brasil, de acordo com o IPCA, superando com folga a inflação do período (3,25%) e se aproximando rapidamente da variação do ano passado, de 20,5%.

Na Ceagesp de São Paulo, o maior centro comercializador de pescados do país, o preço do salmão acumulou alta de 58,6% entre janeiro e abril deste ano e está sendo negociado a R$ 37,89 o quilo no atacado, no caso do produto de melhor qualidade.

O mercado reage a uma proliferação de algas tóxicas nas áreas produtoras no Chile, o principal fornecedor de salmão ao Brasil.

Esse desequilíbrio ambiental, percebido mais fortemente desde o início do ano, está associado ao aumento da temperatura do mar em decorrência do fenômeno climático El Niño. Especialistas do setor estimam que a produção chilena da salmão deva recuar entre 20% e 25% este ano, e permanecer inalterada em 2017. A queda ocorre no momento em que a Noruega, outro grande produtor, também enfrenta problemas com doenças em sua produção. Para analistas, a combinação pode levar à queda de 10% a 15% nos estoques mundiais do peixe em 2016.

"É a tempestade perfeita", disse ao jornal britânico "Financial Times" o CEO da noruguesa Marine Harvest, Alf-Helge Aarskog, que detém áreas de criação no Chile.

Maior varejista brasileiro, o Grupo Pão de Açúcar confirma que os preços do produto tiveram uma alta significativa neste ano - o quilo do salmão importado custava à varejista US$ 5,00 em março, subiu para US$ 8,30 em abril e voltou a US$ 7,40 em maio. Como o ciclo do salmão é de dois anos, e os custos de produção são altos, a empresa não acredita que os preços voltarão ao patamar de um ano atrás.

"Estamos avaliando com os produtores chilenos todas as alternativas, mas acreditamos que a alta no custo de produção deve ser mantida até o fim deste ano pelo menos", diz Rafael Monezi, gerente comercial do GPA. Segundo ele, até agora o grupo tem conseguido absorver metade do repasse.

O GPA tem tentado trabalhar com alternativas de oferta, como comprar volumes maiores da Noruega e do Alasca. Mas diz que a conta não fecha - o frete é mais caro e perde-se os benefícios tarifários da comercialização com o Mercosul. Além disso, o salmão do Alasca tem gosto diferente daquele com o qual o brasileiro se acostumou.

Para escapar dos preços salgados, os consumidores vêm substituindo o salmão por peixes mais baratos, como sardinha, cação e tilápia, diz Flavio Godas, economista da Ceagesp. Mas aí entram os "fundamentos": a migração do consumo já impulsiona os preços de outros pescados. Em abril, a sardinha foi o peixe que mais subiu no entreposto, com alta de 39,9%.

Técnicos da CNA fazem palestras na Feira Agrobrasília 2016. CNA. 10/05/2016.

Começa nesta terça-feira (10/05) a maior feira de tecnologia agropecuária da região Centro-Oeste. A 9ª edição da AgroBrasília – Feira Internacional dos Cerrados espera receber 98 mil visitantes até sábado (14/05). A programação do evento conta com exposição de produtos, serviços e animais, lançamentos de inovações tecnológicas, divulgação de resultados de pesquisas, além de palestras e seminários. Neste ano, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) será representada por palestrantes que vão abordar assuntos como: custos de produção do café, contratos de integração agroindustrial e impactos climáticos na agropecuária.

Nesta quarta-feira, 11/05, em palestra sobre "Novo marco legal dos contratos de integração", o assessor técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da CNA, Victor Ayres, vai falar sobre projeto aprovado no Congresso Nacional que trata de contratos de integração agroindustrial. O texto foi aprovado em abril pelo Senado Federal e aguarda sanção da Presidência da República. A relação de integração é pactuada em contrato no qual o produtor rural se responsabiliza por parte do processo produtivo, dividindo custos e riscos de mercado com a agroindústria integradora. “A aprovação desse projeto é uma grande vitória para o setor, ao criar mecanismos mínimos de transparência”, afirma Victor.

Na programação da feira, está prevista, na quinta-feira, (12/05), a participação da coordenadora de Produção Agrícola da CNA, Natália Fernandes, no "Fórum Café Irrigado" com a palestra sobre os custos de produção do café. Segundo ela, o Fórum é uma oportunidade para difundir informações sobre custo de produção, indicadores de desempenho e rentabilidade da atividade cafeeira considerando os diferentes sistemas de produção. “A irrigação tem se destacado na atividade cafeeira, visto que ela contribui para a evolução e competitividade do setor”, garante Natália.

O 3° Seminário de Economia Agrícola, previsto no evento, vai contar com a exposição do Coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, na sexta-feira, (14/05). Nelson vai falar sobre as propostas da 21ª Conferência do Clima (COP 21), realizada em dezembro de 2015, em Paris, e os impactos e oportunidades para o setor agropecuário. “A ideia é explicar ao produtor que existem técnicas sustentáveis, que reduzem a emissão de gás carbônico na atmosfera e ainda podem trazer ganho econômico e ambiental para a atividade rural”, diz Nelson.

Promovida pela Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF), a AgroBasília é uma feira de inovação tecnológica para o setor da agropecuária e é aberta ao público. Ela acontece todo ano no Parque Tecnológico Ivaldo Cenci, localizado no Programa de Assentamento do Distrito Federal (PAD-DF), às margens da BR 251, km 05, sentido Brasília-Unaí, Minas Gerais.

Serviço

Evento: AgroBrasília 2016 - Feira Internacional dos Cerrados
Data: 10 a 14 de maio de 2016
Horário: das 9h às 18h
Local: Parque Ivaldo Cenci, PAD-DF, BR-251, Km 5, Brasília-DF, sentido Brasília-Unaí (MG).
Entrada franca
Confira a programação completa:http://www.agrobrasilia.com.br/programacao.html

---

Educação e agroecologia em discussão no Paraná. Valter de Jesus Leite. Site do MST, 10/05/2016.

A atividade integra o projeto “Formação em Agroecologia dos jovens do Ensino Médio das Escolas Itinerantes do Paraná: do saber popular ao conhecimento científico para o cuidado com a terra e com a vida”.

Entre os dias 4 e 7 de maio, foi realizando o I Encontro de Pesquisa e Iniciação Tecnológica em Agroecologia de estudantes das Escolas de Acampamento do Paraná e o I Encontro de Formação de Educadores e Educadoras em Agroecologia das Escolas de Acampamento do Paraná, no município de Guarapuava, região centro-oeste do estado.

O encontro conta com a participação de 122 pessoas, entre eles 80 educadores e 42 estudantes. A atividade integra o projeto “Formação em Agroecologia dos jovens do Ensino Médio das Escolas Itinerantes do Paraná: do saber popular ao conhecimento científico para o cuidado com a terra e com a vida”.

O projeto é uma parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e a Universidade Estadual do Centro-oeste do Paraná com o setor de educação do MST.

Entre os objetivos da formação encontra-se o aprofundamento dos estudos sobre produção agroecológica. A ideia é compreender sua com os conteúdos das disciplinas, facilitando o planejamento de práticas pedagógicas vinculadas à produção agroecológica, potencializando os processos de auto-organização dos estudantes e avaliando intervenções experimentais em agroecologia, realizadas nos acampamentos, indicando alternativas para qualificá-las.

Durante a formação, foram debatidos temas como agroecologia e agricultura familiar\camponesa, auto-organização dos estudantes e agroecologia, organização do trabalho pedagógico por ciclos de formação humana com complexos de estudo, oficinas de ciências humanas, linguagens, ciências da natureza e matemática enfatizando a importância da conexão dos conteúdos escolares com a agroecologia.

Os estudantes socializaram intervenções agroecológicas em desenvolvimento nas escolas e possibilidades de futuras projeções para qualificar as experiências.

Houve exposição de trabalhos produzidos nos locais, que revelaram a criatividade e capacidade de análise crítica da realidade por parte dos estudantes das mesmas.

No início de cada dia também foram realizadas místicas que expressaram o posicionamento político diante da atual conjuntura brasileira, bem como, o sentimento de indignação frente aos massacres impostos à classe trabalhadora no processo de luta pela terra.

Os participantes também ganharam kits de livros, contendo os seguintes títulos: Convenção dos Ventos: agroecologia em contos; Caderno de Educação em

Agroecologia - De onde vem nossa comida?, Caminhos para transformação da escola 3; Boletim da Educação nº 13 – Alimentação Saudável.

Além dos kits para os estudantes, as escolas levaram kit de livros com os mesmos títulos para integrar o acervo da biblioteca escolar e fortalecer as ações da Jornada Cultural Nacional Alimentação Saudável.

Viajantes e tripulantes são autorizados a entrar no Brasil com produtos de origem animal. Cláudia Lafetá - MAPA. 10/05/2016.

Medida faz parte do processo de melhoria da fiscalização do Mapa

A partir de agora, viajantes e tripulantes estão autorizados a entrar no Brasil com produtos de origem animal que tragam na bagagem, como queijos, salames e doces de leite. A decisão foi instituída pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), nesta terça-feira (10), por meio de instrução normativa. A medida traz melhorias no processo de fiscalização do trânsito internacional, que terá foco em produtos de maior risco.

Os produtos que estão autorizados se dividem nos seguintes grupos:

- produtos cárneos industrializados destinados ao consumo humano (esterilizados comercialmente, cozidos, extratos ou concentrados de carne, etc);

- produtos lácteos industrializados (doce de leite, leite em pó, manteiga, creme de leite, queijo com maturação longa, requeijão, etc);

- produtos derivados do ovo (ovo em pó, ovo líquido pasteurizado, clara desidratada, etc);

- pescados (salgado inteiro ou eviscerado dessecado, defumado eviscerado, esterilizado comercialmente);

- produtos de confeitaria que contenham ovos, lácteos ou carne na sua composição;

- produtos de origem animal para ornamentação.

Segundo o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luis Rangel, a falta de regulamentação era o que impedia o ingresso dos produtos no país.

“Apenas os processados de origem vegetal eram liberados. Fizemos o alinhamento aos procedimentos internacionais de trânsito de bagagens. Isso não trará nenhum prejuízo para a defesa agropecuária.”

Para entrar no território nacional os produtos devem estar acondicionados em sua embalagem original de fabricação, com rotulagem que possibilite a sua identificação.

A fiscalização em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais é feita pelo Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) do Mapa. O trabalho de inspeção evita a entrada de pragas que possam causar danos ao meio ambiente.

Decreto institui critérios para seleção dos presidentes da Conab e da Embrapa.Cláudia Lafetá - MAPA. 11/05/2016.

Diretores das duas estatais também deverão preencher pré-requisitos

A partir de agora, haverá processo seletivo para a nomeação dos cargos previstos nos estatutos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O processo foi definido por meio de decretos assinado pela presidenta Dilma Rousseff, pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e pelo ministro Valdir Moisés Simão (Planejamento). Os decretos – leia aqui e aqui – foram publicados no Diário Oficial da União desta quarta-feira (11).

A medida visa a valorizar o desempenho e a formação dos servidores, além de adequar o processo de seleção de modo a reconhecer a meritocracia na gestão estatal.

O presidente da Conab e todos os diretores serão indicados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para nomeação pelo Presidente da República.

No caso da Embrapa, o presidente e todos os diretores executivos serão indicados pelo Conselho de Administração, mediante lista tríplice, ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para nomeação pelo Presidente da República.

Os nomes deverão credibilidade e representação junto à comunidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação e a experiência em cooperação nacional e internacional. O presidente deverá ter pelo menos oito anos de experiência em atividades relacionadas ao objeto social da empresa.

Tanto para a seleção de presidente da Conab quanto da Embrapa, os candidatos deverão ter experiência mínima de quatro anos em pelo menos uma das seguintes funções: cargo gerencial em empresa de grande porte; cargo gerencial do setor de atividade da Conab; cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS 4 ou superior no setor público.

De acordo com os decretos, não poderão participar dos órgãos estatutários da empresa, enquanto perdurar a situação, os que tiverem registrado candidatura a mandato público eletivo; os declarados inabilitados para cargos de administração em empresas sujeitas à autorização, ao controle e à fiscalização de órgãos e entidades da administração pública federal e dirigentes estatutários de partidos políticos, entre outros critérios.

Senador Blairo Maggi se filia ao PP para assumir Agricultura. Raphael Di Cunto e Murillo Camaratto – Valor Econômico. 11/05/2016.

Conhecido como o "rei da soja", o senador Blairo Maggi (PR-MT) se filiou na tarde desta quarta-feira ao PP, em acerto para assumir o Ministério da Agricultura no governo Michel Temer (PMDB).

O ato ocorreu no gabinete da liderança do PP na Câmara dos Deputados. A cerimônia contou com a presença de deputados, senadores e integrantes da bancada ruralista de vários partidos.

"Já estou há um ano convidando o Blairo para vir ao partido. Todas as vezes que o encontro é para convidá-lo", disse o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI). "Tudo leva a crer que o partido terá esse espaço muito importante [Agricultura] e o Blairo é uma referência no setor", afirmou.

Além de Maggi, o PP indicará o deputado Ricardo Barros (PR) para o Ministério da Saúde e Gilberto Occhi para a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF).

Faculdade de Tecnologia CNA inaugura sede própria. CNA. 11/05/2016.

A comunidade acadêmica da Faculdade de Tecnologia CNA participou da solenidade de inauguração da nova sede da instituição, no Palácio da Agricultura, em Brasília, na noite dessa terça-feira (10/05). Os alunos das turmas de Graduação em Agronegócio, da Pós-Graduação em Gestão em Projetos e das turmas de Pós-Graduação em Gestão Empresarial em Agronegócio e convidados assistiram à aula magna do presidente do Instituto CNA, ex-ministro Roberto Brant, com o tema "Quando os fatos mudam, eu mudo a minha opinião. E você, o que faz?".

Durante a cerimônia, o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), João Martins, reforçou que a Faculdade de Tecnologia CNA representa o objetivo do Sistema CNA/SENAR em focar na capacitação de pessoas, que darão uma contribuição para que a agropecuária brasileira continue competitiva no futuro. "Daqui a 10 anos serão as novas tecnologias, novos conhecimentos e a nova gestão das propriedades que vão fazer com que a nossa agropecuária seja totalmente diferente do que é hoje. Isso não se faz com um toque de mágica. Isso se faz com pessoas competentes, que possam colocar a nossa agropecuária em um novo patamar de competitividade", afirmou João Martins.

O palestrante Roberto Brant falou sobre a evolução do setor agropecuário no País e no mundo do século XX até os dias atuais e quais os seus impactos na economia e sociedade. "Na agropecuária temos de saber investir corretamente, escolher com propriedade a atividade que vamos nos concentrar, temos que combinar os fatores de produção da maneira mais eficiente possível, de sorte a obter uma margem financeira da produção que nos permita continuar produzindo e crescendo", declarou Brant.

Para ele, a produção rural tem uma característica muito especial. "Todos nós nos acostumamos com a divisão clássica das atividades produtivas em atividades agropecuárias, atividades industriais e atividades de serviço, que concorrem igualmente para o objetivo econômico da sociedade, que é produzir riqueza e produzir bem-estar. Temos uma agenda incomum, para prosperarmos nós necessitamos de um ambiente macroeconômico propício, da presença de um estado que seja capaz de estabelecer a garantir as regras do jogo econômico, mas que não seja invasivo e pressione a

possibilidade de livre empreendimento, sem o qual nenhuma economia até hoje conseguiu sucesso", refletiu.

O ex-ministro Roberto Brant concluiu a palestra enfatizando que os envolvidos no setor agropecuário brasileira têm dever duplo. "Além de cumprir nossas obrigações, como fazem os empresários da atividade industrial e de serviço, nós temos que contar a nossa história para mudar as narrativas dominantes e principalmente no discurso político", finalizou.

Estrutura funcional

Com uma estrutura funcional, a nova sede da Faculdade de Tecnologia CNA está localizada em dois andares do Palácio da Agricultura, no Setor Bancário Norte, em Brasília. São seis salas de aula para a Graduação e duas salas para a Pós-Graduação, todas com equipamento multimídia. Além das áreas administrativas e pedagógicas, o espaço conta com biblioteca especializada, laboratório de informática e área de convivência.

Para o diretor geral da faculdade, Abdon Miranda, a nova sede é o resultado de uma soma de esforços dos representantes do Sistema CNA/SENAR/ICNA. "Neste ano, a Faculdade de Tecnologia CNA formará a sua primeira turma e colocará no mercado os primeiros profissionais em gestão do agronegócio. Com apenas dois anos e meio de funcionamento, é uma honra muito grande receber a sede própria e colocar à disposição dos nossos professores e alunos estas instalações físicas", agradeceu.

De acordo com a coordenadora do curso de graduação e dos cursos de Pós-Graduação, Maria Aparecida de Assunção, com a nova sede foram organizadas as áreas para a execução de atividades para dar formação ao aluno na interação teoria e prática. "Foram criadas a Coordenação de Avaliação Institucional, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, a Assessoria Pedagógica para orientar professores e alunos no processo de ensino. Além disso, estruturamos a área de iniciação científica e implantamos o Núcleo de Interação da Sociedade", comemora a coordenadora.

Para Laura Frade, coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, um dos desafios do setor recém-criado é trabalhar com os professores e alunos para que eles possam desenvolver as habilidades necessárias. "O perfil do egresso envolve liderança, flexibilidade, cultura, capacidade de mediação e empreendedorismo. Com a formação

de profissionais com esse perfil, contribuiremos de forma significativa para a mudança do próprio País", reflete.

Alunos aprovam

Elane Suarte de Macêdo é aluna da Pós-graduação em Gestão Empresarial em Agronegócio, no polo de Alexânia, em Goiás. Ela mora em Rio Verde, em Goiás, e percorreu aproximadamente 600 quilômetros até Brasília, com alguns colegas de turma, para participar da cerimônia de inauguração. "Eu vim porque eu acredito nesta faculdade. Acredito que o curso vai abrir novas oportunidades na área de consultoria até de auditoria voltada para o agronegócio, por isso estou me capacitando", comemora Elane.

O aluno da pós-graduação de Gestão em Projetos de Agronegócio, Silvio Andrigueto Venturoli, compartilha o sentimento de Elane. "Como aluno da primeira turma de pós-graduação, desde o início percebo a preocupação da instituição em proporcionar bem-estar e conforto aos alunos", observa.

Também participaram da solenidade de inauguração o Secretário Executivo do SENAR, Daniel Carrara; os presidentes das Federações de Agricultura e Pecuária da Paraíba, Mário Borba; do Distrito Federal, Renato Simplício; do Ceará, Flávio Saboya; do Amazonas, Muni Lourenço, o Superintendente do SENAR/DF, Ivo Jacó de Souza, colaboradores do Sistema CNA/SENAR/ICNA, parlamentares, secretários do governo do Distrito Federal e o prefeito de Alexânia, que tem polo da Faculdade de Tecnologia CNA.

Para conhecer os cursos da Faculdade de Tecnologia CNA, acesse: www.faculdadecna.com.br

---

Mapa abre consulta pública para projeto de instrução normativa sobre controle do mormo. Cláudia Lafetá - MAPA. 12/05/2016.

Interessados tem 30 dias, a contar desta quinta (12), para apresentar sugestões

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) submeteu à consulta pública pelo prazo de 30 dias, a contar desta quinta-feira (12), o projeto de instrução

normativa que estabelece as diretrizes para a prevenção, controle e erradicação do mormo, doença infecciosa que ataca principalmente equinos.

A consulta foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta (12). Os interessados têm prazo de 30 dias para mandar sugestões ao projeto.

De acordo com a instrução, diante de um caso de suspeita de mormo, o serviço veterinário oficial deverá realizar investigação clínica e epidemiológica do caso suspeito e demais equídeos do estabelecimento; definir as unidades epidemiológicas que serão objeto de medidas sanitárias; se necessário, determinar o isolamento dos casos suspeitos e a interdição das unidades epidemiológicas envolvidas até a conclusão das investigações e submeter os demais animais suspeitos a testes laboratoriais.

O projeto de instrução normativa está disponível no site do Mapa,www.agricultura.gov.br, no link LEGISLAÇÃO - Consulta Pública. As sugestões deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico dsecoa@agricultura.gov.br ou por escrito à Divisão de Sanidade de Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas, localizada no Mapa (Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Anexo A, Sala 308, CEP 70.043-900, Brasília - DF.

FETRAF-BRASIL/CUT realiza IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. FETRAF. 13/05/2016.

Congresso será realizado em Brasília durante os dias 22 a 25 de maio

Durante os dias 22, 23, 24 e 25 de maio, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil/CUT), realizará no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil.

Além de fortalecer o projeto político sindical da entidade, o Congresso tem como objetivo central formalizar a luta social em defesa dos interesses da agricultura familiar como categorias econômica e profissional.

Serão realizadas oficinas temáticas abordando os principais temas relacionados com o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar, como: a reforma agrária e acesso à terra, acesso à água, produção de alimentos saudáveis, meio ambiente,

garantia dos direitos conquistados, fortalecimento das mulheres da agricultura familiar, sucessão na agricultura familiar e permanência do jovem no campo, educação do campo, organização sindical e auto sustentação e habitação rural.

Congresso

Desde sua criação em 2005, a Federação vem mantendo como foco principal o envolvimento expressivo dos agricultores e agricultoras familiares de todas as regiões do Brasil. Com isso, oferece a participação efetiva dos agricultores em ações e movimentos sociais do campo.

O evento conta com o patrocínio da CAIXA e apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Central Única dos Trabalhadores e do Governo do Distrito Federal.

O Congresso contará também com a participação de autoridades sindicais e políticas.

Serviço:

22 a 25/5/2016 - IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil

Local: Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade – Brasília/DF

22/05 – Chegada das Delegações

23/05 – 16h às 18:30h – Realização de oficinas temáticas

18:30h – Abertura Oficial

24/05 – 8:30h às 18:30h – Realização de Painéis

25/05 – Encerramento

Informações: (61) 3032-8857

Zootecnistas comemoram 50 anos de atuação no Brasil. CNA. 13/05/2016.

Muito do aprimoramento genético e da evolução das raças, que cada vez alcançam maior produtividade, se deve ao trabalho e pesquisa dos zootecnistas, profissão que teve sua primeira turma de graduação, no país, iniciada no Rio Grande do Sul, no ano de 1966. Naquele ano, foi criada a Faculdade de Zootecnia da Pontifícia Universidade

Católica (PUC/RS), primeiro curso voltado exclusivamente para a área no Brasil e o terceiro da América Latina.

A cidade escolhida para sediar o curso de graduação foi Uruguaiana (RS), no extremo Oeste gaúcho. De lá para cá, o país passou a contar com mais de 100 cursos de graduação na área. O Dia do Zootecnista é comemorado nesta sexta-feira, (13/05), e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), juntamente com as Federações da Agricultura e Pecuária, parabeniza e agradece a esses profissionais que se dedicam ao melhoramento genético dos animais com foco, não só em reprodução e produtividade, mas no bem-estar das espécies.

O fato de o Rio Grande do Sul e o Brasil terem se tornado produtores e exportadores importantes de carne bovina, frango e suínos, entre outros produtos de origem animal, está diretamente relacionado à atuação do zootecnista, no campo e nas granjas. Um dos idealizadores e participante do movimento, o agrônomo Mário Hamilton Vilela lembra com carinho do esforço conjunto para fazer a ideia sair do papel e se tornar realidade. “Recordo como se fosse hoje. Éramos jovens e nos encantamos pela ideia de criar um curso específico para a zootecnia, pois era um profissional necessário no mercado”, diz.

A PUC/RS foi quem comprou a ideia de ser a pioneira do setor no Brasil. “Tentamos a guarida de universidades federais, mas nenhuma aceitou. Apresentamos a ideia para o Irmão José Otão, reitor da PUC/RS na época, e ele abraçou a causa. A partir daí começamos a trabalhar muito para angariar recursos e, em 13/05/1966, inauguramos o curso”, recorda Vilela. O primeiro vestibular da Faculdade de Zootecnia aconteceu simultaneamente nas cidades de Uruguaiana e Vacaria e contou com 38 inscritos, das mais diferentes idades e de outras regiões do estado. Desta primeira turma, 30 estudantes concluíram o curso e se tornaram os primeiros zootecnistas graduados do país.

“No dia 13 de maio celebramos o aniversário de 50 anos deste curso. É uma data simbólica e que precisa ser sempre lembrada. Agradeço a nomes como Sanchotene Felice, padre José Rubens Pilar, José Gomes de Souza, entre outros, que fizeram parte deste movimento de criação de uma faculdade tão importante para o Rio Grande”, diz Mario Vilela.

Conheça abaixo depoimentos de zootecnistas pioneiros:

Integrante da primeira turma do curso de zootecnia do Brasil, Maria do Horto, conta que ainda hoje os ensinamentos adquiridos são de grande valia na sua atividade, mesmo sem ter permanecido exercendo a profissão. “Tive todo o aprendizado de seleção e aprimoramento de raças”, cita como exemplo.

Ela atua há mais de 20 anos na Casa Rural da FARSUL, em Porto Alegre, responsável pelas associações de raças. Natural de Uruguaiana, Maria do Horto, além de ser de uma família ligada ao setor, sempre gostou da pecuária. Relata que gostaria de ter feito veterinária, mas na época não foi possível e decidiu então aproveitar a oportunidade da abertura do curso em Uruguaiana para ampliar seus conhecimentos.

Maria do Horto destaca que o trabalho do zootecnista está na busca pela eficiência produtiva. “É preciso pensar nos próximos desafios e, sobretudo, no importante papel que terá neste novo cenário da pecuária. Há um enorme desafio pela frente, reduzir a fome e a miséria mundial, por meio da produção racional de alimentos, com produtos cada vez mais saudáveis e a custos mais acessíveis para a população.”

“A zootecnia é a ciência do bem criar”, resume o professor aposentado Mauro Parrot Pinheiro. Também formado pelo primeiro curso de zootecnia do Brasil, Mauro Quinteiro considera que o papel do zootecnista ganha cada vez mais relevância no País. ”Acompanhei o início da zootecnia e vi o quanto impulsionou os avanços. Foi importante entre outros fatores para o manejo e a produção de pequenos animais”.

O professor destaca que o campo, com seus animais, é o grande responsável pela alimentação do mundo, mas ainda não recebe a atenção que merece das autoridades e as melhorias e desenvolvimentos alcançados são resultados do trabalho e da pesquisa de profissionais como os zootecnistas. Ele cita como exemplo a questão das vacinas contra febre aftosa que “é um problema sério e o governo poderia ajudar”. Além de aplicar os conhecimentos, Mauro Quinteiro ajudou a difundir a profissão e, entre outras atividades, foi coordenador da Unidade Educativa e de Produção de Zootecnia da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, município onde reside.

Cláudio Rosa Marimon é membro de uma família com forte ligação com o meio rural – seu pai Ary Marimon presidiu a FARSUL de 1985 a 1991, e o ingresso no curso de zootecnia foi uma opção natural. Ele fez parte da quinta turma, em 1978, frequentando a

faculdade em Santa Maria. Atualmente é instrutor do SENAR-RS e inspetor técnico da ARCO (Associação Brasileira dos Criadores de Ovinos).

"A Zootecnia tem uma papel importante na evolução da pecuária e no incremento da produção", afirma. Marimon destaca que o zootecnista tem participação desde o manejo, seleção, alimentação dos animais até o gerenciamento de propriedades. "É uma profissão que tem muito a contribuir para o país". Marimon lamenta, porém, que embora regulamentada, a profissão de zootecnista ainda não tenha um Conselho Federal próprio. Os profissionais são inscritos junto ao Conselho Federal de Medicina Veterinária, mesmo com as duas áreas tendo especificidades diferentes de atuação.

Novo Marco Legal dos contratos de integração é tema de debate na Agrobrasília. CNA. 13/05/2016.

A Associação dos Produtores do Planalto Central (Aviplac), o Sindicato dos Avicultores do Distrito Federal (Sindiaves) e estudantes do Distrito Federal debateram, nesta quarta-feira (11/05), junto com o assessor técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Victor Ayres, o novo marco legal dos contratos de integração - projeto aprovado no Congresso Nacional que trata de contratos de integração agroindustrial. A palestra ocorreu no auditório Sebrae durante a 9ª AgroBrasília, Feira Internacional dos Cerrados, evento que segue até o dia 14 de maio, no PAD/DF.

Cerca de 50 pessoas, entre estudantes e avicultores, participaram da primeira apresentação sobre os impactos e as interpretações do Projeto de Lei (PL) 6.459/13 a ser sancionado pela Presidência da República, na próxima semana. O PL trata dos contratos de integração e cria mecanismos mínimos de transparência nas relações entre produtores e a agroindústria, divisão de riscos inerentes à atividade – inclusive os riscos existentes na gestão ambiental da propriedade - e cria canais de diálogos paritários, compostos por representações de integrados e integradores para o acompanhamento, desenvolvimento e conciliação da relação entre as partes.

Segundo Victor Ayres, o evento teve como objetivo contextualizar os gargalos da relação atual dos contratos de integração com o PL, que propõe solucionar os entraves que a cadeia enfrenta. "O projeto apresenta instrumentos que visam harmonizar o processo de decisão dos assuntos referentes ao dia a dia dos contratos, com maior

participação dos produtores integrados na formação do modelo de remuneração dos integradores, bem como a determinação dos critérios tecnológicos para a produção", observou.

Para Ayres, a aprovação desse projeto é uma grande vitória para o setor, ao criar equidade na formação dos critérios e diretrizes da relação contratual e na distribuição justa dos resultados financeiros da atividade. "Além disso, o país passa a ter norma específica dentro do ordenamento jurídico brasileiro, o que servirá de referência legal única nos casos de judicialização dos contratos", acrescentou o assessor técnico da CNA.

A relação de integração é pactuada em contrato no qual o produtor rural se responsabiliza por parte do processo produtivo, dividindo custos e riscos de mercado com a agroindústria integradora. O produtor tem ainda a obrigação de comercializar sua produção como matéria-prima a ser processada pela integradora e transformada no produto final. É um modelo de produção amplamente utilizado nos setores da laranja, maçã, fumo, aves e suínos, que repassam a produção à agroindústria.

Trâmite – O texto do Projeto de Lei foi aprovado em abril pelo Senado Federal e aguarda sanção da Presidência da República.

A economia agropecuária brasileira. O que fazer? O Estado de São Paulo, Economia. 15/05/2016

Dinamização do setor agropecuário teria efeitos positivos, por sua capilaridade, sobre toda a economia

São notórios os inúmeros fatos e estatísticas que apontam e comprovam o sucesso da agropecuária empresarial brasileira. Entre 1990 e 2015, o saldo comercial total do Brasil atingiu US$ 380 bilhões, mas somente foi positivo porque a agropecuária contribuiu com US$ 942 bilhões nesse período, enquanto a contribuição dos demais setores econômicos foi negativa em US$ 562 bilhões, assim indicando um setor que tem sido, de fato, a salvação da economia brasileira. Essa é uma das evidências acerca do novo sistema agroalimentar brasileiro, fortemente movido pela busca permanente da produtividade, a excelência produtiva e a eficiência econômico-financeira.

Apresenta-se nesse breve documento um conjunto de proposições sobre ações consideradas urgentes. Espera-se que possam ser discutidas e implantadas e seu foco primordial é a economia agropecuária brasileira. São argumentos oferecidos às autoridades do País como contribuição para o enfrentamento da atual crise econômica e se referem a ações assentadas em dois pressupostos determinantes. Primeiramente, a verificação de ser gigantesca a crise fiscal e, em consequência, os recursos disponíveis são (ainda mais) escassos e, necessariamente, as iniciativas precisarão conformar-se a uma rígida escala de prioridades. Em segundo lugar, a certeza de ser a dinamização produtiva do setor agropecuário uma das principais vias de superação da atual crise econômica (senão a principal), por seus efeitos de capilaridade virtuosa em todo o restante da economia, também influenciando positivamente inúmeras regiões do interior.

Os temas propostos são concisamente apresentados a seguir e organizam-se em torno de eixos estratégicos, os quais sustentam que a economia agropecuária e suas organizações, em associação com as iniciativas governamentais, devem:

(i) Fomentar o crescimento produtivo e ampliar o comércio global, assegurando assim que o setor possa manter seu indiscutível papel positivo na economia, sobretudo em um período de crise;

(ii) Estimular os investimentos, desde aqueles em torno das cadeias produtivas, incluindo a recuperação do setor de bioenergia, ou então aqueles destinados à infraestrutura logística;

(iii) Mitigar tensões sociais no campo, a partir de uma forte estratégia de debates públicos com as diversas organizações e os atores sociais envolvidos;

(iv) Liderar a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, a qual possa ser posta efetivamente em execução a partir de 2017-2018.

São os seguintes os principais temas e as propostas sugeridas:

1. Produção e comércio

(a) É urgente estabelecer prioridades (em face dos recursos escassos) no tocante ao aperfeiçoamento rápido da infraestrutura que maximize o crescimento sustentável e sustentado do setor nos próximos anos. Uma agenda que sinalize o rol de obras que realmente serão concluídas, estimulando novos investimentos dentro e fora da porteira. Essa agenda incluiria, prioritariamente, ajustes e ampliação do programa de financiamento destinado à construção de armazéns privados; o encaminhamento da solução definitiva da expansão e da qualidade da

malha viária que liga o Centro-Oeste aos portos e pontos de embarque e, finalmente, a modernização dos portos de exportação;

(b) Concretizar uma ação de colaboração estatal e privada efetivamente agressiva em relação aos mercados de exportação, realizando esforços de conhecimento acerca da segmentação desses mercados em termos dos níveis de renda e as características das demandas diferenciadas. As exportações são hoje concentradas em matérias-primas de baixo ou nenhum processamento agroindustrial. Os objetivos principais são dois: elevar a participação de produtos industrializados na pauta de exportações e, adicionalmente, adensar as cadeias produtivas, gerando mais emprego e renda no País, desenvolvendo capacidades que permitam ao Brasil produzir e exportar produtos portadores de mais tecnologia e inovações, mais valorizados nos mercados internacionais do que as commodities;

(c) Estabelecer programas de estímulos (creditícios ou de outra natureza) destinados ao aumento da produção sustentável, baseada fundamentalmente em ganhos de eficiência e elevação da produtividade. Para esse intento, entretanto, são necessários esforços muito mais criativos e decisivos para oferecer novas fontes de financiamento para a agropecuária, em face do visível esgotamento relativo da via convencional de mobilização de recursos para assegurar o Plano Safra, em cada ano;

(d) Garantir a permanência nos mercados internacionais já conquistados, mas ensejando esforço mais robusto para conquistar a exportação de mercadorias agropecuárias brasileiras também em novos mercados. Apenas por essa via será possível incluir economicamente um número crescente de produtores rurais brasileiros, pois o crescimento do mercado interno é mais lento e a exportação é a única saída de curto prazo para uma proporção expressiva de produtores de tamanho médio;

(e) Sob tal estratégia, uma ação de maior agressividade no confronto com as barreiras comerciais ainda existentes, sempre ressaltando que o comércio externo é absolutamente fundamental e não pode falhar, pois, se assim não for, destruiria tudo o que já foi conquistado em termos da modernização da agropecuária brasileira;

(f) Atualmente, uma pequena proporção de produtores rurais responde por 90% do total da produção agropecuária, com parcela considerável dedicada à venda nos mercados externos. Embora tecnologicamente muito avançados, precisam ser acompanhados pelo Estado brasileiro, pois se forem bem-sucedidos em sua integração aos mercados globais, também estarão assegurando o abastecimento interno com solidez. Para tanto, é preciso intensificar o diálogo e as parcerias com o setor privado da agropecuária.

2. Desafios estratégicos (principais) dentro da porteira

(a) No tocante aos estabelecimentos rurais mais modernizados, o objetivo, de curto a médio prazo, será concretizar em proporções crescentes uma "agricultura de precisão", expressão que sugere a combinação de diversas tecnologias, inclusive de gestão, as quais poupem recursos naturais, maximizem as sinergias internas aos estabelecimentos, potencializem a eficiência tecnológica e econômica e ampliem as chances de rentabilidade final da atividade. A agricultura de precisão é o fundamento econômico e técnico da intensificação sustentável na agricultura moderna;

(b) A agricultura brasileira está submetida a um contexto de intensa concorrência que, se por um lado, tem operado como força motriz para a elevação dos patamares de produtividade e o fomento às inovações, por outro, também tem produzido processos nítidos de darwinismo social. É preciso difundir mais informações para minimizar as imperfeições de mercado e oferecer mais chances de sobrevivência aos produtores de menor porte econômico;

(c) É preciso avançar muito mais na concretização de uma "agropecuária sustentável". Os avanços notáveis em produtividade têm garantido efeitos poupa-recursos (especialmente no que diz respeito ao uso da terra), além de aprofundar a consciência ambiental dos produtores. O Código Florestal, no geral, foi um avanço para esse objetivo, mas é preciso realizar mais para garantir a eficiência econômica e produtiva em correspondência com a sustentabilidade ambiental;

3. Estado e políticas para as regiões rurais

(a) Estabelecer uma lógica de ação governamental muito mais consistente e consequente. A existência de dois ministérios competidores entre si, um dedicado à agricultura empresarial e o outro aos produtores mais pobres, perdeu o seu significado. Propõe-se a extinção de ambos, o Mapa e o MDA, e a constituição de único ministério, o qual poderia ser intitulado Ministério do Desenvolvimento Rural. O novo ente público poderá criar sinergias operacionais, reduzir custos e estabelecer uma estratégia de ação governamental que interrompa a divisão social e, pelo contrário, estimule as formas de cooperação entre os produtores, sobretudo as organizacionais;

(b) A política de redistribuição de terras mostrou-se incapaz de oferecer chances econômicas às famílias rurais mais pobres e não alterou os índices de concentração fundiária. Como não existe mais demanda social pelo acesso à terra, a extinção do Incra é uma consequência lógica e deveria ser substituído por um Instituto de Terras, conforme propõe o sindicato dos técnicos da autarquia;

(c) Os assentamentos rurais deverão ser objeto de políticas públicas únicas destinadas ao grande público dos pequenos produtores (a chamada "agricultura familiar"), sendo abandonada a distinção programática e de políticas diferenciadas entre as categorias de produtores;

(d) O Estado precisa organizar mais eficientemente um serviço de defesa sanitária, assegurando a proteção da produção, mas minimizando os riscos sanitários, introduzindo cuidados que os mercados e a população exigem e, assim, reduzindo ao mínimo as ameaças desse campo;

(e) Em relação às políticas mais tradicionais que fazem parte do cardápio atual do Mapa e do MDA, a maioria delas precisa sofrer uma atualização correspondente às transformações estruturais recentes da agropecuária, pois estão obsoletas. Para isso, é urgente o desenvolvimento de um conjunto de mudanças administrativas, no âmbito do Estado e na esfera privada, para criar uma genuína agenda de ações nas regiões rurais que possa promover a prosperidade social, com equidade, inclusão produtiva e sustentabilidade. Como são muitas as recomendações sob esse foco, registre-se nesta parte apenas a proposição geral relativa à necessidade de mudar substancialmente a ação governamental;

(f) A agropecuária é uma "ilha cercada de riscos". Precisamos de mecanismos de gestão de riscos sustentáveis para todos os envolvidos: produtores, Estado e indústria de seguro. Não obstante a crise fiscal, o seguro agrícola pode ser consolidado no País, também aperfeiçoando as demais ferramentas de gestão de risco;

(g) Assim como ocorre em outros países que ostentam uma agropecuária forte, como é o caso dos Estados Unidos, o Brasil deveria também instituir e atualizar regularmente sua lei agrícola, organizando normativamente o funcionamento da ação governamental e justificando o conjunto de políticas existentes;

4. Desafios estratégicos (principais) fora da porteira

(a) É preciso estabelecer diversas iniciativas e esforços, ainda que sob projetos-piloto, em regiões determinadas e sob focos específicos, para desenvolver a miríade dos novos produtos que estão sendo propostos. Desde os biocombustíveis de novas gerações aos plásticos biodegradáveis que talvez possam ser gerados pelo setor alcoolquímico, dos alimentos nutracêuticos à nanucelulose;

(b) Um esforço de urgência estratégica se relaciona ao conhecimento fino das demandas dos consumidores oriundas dos múltiplos mercados, seja o interno ou os mercados globais. São demandas diferenciadas decorrentes da difusão da informação, de um lado, e da elevação dos níveis de renda, por outro lado. O Brasil poderá ser um dos maiores beneficiários desse conhecimento sobre os novos mercados e as novas demandas atualmente sendo apresentadas.

5. O desafio estratégico redistributivo – a nova forma da questão social

(a) Uma alta proporção de estabelecimentos rurais (algo entre 75%-85% do total) ficou à margem do processo de modernização produtiva, sendo muito pobres. A tecnologia moderna, mesmo quando acessível, não tem sido o caminho econômico para esses produtores rurais. Atualmente, seu maior desafio é o organizacional, o que permitirá a esses pequenos estabelecimentos rurais vender seus produtos competitivamente, igualmente comprando insumos em condições mais favorecidas. Por essa razão, um esforço forte e efetivo necessita ser incentivado em relação à multiplicação das cooperativas, beneficiando-se das experiências bem-sucedidas já existentes, especialmente no sul do Brasil, pois poderão servir de modelos para regiões e atividades nas quais se concentrem atividades agrícolas mantidas por pequenos produtores. Minimizar a pobreza rural vai demandar a combinação de diversas ações, sobretudo públicas, para criar mais oportunidades para as famílias rurais afetadas;

(b) Deve-se desenhar, com urgência, uma estratégia específica para o Nordeste rural, onde se concentra a metade das famílias rurais consideradas tecnicamente pobres. A ação deverá combinar iniciativas agronômicas e produtivas, assistência técnica apropriada, esforços para garantir acesso à água, assim como políticas públicas de sustentação de renda mínima, as quais garantam melhores condições de vida;

(c) Se não for desenhada uma estratégia correta destinada a esse vastíssimo grupo social de pequenos produtores, atualmente encurralado pelas forças econômicas e pelos processos sociais e demográficos nas regiões rurais, o Brasil poderá repetir, no próximo decênio, o mesmo fenômeno ocorrido nos Estados Unidos, entre o pós-guerra e até o fim da década de 70, que foi a eliminação de pouco mais da metade dos imóveis rurais existentes.

6. Ações de médio prazo: pesquisa agrícola e legislação trabalhista

(a) A agropecuária brasileira, particularmente nas regiões mais dinâmicas e em seus ramos produtivos de maior densidade monetária, é movida celeremente pelo conhecimento científico e a sua tradução prática em inovações e novas tecnologias. A pesquisa agrícola é um pressuposto essencial à continuidade do processo de aperfeiçoamento produtivo do setor. Mas o chamado "sistema nacional de pesquisa agrícola" (a Embrapa e os organismos estaduais de pesquisa agrícola) precisa passar por uma reestruturação que o faça mais convergente com as exigências atuais do crescimento agropecuário. São urgentes as medidas de desburocratização da pesquisa agrícola, realizando-se esforço que concretize as chances de promover atividades mais ágeis, sem a problemática camisa de força que atualmente tolhe o desenvolvimento do setor. A Anvisa, por exemplo, precisa ser capaz de aprovar muito mais rapidamente as novas ofertas

tecnológicas, de moléculas aos diferentes processos inovadores que promovam a integração virtuosa entre a ciência e a produção;

(b) Especificamente em relação à Embrapa, duas exigências em relação ao período vindouro são necessárias. A primeira delas é instituir normativamente um processo de ocupação de seus cargos dirigentes que seja essencialmente público, transparente e fundado exclusivamente no mérito. O segundo tema diz respeito ao forte investimento que a Empresa deveria realizar no campo da "biologia pura", pois é campo multidisciplinar no qual as tendências de transformação produtiva mais têm avançado;

(c) Um desafio igualmente problemático e que somente produzirá resultados no médio prazo diz respeito à legislação trabalhista, em face da natureza distinta das atividades agropecuárias. A legislação não atende a essas especificidades e, também, às mudanças que vêm ocorrendo no campo, as quais exigiriam adaptações diversas. Esse é tema de difícil discussão política, mas precisará ser enfrentado nos anos vindouros, como uma exigência para a continuidade da modernização do setor.

Antônio Márcio Buainain: economista e pesquisador do Instituto de Economia da UNICAMP.

Arnaldo Jardim: Engenheiro civil, atual secretário de agricultura de São Paulo.

Eliseu Alves: Economista e pesquisador da Embrapa.

José Roberto Mendonça De Barros: economista e diretor-presidente da MB Associados.

Octaciano Neto: sociólogo e atual secretário da agricultura do Espírito Santo.

Zander Navarro: sociólogo e pesquisador da Embrapa.

Incentivo à produção de plantas medicinais em assentamentos é tema de seminário em São Paulo. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/05/2016

As ações previstas no acordo de cooperação técnica firmado entre o Incra e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para ampliar e incentivar a produção de plantas medicinais e fitoterápicas em assentamentos foram o tema central do Seminário de Cadeia Produtiva de Plantas Medicinais do Estado de São Paulo. O evento, promovido pela superintendência regional da autarquia e a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário em São Paulo, ocorreu na capital paulista, no último dia 9.

Mais de cem participantes acompanharam as debates. Além de representantes do Incra, da Fiocruz, dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Embrapa Meio Ambiente, Conab e Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendorismo da Prefeitura de São Paulo, estavam presentes pesquisadores, profissionais de assistência técnica, integrantes de cooperativas de produção de plantas medicinais, assentados e grupos de mulheres.

O superintendente do Incra em São Paulo, Wellington Diniz Monteiro, reforçou a importância da parceria com a Fiocruz, estabelecida em âmbito nacional no mês de outubro do ano passado. “Trata-se de uma política que traz enormes benefícios para a saúde da população, mas também para a organização e fortalecimento produtivo das famílias assentadas, sem falar na preservação ambiental”, pontuou.

A importância estratégica das pesquisas na área de fitoterápicos e da produção pelos agricultores familiares e assentados foi destacada pelo delegado federal agrário em São Paulo, Reinaldo Prates da Silva. Para ele, políticas dessa natureza refletem os anseios por uma saúde integral e alimentação saudável. “A formulação destas políticas é fruto das lutas organizadas dos movimentos sociais, da juventude rural e das mulheres do campo”, afirmou.

O representante da Fiocruz no evento, Glauco Villas Bôas, chamou a atenção para a riqueza da biodiversidade brasileira e a necessidade de reformular um modelo de desenvolvimento que, atualmente, torna o país dependente do ponto de vista tecnológico, não apenas na área de medicamentos. “Os enfrentamentos com os interesses do agronegócio e da indústria farmacêutica não são questões ideológicas. Está em jogo o futuro do mundo e das novas gerações. Há muito o que fazer no âmbito deste acordo”, avaliou.

Arranjos produtivos

A coordenadora da atividade, a engenheira agrônoma Patrícia Apolinário, apresentou os termos do acordo, esclarecendo que o objetivo da atuação conjunta não se limita a aumentar a produção de plantas medicinais e fitoterápicas nos assentamentos da reforma agrária. Ela enfatizou o caráter transdisciplinar da parceria, que busca articular a estruturação de arranjos produtivos voltados à promoção da saúde e à geração de renda das famílias assentadas.

Segundo ela, a cooperação atende diretrizes de políticas que vão além do Programa Nacional de Reforma Agrária, a exemplo da Política Nacional de Plantas Medicinais, da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, da Política Nacional dos Povos da Floresta, Campo e Águas e da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos.

O seminário contou com as palestras do mestre em Agronomia Márcio Campos, que discorreu sobre “Cultivo, Beneficiamento e Comercialização de Plantas Medicinais”, e da farmacêutica e

mestre em Ciências e Tecnologia de Alimentos Selma Guidorizzi Antonio, em abordagem sobre "Legislação e Normas para Dispensação de Fitomedicamentos".

Na plenária final, houve a sistematização de experiências, questionamentos e esclarecimentos sobre o diagnóstico participativo e cronograma de ações.

DOU traz lista de exonerações com presidentes da EBC, Funarte e Incra. Maíra Magro – Valor Econômico. 17/05/2016.

O presidente interino Michel Temer exonerou Ricardo Melo da presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A exoneração foi publicada nesta terça-feira, 17, no Diário Oficial da União (DOU).

Melo assumiu o posto no dia 10 de abril, para um mandato de quatro anos, mas ficou pouco mais de um mês. Ontem, notícias já anunciavam que o Palácio do Planalto pretendia substituir Melo pelo jornalista Laerte Rímoli. O Diário Oficial de hoje não traz, porém, a nomeação do substituto de Melo.

A publicação traz uma lista com novas exonerações decorrentes da mudança de governo. Entre elas, a de Francisco de Castro Muccci do cargo de presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e de Maria Lúcia de Oliveira Falcón da presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Newton Lima Neto também foi exonerado do cargo de presidente.

Na Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Leony Fonseca da Cunha deixou a função de secretário especial da Micro e Pequena Empresa. Foram exonerados ainda os subchefes de Assuntos Parlamentares, Danilo de Souza, e de Assuntos Federativos, Olmo Xavier.

O DOU também traz a exoneração dos secretários executivos de diversos ministérios. Na Secretaria de Governo da Presidência da República, foi exonerado Luiz Antônio Alves de Azevedo; no Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa; no Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, a pedido dele próprio; no Ministério do Desenvolvimento Agrário, Maria Fernanda Ramos Coelho; no Ministério do Meio Ambiente, Carlos Augusto Klink; no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Francisco Gaetani; e na Secretaria de Aviação Civil, Guilherme Ramalho.

A publicação anuncia ainda a nomeação de Dyogo de Oliveira para o cargo de secretário-executivo do Ministério do Planejamento, como antecipou o ValorPRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

Prazo para pagamento da Contribuição Sindical Rural termina no dia 22 de maio. CNA. 17/05/2016.

Os produtores rurais pernambucanos têm até o dia 22 de maio para efetuar o pagamento da Contribuição Sindical Rural (CSR) – pessoa física, relativa a 2016. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA alerta os contribuintes para que fiquem atentos ao prazo a fim de evitar multas, juros e correção do valor.

A Contribuição Sindical Rural é obrigatória a todos os produtores que possuem propriedades acima de dois módulos, desenvolvam qualquer atividade rural, ou ainda aqueles que tenham propriedades arrendadas. As guias de recolhimento foram enviadas aos endereços fornecidos pelos proprietários nas declarações do ITR, mas em caso de perda, de extravio ou de não recebimento, o contribuinte poderá emitir a 2ª via no site Canal do Produtor da CNA, através do link:

http://www.canaldoprodutor.com.br/contribuicao-sindical/2a-via-contribuicao-sindical .

O Sistema CNA disponibilizou uma página com os contatos das Federações de Agricultura dos Estados que poderão ajudar produtores com qualquer dificuldade:

http://canaldoprodutor.com.br/contribuicao-sindical-2016/

Registro de cervejarias sobe de 320 para 397 em pouco mais de um mês. Cláudia Lafetá - MAPA. 17/05/2016.

Crescimento se deve às novas tendências de consumo, como a bebida artesanal

Em 39 dias, o número de cervejarias registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) passou de 320 para 397. Os dados compreendem o período de 8 de abril até esta terça-feira (17). Esse crescimento se deve à abertura do mercado para novas tendências, principalmente as cervejas artesanais.

Atualmente são 5.254 produtos de cervejarias registrados no Mapa, distribuídos em cerca de 80 tipos diferentes de cerveja.

“Entre as artesanais, observamos uma grande variedade de produtos com certa concentração em cervejas de trigo e outras do tipo Ale”, diz o fiscal agropecuário e mestre cervejeiro Carlos Müller. “Também existe uma nova tendência no mercado, que são as cervejas ácidas. Elas são mais azedas e, por isso, têm despertado o interesse do consumidor.”

O Mapa concede o registro aos produtores, padronizadores, envasadores, importadores, exportadores e atacadistas. Além disso, o ministério é responsável pelo controle da qualidade das cervejas importadas e das produzidas em solo nacional.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CervBrasil), somente em 2014 a produção de cervejas chegou a 1,4 bilhões de litros, e o setor empregou 2,2 milhões de pessoas.

Ministros da Agricultura e Meio Ambiente defendem a prorrogação do CAR para todos os produtores. MAPA. 18/05/2016.

Blairo Maggi e Sarney Filho se reuniram nesta quarta-feira (18) em Brasília

Os ministros Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e Sarney Filho (Meio Ambiente) se reuniram nesta quarta-feira (18), no Ministério da Agricultura, para afinar os pontos em algumas questões que envolvem as duas pastas. Sarney Filho disse que pretende manter o texto da medida provisória, com as alterações aprovadas pelo Congresso, prorrogando o prazo do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para todos os produtores e não apenas para os pequenos. Essa medida também é defendida pelo ministro Blairo Maggi. “

Os produtores não são contra o meio ambiente, mas aliados, já que necessitam dele para produzir. Nós precisamos que as chuvas ocorram no tempo e na quantidade certa para garantir a lavoura. E isso só conseguimos com a preservação do meio ambiente”, disse o ministro da Agricultura.

Os ministros também discutiram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2012, que visa a assegurar a continuidade de obra pública após a concessão da licença

ambiental. O texto também estabelece que nenhuma obra poderá mais ser suspensa ou cancelada, a partir da simples apresentação de um Estudo Impacto Ambiental (EIA) pelo empreendedor. Blairo Maggi e Sarney Filho devem apresentar uma solução em breve para a questão.

Os dois ministros já haviam manifestado a intenção de trabalharem juntos algumas questões. "O presidente Temer disse que se fosse preciso mediaria o encontro, mas não haverá necessidade. Vamos nos entender bem", disse Blairo Maggi.

Medidas para renegociação de dívidas rurais seguem para sanção presidencial. CNA. 18/05/2016.

O Plenário do Senado Federal aprovou na tarde desta terça-feira (17/05) o projeto de Lei de Conversão (PLC) Medida Provisória (MP) 707/15, que reabre prazos e estimula a liquidação ou renegociação de dívidas rurais. As medidas beneficiam os produtores situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), incluindo todos os estados do Nordeste, o Norte do Espírito Santo e de Minas Gerais, contemplando os vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

A MP amplia o prazo até 31/12/2017 para os produtores rurais optarem pela liquidação ou pela renegociação de suas dívidas, incluindo aquelas acima de R$ 100 mil, independentemente da fonte de recursos, desde que tenham sido contratadas até 31/12/2010. As medidas abrangem toda área de atuação da Sudene (semiárido e fora dele), incluindo o estado do Maranhão, o Norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. A nova legislação suspende, durante esse período, o encaminhamento e a continuidade de execuções fiscais, a suspensão dos prazos processuais e as inscrições em Dívida Ativa da União (DAU). Independentemente da data de formalização da renegociação, haverá carência até 2020, fixando o vencimento da 1ª parcela para 2021 e da última para 30/11/2030, com encargos financeiros variando entre 0,5% (Pronaf) a 3,5% ao ano.

A MP contempla também a prorrogação do prazo de adesão dos produtores ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) até 31 de dezembro de 2017.

No documento, foi aprovado também uma Emenda de Redação que aperfeiçoa a operacionalização das medidas aprovadas por parte das instituições financeiras. A

proposta contou com o apoio e participação da bancada do Nordeste no Congresso Nacional, sob a coordenação do deputado Júlio Cesar (PSD/PI), e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A matéria segue agora para sanção presidencial.

Para o presidente da CNA, João Martins, é urgente a adoção de solução definitiva para essa questão, que permitirá a reinserção produtiva e econômica de milhares produtores rurais na área de atuação da Sudene. Isso porque muitos deles não estão tendo condições de quitar financiamentos bancários contratados em anos anteriores em função das sucessivas frustrações de safras, perda de rebanhos, escassez hídrica e da problemática do abastecimento do milho na região (principalmente pelo aumento de preços) para fornecimento aos animais.

O esforço da CNA em busca de uma solução definitiva da questão do endividamento independe do tamanho da propriedade. Para a entidade, a seca atinge indistintamente pequenos, médios e grandes produtores rurais e todos devem ser contemplados com medidas de estímulo à liquidação e repactuação das operações de crédito rural.

FAEMG vai reunir presidentes de Sindicatos Rurais em Montes Claros. CNA. 18/05/2016.

Na próxima quinta-feira (19), acontece em Montes Claros mais um Encontro Regional de Presidentes de Sindicatos de Produtores Rurais. São esperados representantes de 38 municípios do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, que apresentarão demandas e ações para suas respectivas regiões. Serão discutidos problemas do semiárido e os programas da FAEMG para a área. Será também oportunidade de discutissão sobre as eleições municipais e como os Sindicatos podem trabalhar para beneficiar a classe rural.

O evento integra uma série de oito encontros regionais promovidos pela FAEMG em diferentes regiões do estado. O ciclo teve início por Uberlândia, no último dia 5/5. Os próximos encontros serão realizados em Manhuaçu (10/6), Governador Valadares (30/6), Sete Lagoas (21/7), Patos de Minas (28/7), Juiz de Fora (4/8) e Varginha (25/8).

O presidente da FAEMG, Roberto Simões, além dos diretores Breno Mesquita e Rodrigo Alvim, participam do encontro, que será realizado no auditório da Sociedade

Rural, no Parque de Exposições João Alencar Athayde. Na avaliação de Roberto Simões, “os encontros regionais são oportunidade de estreitarmos o diálogo com os sindicatos, debatendo a situação atual do setor, trazendo mais informações sobre o trabalho que estamos desenvolvendo e, ao mesmo tempo, ouvindo as demandas locais para, juntos, buscarmos soluções e o fortalecimento do agronegócio mineiro”.

Para o presidente do Sindicato Rural de Montes Claros e vice-presidente da FAEMG, Ricardo Laughton, o encontro é importante para reforçar demandas e articular melhorias para a região. "Temos a oportunidade de nos reunir para discutir problemas e encontrar soluções, com a ajuda e apoio da diretoria da nossa Federação, uma das mais fortes do país quando o assunto é obter resultados para o homem do campo", explica Laughton.

Sindicatos convidados

Bocaiúva, Brasília de Minas, Coração De Jesus, Espinosa, Francisco Sá, Grão Mogol, Jaíba, Matias Cardoso, Janaúba, Januária, Jequitaí, Manga, Monte Azul, Montes Claros, Pirapora, Salinas, São Francisco, São João Da Ponte, Ubaí, Urucuia e Várzea da Palma, no Norte de Minas. Almenara, Araçuaí, Buenópolis, Capelinha, Coronel Murta, Felisburgo, Itamarandiba, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Joaíma, Medina, Minas Novas, Novo Cruzeiro, Pedra Azul, Rio do Pardo, Rubim e Três Marias da região do Vale do Jequitinhonha.

PECNORDESTE espera receber 100 caravanas de produtores rurais. CNA. 18/05/2016.

No ano em que comemora seus 20 anos de criação o Seminário Nordestino de Pecuária - PECNORDESTE se consagra como o maior evento do agronegócio da pecuária e espera receber esse ano, mais de 100 caravanas de produtores, técnicos de vários Estados do Nordeste através das Federações de Agricultura e Pecuária, e cerca de 40 mil visitantes. Esta é a expectativa do Coordenador Geral do evento, engenheiro agrônomo Paulo Helder de Alencar Braga. "Nosso papel é levar conhecimento ao produtor rural, mesmo o produtor esteja atravessando uma crise de cinco anos seguidos de seca, é no PECNORDESTE que eles vão aprender mais", disse ele.

Nesta terça-feira, dia 17 de abril, o evento foi lançado no Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense – AGROPACTO. Na ocasião foi apresentada a programação

técnica do evento pelo Coordenador da Comissão Técnico Científica, eng° agrônomo Eduardo Queiroz, que segundo ele, é composta por várias instituições entre elas, a UFC, UECE, ADAGRI, IF, EMBRAPA, EMATERCE, CONDETEC, CEART, COCEPAT e, FAEC, SENAR e SEBRAE. Serão 120 palestras, 11 eventos paralelos, 11 oficinas em arenas para capacitação do produtor, três Seminários.

“Estes 20 anos do evento nos dá uma convicção de que o PECNORDESTE cumpre o seu papel de transmitir conhecimento, principalmente de convivência com o semiárido. A tecnologia é que vai resolver esta problemática. O ceará detém 80% do seu território no semiárido e a pecuária é a sua principal atividade, mas para sobreviver o homem precisa mudar sua forma de agir, ele precisa de reserva estratégica alimentar para o seu rebanho, como corre em diversos países, como a Austrália, que tem um território mais seco do que o nosso", afirmou o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, Flávio Viriato de Saboya Neto.

O PECNORDESTE é uma realização da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-CE e o SEBRAE-CE.

A grande novidade na área de tecnologia desse ano foi anunciada pelo Coordenador do Segmento de Avicultura, André Siqueira, que será um Abatedouro Móvel de Aves e Peixes, dentro de uma carreta de 12 metros de comprimento, que segundo ele, será uma solução para os pequenos produtores, sendo o primeiro abatedouro do Brasil, e que vai funcionar em Jaguaribara.

Para o Diretor do SEBRAE-CE, Alci Porto Gurgel, o SEBRAE está desde o primeiro momento com a Federação e o SENAR no PECNORDESTE, e este ano traz um espaço de inovações tecnológicas para o semiárido, para que os conhecimentos sejam disseminados. Estamos apoiando a vinda desse abatedouro para peixe e aves. Vamos mostrar um conjunto de ações desenvolvidas nos Estados do Nordeste e aqui no ceará, destaco o Projeto Sertão Empreendedor, voltado para convivência com o semiárido, em 38 propriedades cearenses que beneficiará mais de 700 produtores com a assistência técnica e gerencial, um novo programa em implantação pelo SENAR-CE.

Na abertura do PECNORDESTE dia 23 de junho próximo, no Centro de Eventos, haverá o lançamento do selo e do carimbo comemorativos aos 20 anos do evento pelos

Correios, e a entrega da Medalha Prisco Bezerra: Na Categoria Política e/ou Administrativa - Expedito José do Nascimento, Presidente da APRECE - Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará, Prefeito de Piquet Carneiro e Produtor Rural; Na categoria Produção e/ou Liderança Classista - Maria Zimar Pinheiro Diógenes, Produtora Rural e 1ª mulher no CE presidente de Sindicato e na Categoria Científica, Tecnológica e/ou Ensino – ADAGRI, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo em defesa da agricultura do Estado, colocando o Ceará na zona livre de febre aftosa.

Programação Técnica do PECNORDESTE

O evento envolve sete segmentos pecuários e dois não pecuários, com uma vasta programação técnica de palestras, seminários, oficinas tecnológicas e de gastronomia. Segundo o Coordenador Técnico, Eduardo Queiroz, este ano acontecerão 13 eventos simultâneos, com salas com a capacidade para acomodar de 250 a 500 pessoas. Haverá também o primeiro Seminário Cearense da Palma Forrageira, palestra de nível nacional, Seminário do SEBRAE e um encontro sobre Reflorestamento.

Na Vitrine da Carne Suína, coordenado por Kelly Cláudio e Paula Braga, haverá uma palestra show Na Medida Certa com Carne Suína, ministrada por Márcio Atalla, apresentador do quadro “Medida Certa” do Fantástico, além de 7 oficinas gastronômicas. No segmento da Apicultura, o coordenador José Everton Alves trará uma oficina sobre Beneficiamento de pólen apícola e 13 palestras. Na Aquicultura e Pesca, coordenada por Antonio Albuquerque, terá 2 mesas redondas, espaço para debates e 12 palestras. Na Avicultura, coordenado por André de Freitas Siqueira, haverá 8 palestras. Já no Artesanato, coordenado por Lúcia de Fátima Sá Gondim, serão ministradas 3 oficinas. Na Bovinocultura, sob coordenação de Carolina Machado, terá 10 palestras. Na Caprinocultura, coordenado por Francisco Selmo Fernandes, serão 10 palestras e uma oficina. Na Equinocultura, sob coordenação de Leonardo de Freitas Souza, serão 5 palestras e 4 oficinas. Na Suínocultura, com a coordenação de Sérgio Oliveira, acontecerão 13 palestras. No Seminário Cearense de Palma Forrageira do Sistema FAEC/SENAR-CE, coordenado por Jorge Prado, haverá a entrega de trabalhos científicos inscritos no local, além de 2 oficinas e 8 palestras. Já a Arena PEC, coordenada por Lauro Ramos Torres de Melo, serão ministradas 7 oficinas, sobre o uso e manuseio da palma forrageira e aproveitamento da mandioca.

Estiveram presentes no lançamento o Pecnordeste, o Superintendente do Banco do Brasil, Castro Júnior, o Técnico do Sebrae, Alcir Porto, o Secretário Adjunto da Pesca, Euvaldo Bringel, Representando o Banco do Nordeste, José Teixeira, representando a Federação das Indústrias do Ceará, Bessa Júnior, Maria Luiza Rufino, representando a Superintendência Federal da Agricultura e Joaquim Florêncio, Superintendente da Conab.

Legislação previdenciária e CNIS Rural é tema de treinamento da FAESC. CNA. 18/05/2016.

Para capacitar os assistentes administrativos do Sindicatos Rurais sobre a legislação previdenciária e o Cadastro Nacional de Informações Sociais para inclusão dos seguros especiais (CNIS Rural), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) promove nesta quinta e sexta-feira (19 e 20), das 8 horas às 17 horas, treinamento com 50 participantes, no auditório do Golden Hotel & Eventos, em São José.

Os participantes aprenderão sobre enquadramento do segurado especial, benefícios previdenciários a exemplo do auxílio doença, aposentadoria, auxílio maternidade e ainda apresentação do CNIS Rural. “Essa iniciativa contempla uma nova etapa do programa Sindicato Forte no Estado, que visa a excelência dos trabalhos dos Sindicatos Rurais”, ressalta o presidente da FAESC, José Zeferino Pedrozo.

A temática será abordada por Vania Gomes Ataídes da Silva e Rafael Vilela de Avelar Resende (CNA) e o representante da Gerência Executiva do INSS de Florianópolis Arnaldo Pescador. Participarão os Sindicatos de Agrolândia, Alfredo Wagner, Araranguá, Armazén, Bela Vista do Toldo, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Braço do Norte, Blumenau, Campo Alegre, Canoinhas, Florianópolis, Ilhota, Imaruí, Irineópolis, Itaiópolis, Ituporanga, Jaguaruna, Major Vieira, Massaranduba, Nova Veneza, Ponte Alta, Pouso Redondo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio Fortuna, Santa Cecília, São Bonifácio, São José, São José do Cerrito, Timbé do Sul, Tubarão e Turvo.

PROGRAMAÇÃO

No primeiro dia da capacitação será feita apresentação sobre o CNIS Rural – Seguro Especial, representatividade da CNA, acordo de cooperação técnica e seus anexos, legislação aplicada ao segurado especial e suas novidades: Lei 11.718/08 – conceitos e

enquadramento como segurado especial, IN 77 e IN 61 – INSS sobre comprovação da atividade, Lei 8212/91 e 8213/91 – organização e custeio da seguridade social, constituição Federal 1988 – reconhecimento do segurado especial, Lei 12.873/2013 e suas alterações. Também será abordado sobre operacionalização do sistema CNIS Rural junto ao portal da Previdência Social e impacto da aprendizagem e avaliação do treinamento.

No segundo dia será feita apresentação por um representante do INSS sobre segurado especial, simulação de uso do sistema e espaço para perguntas.

Ministros querem adiar CAR para todos. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 19/05/2016.

Apesar da histórica rivalidade entre ambientalistas e ruralistas, os ministros da Agricultura, Blairo Maggi, e do Meio Ambiente, Sarney Filho, defenderam ontem prorrogar o prazo para adesão de produtores de qualquer porte ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Há duas semanas, o governo, ainda na gestão da presidente Dilma Rousseff, editou a Medida Provisória 724, que estende até 5 de maio de 2017 a data final de adesão, mas apenas a pequenos agricultores.

Segundo comunicado do Ministério da Agricultura, os dois ministros estiveram reunidos ontem, e Sarney Filho anunciou que pretende manter o texto da medida provisória, "com as alterações aprovadas pelo Congresso, prorrogando o prazo do CAR para todos os produtores".

A medida também é defendida por Blairo Maggi. "Os produtores não são contra o meio ambiente, mas aliados, já que necessitam dele para produzir. Precisamos que as chuvas ocorram no tempo e na quantidade certa para garantir a lavoura. E isso só conseguimos com a preservação do meio ambiente", afirmou ele, no comunicado.

Conforme a lei do Código Florestal, os produtores teriam até o último dia 5 de maio para se inscrever no CAR. Além da MP 724, outra MP, a 707, já aprovada pelo Congresso e que aguarda sanção presidencial, também propõe prorrogar o prazo, mas para 31 de dezembro de 2017.

De saída, presidente da Funai acredita em retrocesso com Temer. Ciro Barros – Valor Econômico. 19/05/2016.

No apagar das luzes do último dia 12, enquanto as atenções estavam voltadas para o discurso da recém-afastada presidente Dilma Rousseff, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Pedro Gonçalves da Costa, 63 anos, assinava às pressas a última delimitação de terras indígenas da gestão petista, a TI Dourados-Amambaí Peguá I, na região de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Costa, que assumiu a pasta em junho do ano passado, deixará o cargo tendo delimitado 12 terras indígenas, nove somente nos últimos dois meses e três no dia do afastamento da presidente. "Falamos: vamos correr com isso", afirmou durante entrevista à Pública em seu gabinete em Brasília, provavelmente a última à frente do órgão responsável pela política indigenista nacional.

Ele diz serem "justas" as criticas ao governo que ostenta os piores índices em demarcações desde a redemocratização. No entanto, pondera que, diante de uma desabonadora conjuntura política e econômica, é positivo o "1 milhão de hectares homologados" por Dilma.

Na entrevista a seguir, o ex-deputado estadual, ex-vereador e ex-suplente de senador pelo PT do Amazonas se mostrou preocupado com os possíveis retrocessos no governo interino de Michel Temer. "Esse governo não tem DNA para ter uma relação sincera e reta com os movimentos populares", avalia. Sobre Alexandre de Moraes, o atual ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, afirma: "Tem uma vida como advogado ligado a causas do crime".

Costa falou ainda do orçamento diminuto da Funai e da necessidade de reestruturar o órgão, que opera com apenas 36% da sua capacidade total de servidores. Outros temas, como a PEC 215, a CPI da Funai e do Incra e a judicialização das questões indígenas, foram tratados na conversa. Até a publicação, Costa não havia sido exonerado do cargo.

Pergunta: O senhor vai deixar a presidência da Funai com o afastamento da presidente Dilma?

João Pedro Gonçalves da Costa: Esse processo político alcança todo o governo. Há uma ruptura e eu vou sair. Não tem como ser presidente da Funai no governo Temer.

Pergunta: Como devem ficar as pautas indígenas no governo Michel Temer?

Costa: Eu tenho muita preocupação. Saio com um misto de satisfação porque conseguimos montar uma equipe e trabalhamos bem na Funai. O concurso público [previsto para junho] foi um momento importante de conquista da casa que ainda falta ser realizado, mas está bem encaminhado e não vai sofrer nenhuma alteração. Também fico satisfeito na relação com os povos indígenas, já que conseguimos aprofundar uma relação de confiança e entusiasmo para trabalhar. Agora há um impedimento concreto nessa relação de trabalho e compromisso com a pauta indigenista, por isso nós temos que continuar fazendo resistência, e eu vou continuar, agora mais do que nunca. Na minha fala no Acampamento Terra Livre [mobilização anual da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil], afirmei que eu já tinha um caso com a causa indígena e que agora estou casado com ela depois desses 11 meses no cargo. O que está se configurando é um governo que não tem um DNA de ter uma relação sincera e reta com os movimentos populares, com a esquerda. Um governo para defender a agenda dos quilombolas, dos sem-terra, dos sem-teto, dos povos indígenas, esse governo tem que ter muito compromisso. E está se desenhando que o secretário de Segurança de São Paulo será o novo ministro da Justiça, um secretário que tem uma vida como advogado ligado a causas do crime.

Estou muito preocupado com esse cenário político, mas ao mesmo tempo acredito na mobilização, na organização, na interlocução do movimento indígena do Brasil.

Pergunta: O sr. falou sobre o governo Michel Temer, mas o governo Dilma também foi bastante criticado em relação às pautas indígenas.

Costa: Acho que criticado e justo, né? Porque como a Dilma vem da esquerda, há uma expectativa maior. Mas assim ela vai sair e, com toda a crítica, ela homologou mais de 1 milhão de hectares de terras indígenas.

Pergunta: No entanto, mesmo com esses atos finais do governo, ele se encerra como o governo que menos homologou terras indígenas desde a ditadura militar. O que inviabilizou essas demarcações? Qual etapa do processo de demarcação é a mais problemática?

Costa: Tem dois aspectos que precisam ser analisados. Por que houve essa sensação de paralisação? Primeiro porque, na Justiça, nós temos um corte histórico desde o debate

no STF da demarcação de Raposa Serra do Sol [terra indígena em Roraima]. De Raposa saiu uma premissa que fortaleceu muito a Justiça, que foi o marco temporal [tese jurídica que propõe uma interpretação da Constituição Federal, ao definir que só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem sob posse dos indígenas na data de 5 de outubro de 1988].

Isso impôs uma lentidão nos procedimentos. Desde que se levantou o marco temporal no STF, ele virou jurisprudência nas várias instâncias da Justiça. Então, um juiz lá na ponta, por exemplo, em Antônio João, em Mato Grosso do Sul, suspendia o processo de demarcação a partir desse entendimento do marco temporal.

O segundo aspecto é que a própria composição do governo ao centro impedia as demarcações e fazia com que as terras fossem sendo travadas politicamente. Você vê que a Kátia Abreu [ex-ministra da Agricultura, ligada à bancada ruralista] se tornou uma pessoa com muita influência dentro do governo. E o Congresso com todos os seus movimentos internos, como a eleição do Eduardo Cunha em 2015, trouxe uma agenda extremamente conservadora na conjuntura. Foi nessa conjuntura que votaram a PEC 215 na Comissão Especial [em outubro de 2015], assim como foi aberta a CPI da Funai e do Incra [novembro de 2015] que continua tramitando. Então, essa agenda conservadora se fortaleceu muito depois das eleições de 2014 e isso foi impondo politicamente uma trava ao governo.

Pergunta: A impressão que ficou é que só quando o governo percebeu que estava sem apoio no Congresso e que o impeachment já era realidade as demarcações avançaram.

Costa: Acho que a conjuntura empurrou para isso, mas não foi por isso. Aqui na Funai nós tínhamos nos preparado para publicar relatórios em abril, já estávamos vindo numa mobilização grande. Realizamos a primeira Conferência Nacional de Política Indigenista [dezembro 2015], instalamos o Conselho Nacional de Política Indigenista em abril, por conta do próprio calendário do decreto que o criou, e nós tínhamos preparado, ainda por conta da agenda do Acampamento Terra Livre, uma série de atos. Claro que, quando você se depara com essa possibilidade iminente que se materializou do fim do governo, falamos: “Vamos correr com isso”. Muitas coisas estavam sendo estudadas, chegando das terras indígenas, como os relatórios que são entregues pelos antropólogos e são submetidos a procedimentos de várias comissões internas que dão o seu parecer. Nós corremos, mas não teve essa coisa de “só agora”. Nós já estávamos

fazendo. Com a iminência do final do governo, nós demos uma acelerada nesses atos. Ainda bem! Nós não temos que reclamar do que está saindo, porque é fruto de trabalhos técnicos, e não têm absolutamente nenhum arranjo. São trabalhos técnicos de campo, longos, demorados, sacrificados. Os últimos trabalhos da Funai foram feitos em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e sul do Pará, onde realizamos nossas tarefas com ameaças físicas, impedimentos, seja de prefeitos ou jagunços tentando impedir o deslocamento das nossas equipes.

Pergunta: Não é frustrante para o sr. ver a questão indígena ser tão condicionada ao arranjo de forças políticas?

Costa: Não tenho nenhuma dúvida de que, pelo formato do Estado brasileiro, do Congresso, do presidencialismo, nós vamos ter sempre esse perfil. Enquanto não houver reforma política, teremos sempre essas forças contrárias próximas da pauta indígena. Além disso, o perfil do ministro da Justiça, onde a Funai está vinculada, se reflete na dinâmica do órgão. A Funai ligada ao Ministério da Justiça vai estar sempre sob influência do titular do ministério, e isso pode e vai se refletir na agenda da Funai.

A pauta dos povos indígenas continua atual. Temos 1 milhão de índios que precisam de políticas públicas. A Constituição rompeu com o paternalismo do Estado para com os povos indígenas, e as políticas públicas devem fortalecer a autonomia desses povos.

Pergunta: O que tem de ser rearranjado institucionalmente na Funai?

Costa: Primeiro é preciso fazer um debate sobre o tamanho e a estrutura do órgão. Eu tinha programado de fazer esse debate da reforma a partir de setembro, depois da realização do concurso público, com servidores, povos indígenas, sociedade civil e as organizações não governamentais. Nós temos uma estrutura que vem de um decreto em 2009, é preciso debater não só espaço físico, mas uma agenda de concepção para localizar melhor a Funai nos tempos atuais.

Pergunta: Qual seria esse novo papel que a Funai deveria adotar?

Costa: Temos uma agenda grande sobre a gestão de terras indígenas. É um grande desafio. Passa-se ao público um discurso que não é o discurso dos povos indígenas, de que tem muita terra para pouco índio. Precisamos desmistificar esse equívoco, e o Estado brasileiro precisa compreender que precisamos demarcar ainda muitas terras.

Então, além do debate da gestão, existe o debate para demarcarmos mais terras. No Nordeste, por exemplo, você tem povos com 6 mil pessoas morando em pequenas cidades sem o reconhecimento da tradicionalidade de seus territórios. A Funai precisa ter um orçamento compatível com essa agenda de demarcação e ter mais técnicos.

Pergunta: A Funai vem sofrendo cortes de orçamento, sobretudo, nas atividades finalísticas, como demarcações e fiscalizações. O Executivo, pelo menos na execução orçamentária, não esteve tão comprometido assim com a pauta indígena?

Costa: O orçamento foi cortado para todos. Você vai no Ministério da Defesa é a mesma situação, "parece que o governo não tem compromisso com as Forças Armadas?". Nós precisamos brigar por mais recursos. Tem dois anos de crise concreta na economia brasileira, e nós sofremos bastante com esses cortes do orçamento.

Pergunta: Qual foi o impacto?

Costa: Primeiro, o orçamento da Funai de hoje é o menor dos últimos quatro anos. Em 2015, nós executamos R$ 145 milhões. O orçamento que saiu do Congresso Nacional foi R$ 5 milhões menor do que tínhamos executado no ano passado. Não foi o poder Executivo, foi o Congresso que cortou o orçamento da Funai. Para fazermos uma agenda digna precisamos ter mais técnicos, fazer uma reestruturação, ter outro orçamento. Nós acabamos de fazer uma agenda com os yanomami de Roraima voltada ao combate da mineração ilegal em suas terras. Fizemos uma operação com os caiapó do sul do Pará e de combate a mineração com os cinta-largas. Ou seja, é isso que nós fazemos com o orçamento, impomos um ritmo mais forte na proteção. Com essa ruptura institucional, o lado frustrante é não darmos continuidade ao trabalho.

Pergunta: Quanto pesa o contingenciamento de verbas?

Costa: Se reflete na diminuição das ações, e de todas elas. Atribuo essa situação à crise econômica, e não ao embate de forças.

Pergunta: Mas o quadro de servidores não é insuficiente?

Costa: É o que falei, precisamos fazer uma reestruturação. Estamos fazendo o concurso público e vamos ter mais 300 vagas abertas. O ministro do Planejamento pode chamar 50% do número das vagas. É suficiente? Não. Nós precisamos fazer mais uns três concursos para repor a nossa força de trabalho e a nossa presença. Do final do ano para

cá, mais de 500 servidores estão aptos à aposentadoria. Precisamos repor, assim como precisamos demarcar mais terras, o que exige uma presença maior da Funai.

Pergunta: Aproximadamente 180 terras indígenas ainda precisam ser identificadas. Por que essas terras estão paradas nesse estágio e não foram identificadas adequadamente?

Costa: Não tem isso de não foi feito. Se faz bem, já falamos dessa questão. Depois do marco temporal, muitos trabalhos da Funai foram suspensos administrativamente, e ninguém consegue ir a campo porque um juiz de Mato Grosso do Sul, por exemplo, decidiu que não se pode fazer os procedimentos fundiários. Muita coisa emperrou por conta da judicialização dos trabalhos da Funai. A Funai não parou, mas nós tivemos muita dificuldade de concluir trabalhos nas terras indígenas.

Pergunta: A PEC 215 é o fim da Funai?

Costa: Penso que não. Se votada no plenário, produz um grande retrocesso nas conquistas indígenas e no que foi pactuado na Constituição de 1988. Agora, não se pode negar a capacidade de mobilização, e os povos indígenas não estão sozinhos, vai ter muito enfrentamento para se materializar a PEC 215. Acredito que ela não passe nas duas casas, Câmara e Senado, mesmo com toda a força que tem essa direita representada por ruralistas e pelo agronegócio.

Pergunta: A CPI da Funai e do Incra é uma tentativa de desmoralizar esses órgãos?

Costa: A CPI vai nesse sentido, sim, de constranger e criar um clima. Minha leitura é que essa CPI é para viabilizar a PEC 215, então a CPI faz um diagnóstico e tenta desqualificar os antropólogos, constranger os povos indígenas, os trabalhos da Funai, mais nessa estratégia de criar um clima anti-indígena e puxar para o Congresso a questão é um absurdo. Você imagine uns parlamentares discutindo terra indígena a partir de sua ancestralidade, a partir de sua historicidade? O Congresso não tem perfil para fazer uma discussão e garantir a terra indígena.

Pergunta: Como o sr. responde às acusações da CPI de interferência das ONGs nos trabalhos?

Costa: A CPI é um instrumento legal, faz parte da natureza do Congresso instalar uma CPI. Agora, o que nós ouvimos de alguns parlamentares é vergonhoso. Agressivo. Chega a ter manifestações odiosas contra os povos indígenas, desrespeitosas contra os

antropólogos. Nós não podemos aceitar essas manifestações que tentam denegrir e desqualificar pessoas que dedicam suas vidas estudando os povos indígenas no país. É inaceitável essa postura contra a Funai.

Pergunta: Por que a Funai não consegue manter uma fiscalização sistemática nas terras indígenas?

Costa: Nós não deixamos de ir, de combater o fogo nas terras guajajaras, nós não deixamos de combater a mineração, nós não deixamos de fazer enfrentamento. Mas isso se reflete por conta de orçamento. Para você fazer um combate ao fogo, mineração, você precisa contratar helicópteros, ter uma infraestrutura para fazer desintrusão de terra; quer dizer, é uma mobilização grande que vai além da Funai… Tem a ajuda da Guarda Nacional, mas quem paga os carros, a gasolina, é a Funai. É preciso uma mobilização de outras instituições, mas, se o orçamento é curto, acaba refletindo na efetividade dessas ações.

Este material foi produzido pela Agência Pública e publicado em parceria exclusiva com o Valor www.apublica.org

---

Presidente da FAEA participa de Audiência Pública na Assembleia Legislativa sobre a Piscicultura. CNA. 19/05/2016.

As declarações foram dadas na manhã dessa segunda-feira, durante audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPPADR), realizada na Assembleia Legislativa do estado do Amazonas.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do estado Amazonas (FAEA), Dr. Muni Lourenço, informou na manhã dessa segunda feira (16), que alguns piscicultores estão desistindo da atividade por conta dos furtos e a necessidade de pedir que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) tome as medidas necessárias.

“Esperamos que o governo do estado aprove a medida que diminui a carga tributária sobre os insumos da criação de peixe, dentre eles a ração, é preciso resolver o gargalo da falta de infraestrutura como vicinais e energia elétrica estável, para garantir o aumento da produção local; esse valor que o Amazonas importa poderia ficar aqui gerando renda no interior”, disse Lourenço.

Durante a reunião, também foram apresentados os dados sobre consumo e compra de pescado. O Amazonas tem a maior proporção de consumo de peixe do país entre pessoas de 18 anos ou mais de idade, o que equivale a quase a totalidade da população (93,2%), isto é, acima da média nacional (54,6 %) e da média regional (77,2%) e tem Manaus como o principal mercado consumidor, de acordo com dados do IBGE de 2014.

Segundo o deputado Dermilson Chagas, é preciso melhorar a cadeia produtiva e ver como se pode trabalhar para baixar o preço. “Ouvimos hoje, como os cientistas podem colaborar para o melhoramento de técnicas a serem utilizadas e a ideia é aproximar o produtor disso”, ressaltou.

Entretanto, o setor enfrenta ainda a falta de certificação, ou seja, o selo necessário para assegurar a qualidade do pescado. Para a pesquisadora e coordenadora de pós-graduação em aquicultura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Elizabeth Gusmão, não há em toda a região norte, laboratórios credenciados para a análise de sanidade do pescado. “É preciso criar dois laboratórios: um de análise de alimentos e outra para avaliar a sanidade. A gente não sabe que está sendo utilizando na ração, não sabemos se estão dando antibióticos para os peixes. Não temos na região norte esses laboratórios e é só assim que podemos garantir a segurança alimentar do consumidor”, afirma. Além disso, a pesquisadora ressaltou as dificuldades que as instituições de pesquisas enfrentam com a falta de pesquisadores que possam orientar os estudantes o que, para ela, prejudica o andamento dos estudos fundamentais para o desenvolvimento eficaz do setor.

Ministério abre consulta pública para atualizar normas de padrão e qualidade do vinho. Cláudia Lafetá - MAPA. 19/05/2016.

Proposta pretende rever critérios antigos e criar parâmetros para novas bebidas

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) abriu consulta pública para o projeto de Instrução Normativa (IN) que atualiza os padrões de identidade e qualidade do vinho e derivados. A consulta foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (19).

Os padrões atuais são de 1974 e 1988 (portarias nº 371/74, 410/74 e 229/88). “A proposta da instrução normativa apresenta inovações para produtos antigos e estabelece

parâmetros para os novos", diz a fiscal federal da Divisão de Regulamentação de Vinhos e Bebidas, Luciana Gomes. O texto estabelece, por exemplo, o controle do processo produtivo, parâmetros sensoriais e de rotulagem.

No caso do vinho borbulhante, a pedido do setor produtivo, a proposta da IN estabelece critérios de qualidade específicos para a bebida, que tem uma graduação alcoólica diferente do espumante.

O texto da instrução normativa e o formulário para envio de sugestões e comentários estão disponíveis na página eletrônica www.agricultura.gov.br, no banner "Consultas Públicas".

Exposições agropecuárias terão espaço para inscrições para o ABC Cerrado. CNA. 19/05/2016.

As inscrições para produtores rurais se inscreverem no Programa ABC Cerrado, executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), também poderão ser feitas durante a atual temporada das exposições agropecuárias no Tocantins, que vai de abril a setembro deste ano. Serão 42 feiras realizadas pelos Sindicatos Rurais com o apoio do Sistema FAET/SENAR Tocantins e parceiros. Aproximadamente 30 instrutores e cinco supervisores do ABC Cerrado estarão presentes em todas as feiras para atender aos produtores rurais que tenham interesse em participar do programa.

Poderão ser atendidos produtores rurais que obedeçam ao seguinte perfil: acima de 18 anos; que possua ensino fundamental incompleto; que sua propriedade esteja localizada no Bioma Cerrado e que sua propriedade rural possua até 70 módulos fiscais e tenha um faturamento bruto anual acima de 360 mil, sendo que para este critério poderá ser aberta uma exceção, caso a propriedade possuir mais funcionários contratados, mesmo que temporários, que a mão de obra familiar.

A superintendente do SENAR Tocantins, Rayley Luzza, destaca que já está sendo realizada uma série de visitas aos presidentes de Sindicatos Rurais de todo o Estado, que também são responsáveis pelas inscrições no programa, para que sejam montadas estruturas de atendimentos aos produtores rurais para a realização das inscrições no programa.

Projeto ABC Cerrado

Ação conjunta do SENAR, do Ministério da Agricultura e da Embrapa, o Projeto ABC Cerrado difunde e incentiva a adoção de práticas sustentáveis para a redução das emissões de gases de efeito estufa e sensibiliza o produtor para que ele invista na sua propriedade para impulsionar produtividade e renda, mantendo o meio ambiente preservado.

O SENAR é responsável pela formação profissional dos produtores nas tecnologias e pela assistência técnica e gerencial de propriedades rurais, com recursos do Programa de Investimentos em Florestas (FIP, sigla em inglês) – administrados pelo Banco Mundial, que doou US$ 10,6 milhões para a execução do projeto.

No Tocantins, 400 propriedades rurais também vão receber assistência técnica e gerencial por meio do projeto, e mais de 600 produtores poderão ser capacitados.

Sistema CNA/SENAR apresenta Projeto Inovação Sindical. CNA. 20/05/2016.

Ampliar a rede de atendimento e fortalecer o sistema sindical é uma das prioridades da diretoria do Sistema CNA/SENAR. Nesta semana foi apresentado o Projeto Inovação Sindical para os coordenadores sindicais de todas as Federações de Agricultura e Pecuária do País. Durante dois dias eles estiveram em Brasília para conhecer a iniciativa, debater e sugerir propostas para a construção e validação do projeto, que vai gerar impactos positivos nos sindicatos de produtores rurais de todo o Brasil.

Na apresentação do projeto, realizada na quinta-feira (19/05), o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), João Martins, destacou a importância da ação para o Sistema.

“Isso significa que não nos interessamos em ter meia dúzia de Federações e sindicatos fortes, nós temos que ter toda nossa base forte. A Fortaleza não é só dinheiro, é representação, dedicação e motivação dos produtores rurais”, afirmou, João Martins.

O Inovação Sindical é a atualização do Programa do Sindicato Forte que, além dos projetos de Regularização Sindical e Indicadores de Desenvolvimento Sindical (IDS) existentes, amplia a representatividade sindical, regularização de sindicatos de produtores rurais junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, mapeamento de entidades

para a criação de uma rede de sindicatos modelos no Brasil e criação da Escola de Gestão Sindical.

“Estamos realizando um sonho hoje com a iniciativa do presidente João Martins em aprovar esse projeto, marcando um ponto diferente na atuação da CNA daqui para frente com a definição do departamento sindical da Casa. O nosso workshop é uma oportunidade ímpar de construirmos um sindicato moderno e atuante para fortalecer e inovar o sistema sindical de Norte a Sul do País”, afirma o coordenador do Inovação Sindical e superintendente da Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), Claudinei Rigonatto.

Parceria com o SENAR

O Projeto Inovação Sindical contempla ações em parceria com o SENAR. Com a ampliação do número de convênios entre SENAR e Sindicatos; o crescimento de ações de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS), de acordo com as atividades de cada município; o aumento do percentual do público-alvo atendido por meio dos programas do SENAR.

Para a chefe do Departamento de Educação Profissional e Promoção Social (DEPPS) do SENAR, Andréa Barbosa Alves, “é perceptível a diferença de um sindicato que passou pelo programa Sindicato Forte para prestarmos um bom trabalho”, comenta.

Envolvimento das federações

Nesta sexta-feira (20/05), os coordenadores sindicais foram divididos em grupos de trabalho para debater os grandes temas do projeto e propor sugestões para a criação da Escola de Gestão Sindical; estratégias de reformulação dos Indicadores de Desenvolvimento Sindical e ações para a Regularidade Sindical.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba (Faepa), Mário Borba, que é diretor do departamento sindical do Sistema CNA/SENAR falou aos participantes sobre a relevância da construção do novo projeto com o envolvimento dos gerentes sindicais. “Temos a necessidade de fortalecer a base pelo que representa a agropecuária brasileira e nos prepararmos para produzir alimentos para a grande demanda prevista para 2050 mundialmente. Para isso, temos que ter uma casa organizada”, pondera.

Propostas

As proposições sugeridas pelos grupos de trabalho serão compiladas pelo departamento sindical do Sistema CNA/SENAR e apresentadas à diretoria para validação.

Para a criação da Escola de Gestão Sindical, o grupo entendeu que a base curricular deve ser baseada nos pilares da Regularidade Sindical perante ao Ministério do trabalho e Emprego; Capacitação de líderes; Rotina administrativa do Sindicato e Programa de Capacitação de Novas lideranças.

Dentre as propostas para a reformulação do Índice de Desenvolvimento Sindical (IDS), os gerentes sindicais sugerem que o indicador seja único e que tenha a finalidade comprobatória, para que os sindicatos apresentem documentos que comprovem a realização de serviços. Para eles há a necessidade de capacitação dos aplicadores do questionário do IDS, já que são 179 questões. Além disso, o grupo de trabalho sugere a definição de periodicidade para a aplicação do formulário.

Já o grupo de trabalho que analisou o tema Regularidade Sindical sugere que a CNA estreite o contato com a associação de cartórios; desenvolva manuais para procedimentos a serem seguidos pelos sindicatos; desenvolvimento de um certificado de regularidade sindical; crie um grupo de trabalho de assuntos sindicais e faça a mobilização nacional para comemorar o Dia do Produtor Rural, celebrado no dia 28 de julho.

No encerramento, o secretário executivo do SENAR Brasil, Daniel Carrara, lembrou aos participantes do Workshop Sindical que este é um momento histórico e sonho antigo de muitos. “O grande mérito desse programa é o fato dele ser uma das principais prioridades da atual diretoria. Isso se transformou em um grande projeto”, finalizou.

RONDÔNIA: Agricultura familiar e extrativismo são temas apresentados em feira. CONAB. 23/05/2016.

Agricultura familiar e políticas públicas voltadas aos produtores agrícolas serão alguns dos temas apresentados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na 5ª Rondônia Rural Show, que acontece de 25 a 28 de maio no município de Ji Paraná, no interior do estado.

O evento representa uma das importantes ações para interação direta com o público agrícola no estado. Na oportunidade, técnicos da Companhia orientarão sobre os

projetos executados pela estatal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preço Mínimo para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

A Rondônia Rural Show recebe investidores e expositores de todos os segmentos do agronegócio. Nesta edição, 93 agroindústrias ligadas à agricultura familiar irão expor seus produtos e representantes de 12 países já confirmaram presença no evento, com a finalidade de conhecer as potencialidades do segmento do agronegócio no estado.

A expectativa de público é de aproximadamente 80 mil pessoas e cerca de 230 expositores participam da feira. A abertura oficial do evento, que deve contar com a presença de produtores, autoridades regionais e federais, além de representantes de entidades ligadas ao setor do agronegócio, acontece no dia 25 de maio.

Feiras Agropecuárias permitem que cidadão urbano conheça melhor o trabalho dos produtores rurais. CNA. 23/05/2016.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal realizou, na sexta-feira (20/05), o 4º seminário do Ciclo de Palestras e Debates sobre a importância das feiras agropecuárias para o agronegócio. O superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, um dos participantes do debate, destacou que as feiras agropecuárias e tecnológicas são ocasiões importantes e ajudam a levar ao cidadão urbano um pouco do dia a dia do produtor rural, mostrando como são produzidos os alimentos.

Para Bruno Lucchi, “muitas crianças não sabem qual a origem do leite, carne e ovos que elas consomem em sua dieta cotidiana. As feiras ajudam, entre outras coisas, a levar ao conhecimento das pessoas que vivem nas cidades a origem dos alimentos e, principalmente, o belíssimo trabalho que é realizado no campo”.

Importância estratégica - Lucchi fez um histórico das principais feiras agropecuárias do país, casos da Expointer, no Rio Grande do Sul, da Agrishow, em Ribeirão Preto (SP), e da AgroBrasília, no Distrito Federal. Esses eventos, segundo ele, ajudam a entender melhor a importância das máquinas e equipamentos na produção de alimentos, além de proporcionar a concretização de negócios e oferecer cursos, oficinas, palestras técnicas, vitrines tecnológicas e espaço empresarial. As feiras, segundo Lucchi, são também

ótimas oportunidades para reunir produtores rurais de alimentos e animais de vários tipos e regiões, colaborando com os governantes na formulação de políticas públicas.

O debate foi presidido pelo vice-presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT/RO), que explicou a importância das feiras para a divulgação de pesquisas, transferências tecnológicas e facilitação de acesso a créditos, além de alavancarem acordos de negócios e debates de temas cruciais como a regularização fundiária. “Uma das mais jovens dessas feiras é a Rondônia Rural Show, cuja quinta edição será realizada de 25 a 28 de maio em Ji-Paraná, segunda maior cidade do estado”, salientou.

Participaram ainda do seminário o vice-governador de Rondônia, Daniel Pereira; Marilene de Sena, do Banco do Amazonas; Ribeiro Pedro Silveira, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e Gustavo Reis de Melo, representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Governo estuda criar Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Eduardo Barretto – O Globo, Brasil. 24/05/2016 .

Eliseu Padilha diz que pasta seria vinculada à Presidência e não teria impacto de ‘um centavo’
BRASÍLIA — O governo avalia criar a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que seria vinculada à Presidência e faria parte da cota do Solidariedade. Nesta terça-feira, no anúncio de medidas econômicas, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que sua pasta faz estudos sobre a possibilidade, mas garantiu que o acordo com o Solidariedade será cumprido. Padilha enfatizou que o possível rearranjo não terá impacto de "um centavo".

— O que é mais importante não é criação de ministério, é secretaria que já está aqui virando ministério social — disse Padilha, e completou: — Ela (a secretaria) está pretendendo mudar de lugar.

O Ministério do Desenvolvimento Social e o do Desenvolvimento Agrário foram fundidos por Temer. A pasta é chefiada pelo deputado Osmar Terra (PMDB-RS).

Eliseu Padilha reafirmou que o acordo firmado com o Solidariedade - para que o partido comande a secretaria - será mantido, e que o presidente interino Michel Temer determinou que a Casa Civil estude a viabilidade de vincular a secretaria à Presidência.

_ Houve uma negociação política nesse sentido, com o partido Solidariedade, e o presidente pediu que a Casa Civil promovesse um estudo, que está sendo promovido nesse momento. E

seguramente aquilo que foi afirmado às lideranças do Solidariedade será, sim, cumprido — declarou o ministro, e ressaltou que não haverá aumento de gastos com o remanejamento:

— Mas repito: sem nenhum impacto de um centavo no que diz respeito ao orçamento, e sem nenhum corte ou criação de programa que diga respeito a essa secretaria.

Sistema FAEA/SENAR realiza Palestra sobre o eSocial com representante do INSS, Receita Federal, Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho. CNA. 24/05/2016.

Na manhã da última sexta-feira (20), foi realizada na sede da Federação da Agricultura e Pecuária (FAEA), a palestra eSocial, que reuniu representantes da Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para esclarecer as duvidas dos empregadores em relação ao e-Social, que é um instrumento do governo federal que unifica e harmoniza as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária. O evento faz parte do projeto "Cidadania Rural".

Aproximadamente 60 pessoas participaram do evento fazendo suas perguntas, dentre elas, contadores de empresas e chefes de recursos humanos tanto da área comercial quanto rural.

O Presidente do Sistema FAEA/SENAR, Muni Lourenço, realizou a abertura do evento destacando “Ser de grande importância a disseminação para os empregadores rurais das informações sobre a nova sistemática adotada pelo Governo Federal, através do eSocial. Nesse sentido, o Sistema FAEA/SENAR está engajado nessa divulgação para os produtores rurais amazonenses”, concluiu.

Para o técnico em contabilidade, Roberto Garcia, o entendimento sobre eSocial é de suma importância, principalmente, no compartilhamento de informações a trabalhadores como, por exemplo, os empregados domésticos. “Muitas vezes, esses trabalhadores não sabem sobre os seus direitos então, o eSocial vem para trazer essas informações; essa é a nossa função, entender sobre o eSocial e informar aos nossos colaboradores”, disse.

O eSocial é um projeto que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. De acordo com dados do governo federal, a ferramenta

surge para viabilizar a determinação dada pelo texto da Lei Complementar 150, publicada em junho de 2015, que instituiu o Simples Doméstico com as seguintes responsabilidades que serão recolhidas em guia única: Imposto sobre a Renda Pessoa Física, se incidente - Trabalhador; 8% a 11% de contribuição previdenciária - Trabalhador;8% de contribuição patronal previdenciária - Empregador;0,8% de seguro contra acidentes do trabalho - Empregador; 8% de FGTS - Empregador; 3,2% de indenização compensatória (Multa FGTS) - Empregador.

Segundo Eduardo Pereira da Caixa Econômica Federal, a transição para o eSocial é a preparação prévia da base cadastral dos empregados da empresa, para que no momento em que o eSocial estiver em vigor, a empresa possa entrar nesse novo ambiente de forma mais tranquila "Porque o eSocial só irá admitir os empregados no momento em que essa base cadastral estiver perfeitamente regular; que não haja divergência entre nome de empregado, data de nascimento e número de CPF nas bases cadastrais da Receita Federal, Caixa Econômica; do INSS ou do Ministério do Trabalho", explicou.

Durante a palestra, também foram esclarecidas algumas dúvidas sobre o empregador rural e o trabalhador rural. De acordo com o chefe do serviço de benefícios do INSS, Victor Daniel Vittore, é preciso saber se o produtor rural é empregador e se ele tem empregados, porque se ele não tem, nesse primeiro momento ele não precisa se preocupar com o eSocial. "Não tinha como esse sistema ser desenvolvido por uma única instituição. Por isso a necessidade de um consórcio, em que cada um colocou as suas necessidades para poder juntar numa só informação; então a partir do momento que esse sistema atende a necessidade de todas essas entidades, facilita para as empresas, mas garante a cada uma das entidades que receba aquilo que é a informação que ela precisa ter", ressaltou.

Abertura oficial do IV Congresso conta com a presença da presidenta Dilma Rousseff. FETRAF. 24/05/2016.

Evento reuniu mais de 1200 agricultores familiares

A presidenta Dilma Rousseff esteve na abertura do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, que aconteceu na noite de segunda-feira (23), no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade em Brasília.

Em seu discurso, a presidenta Dilma disse estar honrada em participar do evento, que reuniu mais de 1200 agricultores familiares. “A agricultura familiar é extremante importante para o país. “Ela garante alimentos saudáveis na mesa do povo. Junto com vocês nós conseguimos ao longo de quase 13 anos, uma série de conquistas que só foi possível por conta da organização dos agricultores familiares e de todos os movimentos sociais do campo”, destacou.

Ao citar programas sociais como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o Plano Safra, que saiu do patamar de R$ 2,5 bilhões para R$ 30 bilhões, em 2016, o coordenador-geral da FETRAF/BRASIL, Marcos Rochinski, lembrou que os avanços só foram possíveis porque tiveram a participação dos agricultores.

“Não estamos nos despedindo, mas nos irmanando. Vamos continuar lutando para construirmos um país mais justo, igualitário, participativo e democrático. Por isso, esse congresso da Fetraf diz não ao golpe. Dilma, percorra esse país, valorize sua agenda com o povo e o povo haverá de reconduzi-la ao Palácio do Planalto”.

Representando a CUT, a secretária de Formação da Central, Rosane Bertotti, afirmou que o momento exige das organizações sindicais um engajamento que vai além da pauta das próprias categorias. “Dizem que os sindicatos não devem se envolver com a política, mas não vamos titubear. Porque do outro lado estão os que querem tirar direitos e não reconhecem a agricultura familiar como espaço de produção, apenas de assistencialismo. Esse governo golpista e sua corja não nos representam”, enfatizou.

Golpe

Na ocasião Dilma Rousseff falou ainda do processo irregular do impeachment. Ela ressaltou que a gravação em que o atual ministro do Planejamento e braço direito de Michel Temer, senador Romero Jucá (PMDB-RR), trata do afastamento como forma de “estancar a sangria” da investigação da lava-jato sobre o PMDB, não deixa dúvidas sobre as intenções de quem bancou o processo.

“Mais do que nunca está claro o caráter golpista e conspiratório desse governo. Deixa claro o caráter conspiratório que caracterizou o impeachment. O processo não tem crime

de responsabilidade para se sustentar. E agora um dos principais articuladores confessa, involuntariamente, “sou golpista, somos golpistas”, apontou a presidenta.

O evento também contou com a presença de deputados federais, autoridades sindicais, membros da coordenação nacional e representantes do campo.

Congresso

Representantes da agricultura familiar das cinco regiões do país do Brasil estão acampados no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade Sarah Kubitschek, em Brasília, para participar do Congresso. O objetivo do encontro é formalizar a luta social em defesa dos interesses da agricultura familiar.

O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, é patrocinado pela Caixa Econômica Federal e também teve apoio da CUT e do governo do Distrito Federal.

Confederação da Agricultura Familiar é aprovada por unanimidade durante IV Congresso da Fetraf. FETRAF. 24/05/2016.

Confederação passa agora a ser composta pelas Federações

Na manhã desta terça-feira, durante a realização do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, foi aprovado por unanimidade o processo de transformação da FETRAF/BRASIL em Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil CONTRAF/BRASIL.

De acordo com o coordenador geral, Marcos Rochinski, a mudança representa um passo importante na consolidação do sistema FETRAF. “Por mais que nos atuássemos como instituição confederativa, o nome federação dava impressão de que apenas agregávamos sindicatos. A partir do momento que se transforma o sistema confederativo logo entende-se que já há federações constituídas”, avaliou.

Mudanças

Juridicamente a Confederação passa a ser comporta pelas Federações, e essas entidades passam a ter sua composição a partir dos sindicatos. Ainda segundo Marcos, a direção nacional mantém as mesmas funções e composição.

Na ocasião foram apresentadas também as alterações do Estatuto Social da Confederação. Com essa mudança os sindicatos terão um ano para adequarem os seus estatutos. A partir desta data todas as entidades que atuam como Associações Sindicais e STR's necessariamente terão que ser compostos como SINTRAF's.

Direção da CONTRAF/BRASIL é eleita na noite desta terça-feira. FETRAF. 24/05/2016.

Coordenadores foram eleitos por unanimidade

Cerca de 1200 delegados da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Agricultura Familiar – CONTRAF/BRASIL elegeram por aclamação a composição da diretoria executiva da entidade para os próximos quatro anos.

"Esse processo se deve a cada um e cada uma que não teve medo de ser tratado com preconceito e teve coragem de bater no peito e dizer eu sou agricultor familiar eu sou agricultora familiar. Se deve também a participação efetiva dentro dos sindicatos. Hoje a gente consolida essa nova eleição juntamente com a criação da CONTRAF", disse o coordenador geral reeleito da CONTRAF/BRASIL, Marcos Rochinski.

Ele ainda reforçou o papel da Confederação no processo de lutas e garantia de direitos aos agricultores e agricultoras familiares. "Que não ousem dizer por aí não haverá negociação para a agricultura familiar e a reforma agrária, porque nós iremos para a rua com nosso processo de lutas. Que não ousem dizer por aí que os jovens não terão acesso a educação, porque a nossa juventude não aceitará nenhum retrocesso", disse.

E finalizou enfatizando o seu orgulho em defender as causas do campo. "Eu me sinto orgulhoso dentro de um grupo valoroso, porque apesar de algumas divergências, uma coisa nós temos em comum que é a defesa incansável da agricultura familiar, da reforma agrária e dos direitos para os trabalhadores", finalizou.

Reeleita, a coordenadora da secretaria geral, Maria Josana de Lima, falou dos desafios para os próximos quatro anos. "Esse é um novo desafio. Agora precisamos, enquanto Confederação, repensar o nosso plano de lutas. Porém, nós já temos um trabalho consolidado porque já temos várias ações bem sucedidas", pontuou.

Composição:

DIRETORIA NACIONAL - CONTRAF BRASIL/CUT 2016 a 2020

Coordenação Geral: Marcos Rochinski

Coordenação da Sec

retaria Geral: Maria Josana de Lima

Coordenação de Gestão e Finanças: Lázaro de Sousa Bento

Coordenação de Política Agrária: Antônio Chaves do Nascimento

Coordenação de Mulheres: Maria da Graça Amorim

Coordenação de Políticas Sociais: Maria Eliana Lima Santos

Coordenação de Juventude: Francisco Auri Alves Junior

Coordenação de Política Agrícola: Celso Ricardo Ludwig

Coordenação de Formação e Educação Profissional: Elisangela Araújo Santos

Coordenação de Política de Habitação: Elvio Aparecido Motta

Coordenação de Meio Ambiente: Viviane Pereira de Oliveira

Coordenação de Organização Sindical: João Santos da Silva

CONSELHO FISCAL

1. Ednaldo Leite

2. Antonio Pereira Chagas

3. Giscarla Domiciana de Amorim

SUPLENTES

1. Maria Nice Machado

2. Anaildo Porfirio da Silva

3. Jorge Augusto Santos Benicio

Secretaria de Defesa Agropecuária abre consulta pública sobre registro de produtos de origem animal.Cláudia Lafetá - MAPA. 24/05/2016.

Novas regras devem atender o setor produtivo de forma mais rápida

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) abriu consulta pública para a instrução normativa que permitirá o registro dos produtos de origem animal de forma eletrônica, num único padrão. O registro deverá ser feito por meio de um sistema informatizado (em construção) que ficará disponível no site do Mapa. Hoje, o registro chega ao ministério em papel impresso e precisa de aprovação prévia. Com a informatização, o processo será muito mais rápido.

O projeto de instrução normativa estabelece os procedimentos de emissão, renovação, alteração, auditoria e cancelamento de registro de produtos de origem animal (carnes, mel, ovos, pescados e derivados) produzidos em estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal (SIF), bem como em empresas estrangeiras habilitadas a exportar para o Brasil. A consulta foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (24) e vale por 60 dias.

“Com essa nova forma de fazer o registro, teremos maior agilidade na aprovação dos processos. Atualmente, o tempo varia de três a seis meses. Com a nova instrução normativa, a aprovação será imediata”, ressalta o secretário de Defesa Agropecuária, Luis Rangel. Com a mudança, as próprias empresas serão responsáveis pelo registro. E, se for necessário, o ministério fará auditorias para verificar a conformidade.

As sugestões para a consulta pública devem ser encaminhadas para o endereço eletrônicocnt.dipoa@agricultura.gov.br ou para a Coordenação de Normas Técnicas da Coordenação-Geral de Programas Especiais do Mapa - Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Anexo A - Sala 414 A - CEP 70.043-900 - Brasília - DF.

Eumar Novacki é o novo secretário-executivo do Ministério da Agricultura. MAPA. 25/05/2016.

Nomeação foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (24)

O presidente da República, Michel Temer, nomeou Eumar Novacki como secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A nomeação de Novacki foi publicada na edição desta terça-feira (24) do Diário Oficial da União.

Bacharel em Direito com pós-graduação e Aperfeiçoamento em Direito Público, Novacki é coronel da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso. Na carreira militar, comandou várias unidades e participou de diversos cursos, entre os quais o de aperfeiçoamento de oficiais e o curso superior de polícia.

No governo do Estado de Mato Grosso, Novacki foi secretário-chefe da Casa Civil, responsável pela coordenação técnica e política na gestão de Blairo Maggi. Exerceu também as funções de secretário de Estado de Comunicação e foi chefe de gabinete do governador.

O novo secretário-executivo do Mapa foi instrutor da disciplina de gestão pública por resultado e integra a Comissão Especial de Juristas da Desburocratização do Senado Federal. Novacki já participou de cursos e encontros internacionais nas áreas de gestão pública e segurança pública.

Novacki substitui Maria Emilia Jaber e chega ao Ministério da Agricultura defendendo a desburocratização da pasta.

Ato contra o golpe marca último dia do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. FETRAF. 25/05/2016.

Marcha reuniu 1500 agricultores familiares

Com manifestação pacífica a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF/BRASIL encerrou o IV Congresso Nacional, realizado esta semana no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade.

Carregando um caixão simbolizando o governo golpista, agricultores familiares saíram do local de acampamento em direção a Esplanada dos Ministérios onde fizeram ato público em defesa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Previdência e contra o governo golpista de Michel Temer.

O coordenador geral da CONTRAF, Marcos Rochinski, explica que o ato não tem só o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores, mas também de mostrar para a sociedade brasileira o descaso do governo com os agricultores familiares com a extinção do MDA.

“Nesse governo existe um processo de retirada dos direitos da classe trabalhadora. Nós agricultores familiares, estamos sem o MDA. Isso significa que nós não temos mais um conjunto de políticas direcionadas para esse setor. Sem política agrícola quem vai produzir comida para alimentar o povo brasileiro se hoje nós somos responsáveis por 70 por cento da cesta básica?”, defendeu.

E critica o governo ao falar da ausência de diálogo. “Nós não reconhecemos este governo. É um governo que não dialoga com a classe trabalhadora e que não tem legitimidade para desenvolver as políticas que os trabalhadores merecem”, pontuou.

Governo Morto

Ainda pela manhã a categoria também fez ato em frente ao Palácio do Planalto onde gritavam “Fora Temer”. Em seguida, segurando um caixão com a frase GOVERNO GOLPISTA, o grupo saiu em direção ao Supremo Tribunal Federal (STF).

“Para nós o governo Temer já nasce morto. E nós também vamos deixar o recado para o STF para que o órgão julgue as pessoas que estão denunciadas nesse governo”, disse Rochinski.

Coca-Cola muda comando da operação brasileira. Tatiane Bortolozi e João José Oliveira – Valor Econômico. 25/05/2016.

A Coca-Cola Brasil voltará a ter um presidente brasileiro depois de quase 20 anos. Henrique Braun, que comanda os negócios na China e Coreia, assume o mais importante cargo executivo no país a partir de setembro, como parte de uma grande troca de comando nas operações internacionais da fabricante de bebidas.

O economista carioca Luiz Lobão foi o último brasileiro no cargo de CEO no país. Ele foi eleito em 1996 e deixou a posição em 1998.

Braun, graduado em engenharia agrícola pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, está há 20 anos nos quadros da fabricante americana. Depois de iniciar a carreira em

Atlanta, Estados Unidos, ocupou posições na América do Norte, Europa e América Latina. Suas funções foram tão diversas como o desenvolvimento de novos negócios, vendas, inovação, gestão geral, operações de engarrafamento e organização da cadeia de suprimentos.

Hoje ocupa a presidência de China e Coreia, terceira maior operação do grupo no mundo. O Brasil é o quarto mercado mais relevante para a Coca-Cola em volume, depois de Estados Unidos, México e China. As vendas de bebidas fora dos Estados Unidos representaram 81% das garrafas comercializadas pela multinacional em 2015. A receita líquida da empresa ultrapassou US$ 44 bilhões no ano passado, queda de 3,7%.

Diante do cenário recessivo, a produção de refrigerantes no Brasil está em queda. Nos primeiros quatro meses do ano, a fabricação de todas as marcas recuou 4%, para 4,7 bilhões de litros, segundo dados do sistema de controle de produção de bebidas da Receita Federal. O consumidor está cauteloso por conta de fatores como o aumento da inflação, a alta da taxa de desemprego e a queda da renda.

As vendas da Coca-Cola recuaram 6% em volume no mercado brasileiro de janeiro a março, comparadas a igual período de 2015. A empresa tem investido em embalagens menores ou retornáveis, que custam menos. E aposta em opções para atender o consumidor que busca produtos mais saudáveis e com menos açúcares e calorias. Há cerca de um mês, lançou uma versão adoçada com estévia (adoçante natural) e 50% menos açúcares em comparação à bebida original. A linha é um meio termo entre a versão tradicional e a "zero" e representa o primeiro lançamento da Coca-Cola Company no país desde 2007.

A Coca-Cola é líder global em bebidas não alcoólicas, com uma participação de 19,8% das vendas em 2015, ligeira queda ante 20,1% de um ano antes. Em seguida estão Pepsico (9,5%), Danone (4,3%) e Nestlé (4%), segundo a consultoria Euromonitor International. O mercado de não alcoólicos, que inclui refrigerantes, sucos e água, entre outras bebidas, cresceu 2,9% no mundo em 2015 em volume, para 554,48 bilhões de litros. No Brasil, avançou 3% em volume e 11,6% em valor, para R$ 64 bilhões.

Na dança das cadeiras anunciada ontem pela Coca-Cola, Xiemar Zarazúa, que comandava a operação brasileira desde 2008, passará a vice-presidente de negócios estratégicos na América Latina. Sob sua gestão, a empresa investiu R$ 14,1 bilhões

entre 2012 e 2016, 50% acima do valor dos cinco anos anteriores. Houve aumento de recursos destinados à sustentabilidade e a diversificação do portfólio de produtos. Em 2017, o Sistema Coca-Cola planeja investir R$ 3,2 bilhões.

O atual presidente da unidade central de negócios latino-americanos, Alfredo Rivera, passa à presidência da Coca-Cola para América Latina. Brian Smith, hoje presidente para a região, vai comandar uma grande área recém-criada, composta por Europa, Oriente Médio e África.

Assembleia de SP aprova CPI 'ampla' para apurar desvio na merenda. Valor Econômico. 26/05/2016.

O plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou na noite desta quarta (25) a criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar desvios no fornecimento da merenda nas escolas estaduais.

O projeto aprovado foi protocolado por deputados da base do governador Geraldo Alckmin (PSDB). Ele amplia o foco da apuração para analisar, além de contratos suspeitos com o Estado, mais de 20 prefeituras.

Em uma proposta anterior, feita por deputados PT, a CPI ficaria concentrada nos contratos da Coaf -cooperativa de alimentos suspeita de fraudes e de pagar propina a políticos- com a Secretaria de Educação paulista.

Pelo texto aprovado, todas as compras entre cooperativas de agricultura familiar com prefeituras e com o governo poderão ser analisadas.

"[A CPI] Permitirá, entre outras iniciativas, ouvir dirigentes das cooperativas e empresas da agricultura familiar, agentes e ex-agentes públicos estaduais, representantes dos municípios paulistas também atingidos pelo esquema", diz o texto.

Oposicionistas criticam a ampliação do alvo da comissão, que, segundo eles, tiraria a atenção do governo Alckmin e do presidente da Assembleia, Fernando Capez (PSDB), citado por delatores como um dos beneficiários do esquema. Capez nega.

Mapa reúne produtores para encontro sobre novo sistema de registro. Cláudia Lafetá - MAPA. 30/05/2016.

Sipeagro agiliza o cadastramento e a emissão de certificados de estabelecimentos e produtos, como bebidas, por exemplo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em parceria com o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) e a Associação Brasileira de Enologia (ABE), promoverá encontros para esclarecer sobre o Sistema Eletrônico Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (Sipeagro).

O Sistema registra e cadastra todos os estabelecimentos e produtos agropecuários do país e permite o acompanhamento processos administrativos de registros de, por exemplo, alimentos e bebidas, apresentados ao MAPA. O Sipeagro também gera relatórios e emite certificados de estabelecimentos e produtos registrados e/ou cadastrados pelo MAPA.

Para atingir o maior número possível de vinícolas, serão realizados dois encontros com o mesmo tema. O primeiro será dia 31 de maio, em Bento Gonçalves (RS) e o segundo será dia 1º de junho, em Flores de Cunha (RS).

O evento é voltado para proprietários e enólogos das empresas vinícolas.

Serviço:

Encontros sobre o novo sistema de registro de estabelecimentos e produtos junto ao Mapa

Data: 31/05/2016 (terça-feira)
Horário: 13h30min
Local: Auditório da Embrapa Uva e Vinho
(Rua Livramento, 515 – Bento Gonçalves - RS)

Data: 01/06/2016 (quarta-feira)
Horário: 08h30min
Local: Sala Vinhedos do Tri Hotel Flores da Cunha
(Rua John Kennedy, 1031 – Flores da Cunha – RS)

Ao chegar no município, pela Av. Vinte e Cinco de Julho, por Caxias do Sul, passando a Igreja Matriz, dobre a direita e siga até a parte mais alta da cidade.

Temer transfere secretarias da reforma agrária e Incra para Casa Civil. Lizely Borges. Site do MST, 30/05/2016.

Em decreto publicado nesta segunda-feira, passam a ser de responsabilidades da Casa Civil as políticas da reforma agrária e da promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

O presidente em exercício, Michel Temer, transferiu para a Casa Civil a administração das cinco pastas ligadas à Reforma Agrária. Pelo Decreto 8780, publicado nesta manhã (30) no Diário Oficial da União, as cinco secretarias anteriormente vinculadas ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passam a ser de responsabilidade da Casa Civil. São elas: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar,Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

A Casa Civil, sob administração de Eliseu Padilha (PMDB), também passa a responder pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com as atribuições de promover as políticas de Reforma Agrária, de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares e de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações.

“Este governo golpista que não reconhecemos como legítimo tem adotado em sua gestão interina um conjunto de medidas que afeta diretamente a classe trabalhadora do campo. Exemplos são a extinção do MDA, o fim do Plano Safra assinado em maio deste ano e que destinava 30 bilhões para a política da agricultura familiar, com destaque para ações com juventude, mulheres e demarcações de terra quilombolas e a extinção da Política de Assistência e Extensão Rural", avalia Alexandre Conceição da coordenação nacional do MST.

Ele avalia que com essas medidas o governo demonstra que não possui planos para a Reforma Agrária e para a agricultura familiar. "Com a extinção do MDA o Incra perdeu sua interlocução com o Ministério do Planejamento. Transferir o Incra para a Casa Civil é como colocar raposa para cuidar do galinheiro – o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, é vinculado aos ruralistas. Deixar a política do campo e da Reforma Agrária sob sua administração é inviabilizar qualquer avanço. Vamos lutar contra isto", afirma Alexandre.

FAEG comemora resultado positivo do agro na geração de empregos em Goiás. CNA. 31/05/2016.

O número para geração de empregos em Goiás reagiu positivamente pelo segundo mês consecutivo e colocou o Estado em 1° lugar no ranking dos que mais geraram empregos em abril. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram gerados 5.170 empregos em solo goiano, expansão de 0,43% em relação ao estoque de assalariados com carteira assinada de março.

O resultado positivo, em especial se dá pela agropecuária, setor com maior geração de empregos, com 8.051 novos postos, um aumento de 0,52%, principalmente por razões ligadas à sazonalidade das atividades de cultivo do café e da cana-de-açúcar.

"Os números do levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, evidenciam que o setor produtivo rural continua gerando bons resultados mesmo na crise econômica que o país vivencia. O agronegócio segue como forte agente de superação da crise, sendo destaque na geração de empregos em Goiás e no Brasil", ressalta o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), José Mário Schreiner.

Outros setores como Indústria de Transformação e a Construção Civil foram os setores assim como a agropecuária que mais contribuíram para a expansão em Goiás, com 2.709, 2.132 e 1.827 contratações, respectivamente.

Por outro lado, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, houve um recuou no fechamento de vagas de trabalho no país. Em nível nacional os empregos formais tiveram saldo negativo de 62.844, puxado pelas quedas no comércio, líder no fechamento de vagas em abril deste ano, com 30.507 demissões – seguido pela

construção civil, que registrou 16.036 vagas fechadas e pela indústria de transformação que fechou em 15.982.

Estados

São Paulo respondeu pela criação de 1.256 postos. Em todo o País, apenas seis estados registraram aumento do emprego formal em abril deste ano: Goiás (5.170), Minas Gerais (3.886); Distrito Federal (1.202); Mato Grosso do Sul (919); Espírito Santo (466) e Amapá (50). O pior resultado por região foi no Nordeste, com 25.992 postos de trabalho fechados.

Após El Niño agressivo, mercado volta atenções ao La Niña. Cleyton Vilarino – Valor Econômico. 31/05/2016.

Com o El Niño dado como encerrado pela maior parte dos meteorologistas, o mercado de commodities segue atento ao que deve sucedê-lo nos próximos meses: o La Niña. Com probabilidade crescente de ocorrer ainda este ano, o fenômeno climático não é motivo para preocupação, já que deve ter impactos limitados na agricultura brasileira, segundo o agrometeorologista da Somar Meteorologia, Marco Antonio dos Santos.

"A característica seria de alguns períodos maiores de estiagem no Sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul. Os impactos este ano seriam sentidos mais no extremo sul do país do que no Paraná e outras regiões produtoras de grãos", afirma Santos.

O Rio Grande do Sul deve responder por cerca de 16% de toda a produção de soja do país e de 7,4% da de milho na safra 2015/16, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Assim, o agrometeorologista acredita que os efeitos de um possível La Niña na produção de grãos brasileira seriam mais limitados do que os provocados recentemente pelo El Niño.

Caracterizado pelo aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico, o fenômeno El Niño causou seca na região Nordeste do país, com perda de produtividade para os grãos na região do Matopiba (confluência entre os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Também teve impactos em Mato Grosso.

Em decorrência dos efeitos do fenômeno, a Conab reduziu, em seu último relatório, a estimativa para a produção de grãos na safra 2015/16 do país, de 209 milhões de toneladas para 202,39 milhões. Se os números se confirmarem, a produção será 2,5% inferior à do ciclo 2014/15.

O La Niña, resultado do resfriamento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico, tende a beneficiar a agricultura na região Nordeste do país, que já enfrenta cinco ciclos de estiagem. A intensidade desses efeitos, no entanto, é incerta. Daniele Barros Ferreira, climatologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), lembra que "esse é o comportamento típico do La Niña, mas que nem sempre ocorre".

"O La Niña ainda está muito incerto para afirmarmos que ele vai se configurar dessa forma. O auge desse fenômeno costuma ser no verão, nos meses de dezembro e janeiro, que é o período crítico para a cultura de grãos", ressalta Ferreira. Segundo ela, somente em setembro será possível falar com maior precisão sobre a intensidade e os efeitos do La Niña no Brasil e no mundo.

No Centro-Sul do país, o fenômeno costuma causar chuvas irregulares, com períodos maiores de "invernadas" (chuvas constantes durante o verão) entre fevereiro e março. O agrometeorologista Marco Antonio dos Santos afirma que, justamente por se concentrar no verão, mais perto do período de colheita, o La Niña pode provocar atrasos da atividade. Mas ele observa que este pode ser um ano favorável para a agricultura em geral.

Na última vez em que o La Niña ocorreu, com intensidade moderada nas safras 2010/11 e 2011/12, a produtividade da soja no Brasil caiu 8,15% entre um ciclo e outro. A maior diminuição foi sentida no Sul do país, onde a queda foi de 34,8% (para 1.087 quilos por hectare), sendo que só no Rio Grande do Sul o recuo foi de 45,3% (1.290 quilos por hectare).

Na região Centro-Oeste, principal produtora de soja no país, a queda da produtividade foi de 3,2% (para 3.036 quilos por hectare) e só não se refletiu na colheita total na região porque houve um aumento de mais de 6,24% na área plantada na safra 2011/12 em comparação com o ciclo 2010/11.

Extração, consumo e comércio de moluscos estão suspensos no litoral de Santa Catarina. Cláudia Lafetá- MAPA. 31/05/2016.

Medida foi tomada por causa da presença de biotoxinas em mexilhões, ostras e vieiras e visa proteger os consumidores

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o governo de Santa Catarina suspenderam a extração, comercialização e consumo de moluscos bivalves (mexilhões, ostras, vieiras e berbigões) em todo o litoral de Santa Catarina. A medida foi tomada depois da identificação de moluscos contaminados por biotoxinas marinhas produzidas por algas vermelhas. Se forem consumidos pelo homem, esses moluscos podem causar diarreia, náusea e cólica.

A medida entrou em vigor no último dia 26 e somente será suspensa depois que testes do Laboratório de Resíduos e Contaminantes da Pesca e Aquicultura (Laqua/Renaqua), de Itajaí, comprovarem a desintoxicação dos moluscos e ficarem demonstradas condições desfavoráveis à proliferação de microalgas tóxicas. Quem não respeitar a determinação pode receber notificação, ter os produtos apreendidos e ainda pagar multa, dependendo da gravidade do caso.

De acordo com o Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Cedap), o estado de Santa Catarina possui 610 maricultores.

Maré vermelha

A proliferação de biotoxinas por meio de microalgas de cor avermelhada é um fenômeno natural, conhecido como “maré vermelha”. Segundo o Departamento de Saúde Animal (DSA), do Mapa, ela ocorre periodicamente, em áreas isoladas. “No entanto, desta vez, a proliferação foi bem maior e as toxinas se espalharam por todo o litoral de Santa Catarina”, explica o diretor do DSA, Guilherme Marques. O último caso semelhante foi registrado em 2008.

A suspensão da extração, comércio e consumo dos moluscos em casos assim é preconizada pelo Programa Nacional de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB), instituído pela Instrução Normativa nº 7, do Mapa, em vigor desde 2012.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa